

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS  
INSTITUTO DE GEOCIÊNCIAS  
DEPARTAMENTO DE GEOGRAFIA

***DISPERSÃO ESPACIAL DA POPULAÇÃO NAS  
REGIÕES DE INFLUÊNCIA DAS PRINCIPAIS  
METRÓPOLES BRASILEIRAS***

**Carlos Fernando Ferreira Lobo**

**BELO HORIZONTE  
2009**

**Carlos Fernando Ferreira Lobo**

***DISPERSÃO ESPACIAL DA POPULAÇÃO NAS REGIÕES DE INFLUÊNCIA  
DAS PRINCIPAIS METRÓPOLES BRASILEIRAS***

Trabalho apresentado ao Programa de Pós-Graduação do Instituto de Geociências da Universidade Federal de Minas Gerais, como requisito parcial à obtenção do Título de Doutor em Geografia.

Área de concentração: Organização do Espaço

Orientador: Prof. Dr. Ralfo Edmundo da Silva Matos

Belo Horizonte  
Instituto de Geociências  
UFMG

## Agradecimentos

Ao Programa de Pós-Graduação em Geografia, em especial aos professores que integram essa instituição.

Aos amigos que se mantiveram firmes na árdua tarefa de me suportar. Dentre eles destaco o Wellington, Jorge e Guilherme que também contribuíram na elaboração desse trabalho.

Aos tempos do LESTE...

Ao Ralfo pela paciência e destreza nas orientações. Co-responsável pela execução desse trabalho e de tantos outros na Geografia.

E a minha amada Ana Paula, por tudo.

*A toda hora rola uma história  
Que é preciso estar atento  
A todo instante rola um movimento  
Que muda o rumo dos ventos  
Quem sabe remar não estranha  
Vem chegando a luz de um novo dia  
O jeito é criar um outro samba  
Sem rasgar a velha fantasia*

*Paulinho da Viola  
Rumo dos Ventos*

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO</b>	<b>9</b>
<b>UNIDADE I A URBANIZAÇÃO E A FORMAÇÃO DA REDE URBANA BRASILEIRA</b>	<b>17</b>
1.1 A URBANIZAÇÃO PRETÉRITA E A REDE DE CIDADES NO BRASIL ATÉ O INÍCIO DO SÉCULO XX	18
1.2 A REESTRUTURAÇÃO PRODUTIVA E A URBANIZAÇÃO NO SÉCULO XX	24
1.3 A METROPOLIZAÇÃO E A CONSOLIDAÇÃO DA REDE URBANA BRASILEIRA	28
1.4 A URBANIZAÇÃO E A REESTRUTURAÇÃO DA REDE URBANA NA ATUALIDADE	33
<b>UNIDADE II DISCUSSÃO TEÓRICA SOBRE A DESCONCENTRAÇÃO E A DISPERSÃO ESPACIAL DA POPULAÇÃO</b>	<b>37</b>
2.1 AS ESTRUTURAS ESPACIAIS CONCENTRADAS: AS ECONOMIAS DE AGLOMERAÇÃO	39
2.2 REVERSÃO DA POLARIZAÇÃO, DESCONCENTRAÇÃO CONCENTRADA E DESENVOLVIMENTO POLIGONAL	45
2.3 A DISPERSÃO ESPACIAL DA POPULAÇÃO E OS DESLOCAMENTOS ESPACIAIS DA POPULAÇÃO	61
<b>UNIDADE III FONTE DE DADOS, ASPECTOS METODOLÓGICOS E ELEMENTOS CONCEITUAIS</b>	<b>70</b>
3.1 OS CENSOS DEMOGRÁFICOS NO BRASIL	72
3.2 AS DEFINIÇÕES DE MIGRANTE E AS VARIÁVEIS CENSITÁRIAS	76
3.3 AS PRINCIPAIS TÉCNICAS DE ESTIMAÇÃO DA MIGRAÇÃO	78
3.4 A RELAÇÃO ANUAL DE INFORMAÇÕES SOCIAIS (RAIS) E A RAISMIGRA	80
3.4.1 A RAISMIGRA E A MOBILIDADE ESPACIAL DA POPULAÇÃO ATIVA FORMAL	83
3.5 AS REGIÕES DE INFLUÊNCIA DAS CIDADES (REGIC) DO IBGE	85
<b>UNIDADE IV ESTOQUES, MIGRAÇÃO E MOVIMENTOS ESPACIAIS DA POPULAÇÃO NAS REGIÕES DE INFLUÊNCIA DAS PRINCIPAIS REGIÕES METROPOLITANAS BRASILEIRAS</b>	<b>95</b>
4.1 DISTRIBUIÇÃO ESPACIAL DA POPULAÇÃO RESIDENTE: AS METRÓPOLES E SUAS REGIÕES DE INFLUÊNCIA	97
4.2 OS FLUXOS MIGRATÓRIOS E A (RE)DISTRIBUIÇÃO ESPACIAL DA POPULAÇÃO	107
4.3 O VOLUME E OS DESLOCAMENTOS ESPACIAIS DA POPULAÇÃO ATIVA FORMAL (PAF) NA REGIC DE SÃO PAULO	133
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS</b>	<b>142</b>
<b>REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS</b>	<b>146</b>
<b>APÊNDICE</b>	<b>150</b>

## RELAÇÃO DE TABELAS

Tabela 1: População total, urbana e urbanização Brasil 1872/1950	22
Tabela 2: Evolução dos estoques, da participação e do crescimento das populações urbana e rural, Brasil - 1940/2000	30
Tabela 3: População residente e taxa de crescimento médio anual das principais Regiões Metropolitanas brasileiras, 1970/2000	35
Tabela 4: Número de municípios e população residente nas Regiões de Influência das principais Metrôpoles brasileiras, Brasil 2000	92
Tabela 5: Distribuição da população residente nas grandes REGICs brasileiras 1940/2007	96
Tabela 6: Taxa Geométrica de Crescimento Médio anual da populacional, RMs e RIs - 1940 a 2007	100
Tabela 7: Índice de Dispersão Populacional (IDP) das Regiões de Influência das principais metrôpoles brasileiras, 1940 a 2007	102
Tabela 8: Proporção da população residente nas Regiões de Influência das principais metrôpoles do país, discriminados por sub-regiões RI-1, RI-2 e RI-3 - 1940 a 2007	106
Tabela 9: Fluxos migratórios das Regiões Metropolitanas para os municípios de outra REGIC (fluxos inter-REGICs), Migração de Data Fixa, 1986/1991 e 1995/2000	109
Tabela 10: Fluxos migratórios entre as Regiões Metropolitanas e os municípios da mesma REGIC (fluxos intra-REGIC), Migração de Data Fixa, 1986/1991 e 1995/2000	110
Tabela 11: Número de vetores e distância média dos fluxos de migrantes das Regiões Metropolitanas com destino aos municípios da mesma RI 1986/1991 e 1995/2000	127
Tabela 12: Número e proporção da População Formal Ativa na RM e nas RIs da REGIC São Paulo 1995 a 2000	134
Tabela 13: Número de municípios conforme local de trabalho e tamanho da PAF/Região de Influência (RI) na REGIC São Paulo, 1996 e 2005	135
Tabela 14: Deslocamentos espaciais da PAF, com origem na RMSP e destino nos municípios das Sub-regiões de Influência (RIs) da REGIC de São Paulo 1996/2005	137
Tabela 15: Índice de Dispersão da População Ativa Formal (ID-PAF) – 1996 a 2005	139

## RELAÇÃO DE FIGURAS

Figura 1: Brasil: novo polígono de aglomeração industrial	55
Figura 2: Densidade demográfica, modelo de Kernel, Brasil - 1940, 1970 e 2000	63
Figura 3: Etapas da definição dos Centros de Gestão do Território	87
Figura 4: Rede urbana – Brasil/2007	91
Figura 5: Regiões de Influência direta das principais Metrôpoles brasileiras (REGIC 1997)	93
Figura 6: Participação da população residente nas RMs nas principais REGICs brasileiras, 1940 a 2007	99
Figura 7: Comparação entre os valores de IDP e a proporção da população da REGIC residente na Região Metropolitana (PRM) – 2007	103
Figura 8: Proporção da migração intra-REGIC na imigração e emigração nas principais Regiões Metropolitanas brasileiras, 1986/1991 e 1995/2000	112
Figura 9a: Saldo Migratório nas trocas entre os municípios da RISP e a RM 1986/1991 e 1995/2000	115
Figura 9b: Saldo Migratório nas trocas entre os municípios da RIRJ e a RM 1986/1991 e 1995/2000	116
Figura 9c: Saldo Migratório nas trocas entre os municípios da RIBR e Brasília 1986/1991 e 1995/2000	117
Figura 9d: Saldo Migratório nas trocas entre os municípios da RIMA e Manaus 1986/1991 e 1995/2000	118
Figura 9e: Saldo Migratório nas trocas entre os municípios da RIBE e a RM 1986/1991 e 1995/2000	119
Figura 9f: Saldo Migratório nas trocas entre os municípios da RIFO e a RM 1986/1991 e 1995/2000	120
Figura 9g: Saldo Migratório nas trocas entre os municípios da RIRE e a RM 1986/1991 e 1995/2000	121
Figura 9h: Saldo Migratório nas trocas entre os municípios da RISA e a RM 1986/1991 e 1995/2000	122
Figura 9i: Saldo Migratório nas trocas entre os municípios da RIBH e a RM 1986/1991 e 1995/2000	123
Figura 9j: Saldo Migratório nas trocas entre os municípios da RICU e a RM 1986/1991 e 1995/2000	124
Figura 9l: Saldo Migratório nas trocas entre os municípios da RIPA e a RM 1986/1991 e 1995/2000	125
Figura 10: Proporção da emigração das RMs conforme Regiões de	130

Influência de destino, RI-1, RI-2 e RI-3, 1986/1991 e 1995/2000	
Figura 11: Emigração das RMs nas Regiões de Influência de São Paulo, RI-1, RI-2 e RI-3, 1986/1991 e 1995/2000	132
Figura 12: Municípios da REGIC São Paulo classificados conforme local de trabalho e tamanho da PAF/Região de Influência (RI), 1996 e 2005	133
Figura 13: Densidade dos deslocamentos anuais médios da PAF procedentes da RM para as Regiões de Influência da REGIC de São Paulo —1996 a 2005	140



## INTRODUÇÃO

---

A redução no ritmo de crescimento demográfico das metrópoles brasileiras pode ser explicada, além da progressiva queda das taxas de fecundidade<sup>1</sup>, pelas alterações na dinâmica migratória interna. Se a década de 1940 foi um marco do início das grandes correntes migrantes com destino aos centros urbanos brasileiros, desde 1970 as principais metrópoles do país passaram a apresentar saldo migratório negativo nas trocas com os demais municípios do entorno. Nessa mesma década, São Paulo e Rio de Janeiro exibiram saldos negativos de 518.097 e 281.297, respectivamente. Ao lado das mudanças específicas da dinâmica demográfica, aspectos da realidade econômica e social também foram importantes na redistribuição da população no território nacional. As últimas décadas, como mostram os dados dos Censos de 1991 e 2000, são centrais

---

<sup>1</sup> A desaceleração no crescimento demográfico verificada nos Censos de 1980 e 1991 já era esperada em função da diminuição na fecundidade, que desde o final da década de 1960 já vinha sendo detectada. As PNADs da década de 1970 já confirmavam a queda da fecundidade no país, iniciando-se em regiões mais desenvolvidas e grupos sociais de maior nível de renda, estendendo-se mais tarde às demais camadas sociais. O Censo de 1980 viria confirmar essa tendência, com a queda na taxa de crescimento de 2,9% de 1960/1970 para 2,4% na década seguinte. (CARVALHO, 2004).

para a compreensão desse processo. Se, em um primeiro momento, foi o crescente o número de emigrantes procedentes do núcleo que se deslocaram para as periferias metropolitanas, atualmente há fortes indícios de uma extensão espacial das correntes migratórias procedentes das principais metrópoles do país.

Uma das questões que têm chamado a atenção no âmbito dos estudos regionais refere-se ao suposto processo de desconcentração espacial da população e das atividades econômicas. Afora as recorrentes controvérsias, que resultaram na difusão de expressões como “reversão da polarização”, “desconcentração concentrada”, “desenvolvimento poligonal”, entre outras, há pelo menos um relativo consenso acerca das evidências empíricas de queda no ímpeto de crescimento populacional dos grandes centros metropolitanos brasileiros, verificada nas últimas décadas do século passado. Embora os processos de urbanização e metropolização no Brasil sejam ainda recentes, o que praticamente impede que se fale em despolarização ou mesmo desconcentração, os dados referentes aos dois últimos Censos Demográficos parecem confirmar uma tendência de dispersão espacial da população, mesmo que os principais centros metropolitanos tenham mantido sua expressão demográfica regional e continuado a atrair expressivos contingentes populacionais.

Além das contribuições da economia regional, esse debate requer aprofundamento quanto aos efeitos da distribuição espacial da população, notadamente no que refere aos movimentos migratórios e aos deslocamentos da força de trabalho. No âmbito da Geografia, são raros os trabalhos sobre

migrações internas, principalmente aqueles que se utilizam das informações censitárias para estimar os movimentos da população no espaço. Menos freqüentes são as pesquisas voltadas para a análise espacial dos estoques e deslocamentos da população inserida no mercado de trabalho formal. A investigação sobre a distribuição e os fluxos da população permite reconhecer dimensões ainda pouco exploradas na abordagem convencional nos estudos sobre o processo de desconcentração ou dispersão espacial da população, praticamente restrita à Demografia e à Economia. É por essa lacuna que esta tese pretende trilhar.

Nesse sentido, esta pesquisa tem como objetivo principal avaliar a atual magnitude da dispersão espacial da população brasileira, tendo como recorte espacial de análise as Regiões de Influência das principais metrópoles do país, estabelecidas pelo IBGE. As evidências trazidas pelos dados censitários das últimas duas décadas demonstraram uma dispersão espacial a partir dos principais aglomerados metropolitanos? Haveria um rearranjo dos fluxos migratórios no interior das Regiões de Influência das principais cidades brasileiras? Seria a dispersão espacial evidenciada pela intensificação e difusão da emigração metropolitana? Ou essa dispersão é ainda muito incipiente, estando ainda restrita às periferias das metrópoles?

Diante desse propósito, foram utilizadas as bases referentes aos últimos Censos Demográficos e à Relação Anual das Informações Sociais (RAIS), a partir das quais foi possível identificar os estoques e fluxos da população residente e da

População Ativa Formal (PAF)<sup>2</sup>. O pressuposto principal é de que essa dispersão se materializa pelo crescimento nos estoques de pessoas residindo e/ou trabalhando fora e em espaços mais distantes das principais Regiões Metropolitanas do país, bem como pelo incremento no volume dos fluxos de população migrante e dos deslocamentos da PAF para os municípios de cada uma das Regiões de Influência, considerada a distância envolvida nos vetores que representam esses fluxos.

Cabe, contudo, expor algumas considerações e limitações enfrentadas nesta tese. Uma primeira questão refere-se à adoção da Região Metropolitana (RM) como unidade de pólo de dispersão. Ainda que outras pesquisas tenham considerado o núcleo e a periferia como entidades distintas e separadas, optou-se em manter a integridade dessas regiões, tendo em vista tratar-se, em geral, de espaços com razoável contigüidade física e forte nível de interdependência, tanto econômica, quanto política. Mesmo que existam diferenças quando comparadas as diversas Regiões Metropolitanas no Brasil, resultado de critérios distintos na delimitação e definição dos municípios que integram cada uma delas, parece pouco razoável não considerar as RMs em sua integralidade. Veja os exemplos de São Paulo/Guarulhos, Rio de Janeiro/Niterói, Belo Horizonte/Contagem, etc. Embora sejam unidades políticas e administrativas distintas, são espaços altamente interligados, cujas inter-relações justificaram o próprio estabelecimento das Regiões Metropolitanas.

---

<sup>2</sup> São incluídos na PAF os trabalhadores que na data de referência da RAIS apresentavam registro formal junto ao ministério do trabalho, o que exclui os trabalhadores autônomos, empresários sem vínculo empregatício formal e todos os demais trabalhadores que não possuem registro em carteira de trabalho.

Outra premissa diz respeito à não adoção de um único núcleo polarizador. Em estudos anteriores, foi comum a utilização de São Paulo, seja o município, RM ou Estado, como centro aglutinador, a partir do qual era avaliada a suposta desconcentração espacial. Diante dos propósitos desta pesquisa, parece pouco plausível supor que o crescimento demográfico mais acelerado das Regiões Metropolitanas de Belo Horizonte, Curitiba, Recife e Salvador, por exemplo, possa representar um quadro de desconcentração espacial da população. Além do mais, São Paulo e região mantiveram sua relevância demográfica e econômica e ainda exercem forte influência em grande parte do território nacional. A análise a partir das chamadas Regiões de Influência pode conduzir a resultados mais consistentes e coerentes com a realidade atual. Mais que uma ampliação de escala, a análise regional permite identificar processos espaciais que ocorrem em níveis hierárquicos inferiores, mais próximos das relações que se estabelecem entre os centros regionais e os demais municípios de sua área de influência.

Outro pressuposto diz respeito à significância representada pela distribuição espacial da população, que transcende sua dimensão meramente demográfica. Em contraponto aos limites na utilização da população como indicador do processo de reversão da polarização, como sugere Azzoni (1986), a população residente e os deslocamentos espaciais refletem um amplo leque de aspectos, não apenas o dinamismo ou a decadência econômica. Uma série de elementos ligados, por exemplo, à oferta de atividades culturais, às liberdades políticas, à

seguridade social, aos equipamentos de lazer, etc., atua como fator de atração ou repulsão da população. Dessa forma, a análise dos deslocamentos da população no espaço permite estabelecer uma série de inferências, inclusive aquelas de cunho eminentemente geográfico.

Em relação às limitações, pelo menos duas considerações não devem ser ignoradas. A primeira refere-se à reduzida série histórica dos dados referentes aos movimentos migratórios. Frente à necessidade de utilização dos fluxos intermunicipais, a análise restringiu-se aos dois quinquênios dos últimos intervalos censitários (1986/1991 e 1995/2000). Ainda que a identificação de tendências muito definidas em duas contagens consecutivas seja estatisticamente frágil, trata-se um período bastante peculiar. Essas décadas representam o exato momento de forte desaceleração no ritmo de crescimento populacional das principais metrópoles brasileiras. Outra limitação refere-se à abrangência das bases da RAIS, que por definição excluem os trabalhadores não formais e aqueles não inseridos no mercado de trabalho, conforme respectivas datas de referência e período de análise. A subnumeração derivada dessas bases fica latente quando avaliados os setores que tradicionalmente se utilizam mais da informalidade e em regiões menos desenvolvidas social e economicamente. Contudo, como consequência dessa própria característica, uma maior proporção da PAF permitiria identificar espaços diferenciados, cuja pujança econômica é mais patente. Outro aspecto envolve a RAISMIGRA. A não definição do local de residência, por exemplo, impede a identificação dos fluxos migratórios, o que restringe a análise aos deslocamentos no local de trabalho.

Dessa forma, esses fluxos podem envolver os movimentos migratórios, pendulares, sazonais ou mesmo temporários.

Ainda que não seja o propósito desta tese investigar os fatores sociais, políticos ou econômicos determinantes da dispersão espacial, a elaboração e divulgação de indicadores específicos podem ser úteis à elaboração e proposição de políticas públicas necessárias à redução das desigualdades regionais no país. Em várias circunstâncias, a redistribuição da população deixa de ser uma mera consequência de determinados processos espaciais, tornando-se catalisadora de profundas mudanças na realidade regional, como no exemplo do papel da migração na dinamização de São Paulo ou do Centro-Oeste brasileiro.

Esta tese está organizada em quatro unidades. Na primeira parte tem-se o propósito de apresentar uma breve revisão histórica do processo de urbanização e estruturação da rede urbana brasileira, marcada pela elevada concentração da população nos espaços metropolitanos. Nessa mesma unidade já são expostas as primeiras evidências de queda na tendência concentradora, que prevaleceu pelo menos até a década de 1970. Na unidade seguinte, de caráter eminentemente teórico, são discutidos alguns conceitos e definições associados e correlatos à noção de dispersão espacial, tais como “reversão da polarização”, “desconcentração concentrada”, “desenvolvimento poligonal”, por exemplo. Embora não seja o propósito desta tese avaliar o real enquadramento desses modelos ao caso brasileiro, a discussão em torno desses conceitos e definições

permite estabelecer uma base teórica de referência à análise da dispersão espacial da população no país, nas últimas décadas.

A terceira unidade descreve as principais características das bases de dados referentes aos Censos Demográficos e à RAIS. Implícitas nessas fontes, também são apresentadas algumas definições centrais desta tese, tais como aquelas referentes à migração e aos movimentos espaciais da PAF. Nessa mesma unidade, são apresentadas as principais características metodológicas das Regiões de Influência das Cidades (REGIC 2007), estabelecidas pelo IBGE, bem como algumas adaptações propostas nesta tese. Essas REGICs vão servir de referência à análise dos estoques e fluxos de população entre as Regiões Metropolitanas e os municípios que compõem suas respectivas Regiões de Influência (RI). Na quarta e última unidade são apresentados e discutidos os resultados, subdivididos na análise da população residente, dos fluxos migratórios e dos deslocamentos da PAF.



## **UNIDADE I – A URBANIZAÇÃO E A FORMAÇÃO DA REDE URBANA BRASILEIRA**

---

O Brasil é hoje um país predominantemente urbano. Ainda que na delimitação do espaço considerado urbano exista uma série de controvérsias, tal como oficialmente definido pelo IBGE, é inegável que ocorreram sensíveis mudanças na distribuição espacial da população, desde pelo menos 1930. Atualmente os grandes centros urbanos comportam grande parte da população brasileira, que se concentra em número reduzido de Regiões Metropolitanas. De pequenos núcleos espacialmente dispersos e pouco articulados até o início do século passado, a atual rede de cidades brasileira torna-se cada vez mais densa e dinâmica, com papéis mais complexos na divisão territorial do trabalho.

Contudo, pelo menos duas características são marcantes no processo de urbanização e na estruturação da rede urbana brasileira: velocidade e intensidade. Em poucas décadas deixamos de ser um país predominantemente rural, centrado exclusivamente em um modelo agrário exportador. Resultado dos processos de

urbanização e industrialização e da crescente e volumosa leva de migrantes que se encaminharam para os principais centros urbanos do país, novos traços vão caracterizar a organização do território brasileiro. Ainda que a economia nacional tenha mantido parte de sua notória vocação agrícola, hoje grande parte da população e das atividades econômicas concentra-se nos principais centros urbanos, principalmente nos grandes aglomerados metropolitanos.

Há, contudo, como já indicado na literatura, espaços notáveis que atualmente têm se consolidado no interior da rede urbana brasileira e atuado no sentido inverso às forças eminentemente concentradoras que agiam no país, pelo menos até finais da década de 1970. São espaços que indicam a existência de novos processos, como o estabelecimento de pólos industriais fora do perímetro metropolitano, o surgimento de novas áreas de fronteira agrícola e de desenvolvimento do agronegócio no interior do país, bem como a implantação de centros de prestação de serviços altamente qualificados, de desenvolvimento tecnológico (tecnopólos) e de mercados financeiros nas cidades de médio porte, por exemplo.

## 1.1 A URBANIZAÇÃO PRETÉRITA E A REDE DE CIDADES NO BRASIL ATÉ O INÍCIO DO SÉCULO XX

Para Santos (2005), nos primeiros séculos da colonização a cidade era bem mais uma emanção do poder longínquo, um desejo político de marcar presença no território. No entanto, essa condição não é indiscriminada para toda a América Latina, cujas características vão depender da conjunção de fatores

políticos e econômicos específicos. O próprio modelo urbano importado foi modificado em circunstâncias e momentos históricos, cujos resultados foram bastante distintos (SANTOS, 2005).

No caso brasileiro, em decorrência das características do sistema colonial, Portugal assumia parte essencial da política urbanizadora do país. O próprio regime de capitanias, na interpretação de Reis Filho (1968), visava não apenas a fixação de europeus em novas terras, mas considerava o processo de urbanização como a solução mais eficaz de dominação. A Coroa atribuía aos donatários as principais ações voltadas à política de urbanização, incluindo a própria criação de vilas. Como resultado dessa política, das trinta e sete vilas e cidades fundadas entre 1532 e 1650, menos de uma dezena foi resultado da ação direta da Coroa.

Em geral, as cidades eram criadas em pontos estratégicos e funcionavam como centros administrativos regionais, por onde se firmavam tendências centralizadoras da política portuguesa. Como descreve Reis Filho (1968, p.68):

*Essa política iniciada com a fundação da cidade de Salvador em 1549, tem continuidade com a construção do Rio de Janeiro e, no século XVII, de São Luiz e Belém. Na criação desses centros, que seriam as cabeças da rede urbana em suas regiões e constituíam parcelas de território sob a responsabilidade direta da Coroa, é natural que se*

*manifestasse, de várias formas, o interesse especial que cercava a sua fundação.*

Nesse aspecto, o antigo crescimento urbano, como denominou Santos (2005), representava mais a simples criação de cidades do que a consolidação do processo de urbanização e a estruturação da rede urbana brasileira. Para esse autor, ainda dependentes de uma economia natural, as relações entre os lugares eram fracas e inconstantes, em um país com enorme dimensão territorial. Mesmo assim, a expansão da agricultura e a exploração mineral foram a base de um povoamento e o surgimento de cidades no litoral e interior do país iria se consolidar só a partir do século XIX.

Todavia, Reis Filho (1968) acredita que a estruturação da rede urbana brasileira havia se iniciado já em 1532, com o estabelecimento do regime das capitanias e a fundação de São Vicente. Desse momento até a década 1690, quando do início da política de centralização política e administrativa no país, foram fundadas trinta e uma vilas e seis cidades no intervalo de 120 anos. Ainda de acordo com esse mesmo autor, até meados do século XVII, duas etapas de urbanização mais intensa podem ser observadas: a primeira que corresponde à instalação das capitanias da costa leste entre 1530 e 1570; e a segunda que está compreendida entre 1580 e 1640, durante a dominação espanhola e o governo dos Felipes.

Entre 1650 e 1720 foram fundadas trinta e cinco vilas, sendo duas delas elevadas à categoria de cidade (Olinda e São Paulo). Ao final desse período, a rede urbana era constituída por um conjunto de sessenta e sete vilas e oito cidades. Nesse período, podem ser destacados três momentos no processo de urbanização no Brasil: o primeiro, mais modesto, entre 1650 e 1660, compreende a criação de vilas principalmente no interior do território paulista; o segundo, de 1690 a 1700, corresponde à criação de sete vilas, quando das autorizações régias para que os governadores promovessem sua fundação; e a descoberta do ouro no interior do país, entre 1670 e 1720, marcaria um terceiro momento, que culminou com a criação de mais oito vilas (REIS FILHO, 1968).

O século XVIII, de acordo com Santos (2005), marca o início do efetivo do processo de urbanização no país, ainda que pouco expressivo em densidade e volume de população. Nesse período, como destaca Bastide (1978, p.56), *“a casa da cidade torna-se a residência mais importante do fazendeiro ou do senhor do engenho, que só vai à sua propriedade rural no momento do corte e da moenda de cana”* (apud SANTOS, 2005, p.21). Contudo, foi apenas no século XIX que a urbanização brasileira atingiu maior relevância. Em 1872, como descrito em Geiger (1963), com base em dados referentes às capitais dos Estados, às antigas províncias do Império e ao Distrito Federal (município neutro no Império), a população urbana brasileira representava pouco mais de 10% do total (ver Tabela 1). Essa proporção iria se manter praticamente inalterada até 1920. Ao final do período colonial as cidades, entre as quais se destacavam São

Luiz do Maranhão, Recife, Salvador, Rio de Janeiro e São Paulo, somavam perto de 5,7% da população do país, que era de cerca de 2,8 milhões de habitantes.

Tabela 1: População total, urbana e urbanização  
Brasil 1872/1950

Anos	População (milhões)		Urbanização (%)
	Total	Urbana	
1872	9,9	> 0,9	> 10
1890	14,3	> 1,2	> 10
1920	30,6	> 3,0	> 10
1940	41,2	13,1	31,8
1950	51,9	18,8	36,2

Fonte: Dados Censitários, In: Geiger (1963).

Se a rede urbana brasileira era pouco expressiva até o final do período colonial, ou mesmo ao longo do século XIX, entre 1920 e 1940 o grau de urbanização triplicou, atingindo o patamar de 31,24%. A população concentrada em cidades, em torno de 4,5 milhões em 1920, cresce para 6,2 milhões em 1940. Essa aceleração no crescimento da população urbana, verificada a partir de meados do século XX, marca inegavelmente uma nova fase do processo de urbanização e da redistribuição da população brasileira, resultado da reestruturação econômica e dos novos arranjos políticos subjacentes à transformação da estrutura social, ocupacional e produtiva do país (FARIA, 1991).

De acordo com Santos (2005), a urbanização brasileira pode ser circunscrita em dois grandes períodos, cujo limite divisório situa-se um pouco antes da primeira metade do século passado. Antes desse momento, os nexos econômicos eram pouco expressivos e a evolução demográfica sujeita a fortes oscilações. De

modo geral, até o final da segunda guerra mundial, a base econômica da maior parte das capitais brasileiras estava alicerçada na atividade agrícola e nas funções administrativas públicas. De acordo com Santos,

*O Brasil foi, durante muitos séculos, um grande arquipélago, formado por subespaços que evoluíram segundo lógicas próprias, ditadas em grande parte por suas relações com o mundo exterior. Havia, sem dúvida, para cada um desses subespaços, pólos dinâmicos internos. Estes, porém, tinham entre si escassa relação, não sendo interdependentes (SANTOS, 2005, p.29).*

Esse quadro começou a se alterar ainda na segunda metade do século XIX, quando a produção de café, os efeitos diretos e indiretos dessa atividade, a imigração estrangeira e a industrialização levaram o estado de São Paulo, em um período bastante curto, a tornar-se um pólo dinâmico (SANTOS, 2005)<sup>3</sup>. A consolidação do complexo cafeeiro, o comércio internacional e o trabalho do imigrante europeu permitiram a emergência de uma economia industrial embrionária que, a partir da década de 1920, alimentou a estruturação e consolidação da rede urbana brasileira. A conjuntura econômica e a formação de uma nova estrutura produtiva promoveram a reorganização do espaço brasileiro e a intensificação do processo de urbanização, marcado pela forte concentração

---

<sup>3</sup> As transformações foram também consideráveis no Rio de Janeiro, mais por força do gasto público e pelo mercado comercial do que pelo seu aparelho produtivo. As demais regiões também apresentaram potencialidades de avanço, contidas, entretanto, por obstáculos que só mais tarde seriam enfrentados (CANO, 1988).

da população e das atividades econômicas nos grandes centros urbanos do sudeste brasileiro.

## 1.2 A REESTRUTURAÇÃO PRODUTIVA E A URBANIZAÇÃO NO SÉCULO XX

A última metade do século passado compreende um momento de sensíveis transformações na estrutura e na forma da rede urbana brasileira. De uma configuração de nucleação esparsa, litorânea e desarticulada, essa rede passou a incorporar um número crescente de localidades de porte médio e centros metropolitanos, bem como de dispor de uma complexa malha viária de interligação articulando os mais distantes recantos do território nacional<sup>4</sup>. Para Martine (1994), há certo consenso que a década de 1930 marca um ponto de inflexão decisivo no processo de modernização da sociedade brasileira, cujo

---

<sup>4</sup> Os estudos sobre redes urbanas tiveram como ponto de partida decisivo o clássico trabalho de Walter Christaller, que deu origem à “Teoria dos Lugares Centrais”. Ainda que tenha recorrido às clássicas abordagens dos estudos regionais urbanos, seu trabalho inovou ao ressaltar o fato de que o tamanho e a localização das cidades obedeciam a uma organização definida pelo raio de ação no mercado de alguns bens de consumo, que estabeleciam um processo de hierarquização entre os núcleos urbanos da região. No Brasil, um dos estudos pioneiros sobre a rede urbana pode ser atribuído a Pierre Deffontaines, na década de 1940, que abordou as categorias de centros urbanos existentes no Brasil indicando as principais razões do estabelecimento das aglomerações. Outro nome importante nos estudos sobre a rede brasileira de cidades é Pierre Monbeig. Esse autor analisou a formação da rede urbana paulista, demonstrando como a cidade de São Paulo transformou-se, de um pequeno vilarejo fundado por jesuítas, na maior metrópole do país. Também merece destaque o estudo da rede de cidades desenvolvido pelo geógrafo Pedro Pinchas Geiger, intitulado “Evolução da Rede Urbana Brasileira”. Nesse trabalho, publicado em 1963, o autor mostra como determinados núcleos urbanos do país, sob influência do processo de industrialização, começaram a estabelecer áreas de influência sobre outros centros urbanos de menor porte, dando origem a uma configuração das relações espaciais no país, que acabava de alterar sua matriz produtiva do modelo agrário-exportador para o urbano-industrial. A partir da década de 60, a profusão de estudos sobre a rede urbana brasileira sofre grande influência de Michel Rochefort. Para Rochefort, em concordância ao modelo proposto por Christaller, a identificação das hierarquias urbanas poderia ser realizada a partir da análise do peso das atividades terciárias em relação à população economicamente ativa.



resultado é a quebra da hegemonia da economia agrícola e a dinamização da indústria nacional<sup>5</sup>. No entanto, ainda que a indústria tenha se tornado elemento chave no crescimento das grandes cidades, a atividade urbana e a agrícola não se tornaram independentes economicamente. O que ocorreu, na verdade, foi a tendência de diferenciação espacial de áreas mais urbanizadas, nas quais a produção industrial e a prestação de serviços passam a dominar. A metrópole e o estado paulista seriam os principais beneficiários dessa reestruturação produtiva, tendo em vista as condições favoráveis da época e, sobretudo, pelo dinamismo de sua própria economia e não, como se poderia pensar, pela apropriação líquida de recursos provenientes da periferia nacional (CANO, 1988)<sup>6</sup>.

Ainda de acordo com Cano (1988), o último quinquênio da década de 1950 representou a exitosa consolidação do processo de industrialização, com a

---

<sup>5</sup> Embora o início da década de 1930 seja considerado o momento de ruptura do antigo padrão de acumulação primário exportador para o crescimento industrial no país, os investimentos realizados durante a década de 1920, como já mencionado, foram determinantes nessa transformação (CANO, 1988). A experiência no comércio e os recursos mobilizados pelos imigrantes estrangeiros e o próprio capital cafeeiro alimentaram a diversificação na produção agrícola e a implantação do maior parque industrial do país. Essa foi uma década de enorme esforço de investimento produtivo na indústria, que representa não apenas a crise de sobreacumulação cafeeira, mas também industrial. Geiger (1963), porém, sugere que os primeiros passos foram dados desde a metade do século XIX, quando da fase inicial da instalação de indústrias, da introdução de ferrovias, do telégrafo e da constituição de empresas de navegação. Ainda de acordo com esse autor, “entre 1850 e 1860 fundaram-se 62 empresas industriais, 14 bancos, 3 Caixas Econômicas, 20 companhias de navegação a vapor, 23 de seguros, 4 de colonização, 8 de mineração, 3 de transporte urbano, 2 de gás e finalmente 8 de estradas de ferro”. (p.79).

<sup>6</sup> Como lembra Cano (1988), a economia cafeeira foi a que apresentou o maior dinamismo no contexto nacional, resolvendo uma série de estrangimentos de infra-estrutura, como os de transportes, de comunicações e de urbanização. Criava-se também o acúmulo de economias externas que beneficiariam a formação industrial de São Paulo, reduzindo os gastos de inversão e os custos de produção.

implantação da indústria pesada e da extraordinária expansão rodoviária<sup>7</sup>. Com os novos segmentos produtivos foi alterada sensivelmente a estrutura produtiva brasileira: os bens de consumo não duráveis, que em 1919 correspondiam a 76% da produção industrial, em 1959 englobavam 53%. Os bens intermediários passaram de 22% para 34% e os bens de capital e de comércio durável de menos de 2% para 13%. De acordo com esse mesmo autor,

*Ampliou-se consideravelmente o mercado de trabalho urbano: entre 1940 e 1950 o setor urbano aumentou em 1,5 milhão seus empregos, enquanto o rural crescia de apenas 0,5 milhão; entre 1950 e 1960 as cifras respectivas seriam de 3,6 e de 2,0 milhões. É evidente que a intensificação da urbanização fazia o país transitar de uma sociedade rural para uma industrial, embora [...], mais concentradas nos espaços do Rio de Janeiro e de São Paulo [...]. (CANO, 1988, p.73).*

Essa reestruturação produtiva teve profundos reflexos nas atividades econômicas e na distribuição espacial da população brasileira. Para Singer (1973), o processo de urbanização não envolve apenas uma mudança de técnicas de produção e uma diversificação maior de produtos, mas também uma

---

<sup>7</sup> Em fins da primeira metade do século XX, Bradford acreditava que o Brasil ainda não contava com uma rede de cidades bem desenvolvida, os núcleos populacionais eram marcados por grande crescimento e alta instabilidade, dado que a pequena divisão do trabalho ainda não havia possibilitado a formação de aptidões regionais e especializações em relação ao quadro urbano. A próspera cultura de café no século XIX traz profundas mudanças para a cidade e seu entorno, motivadas, principalmente, pela instalação de uma rede ferroviária que articulava eficientemente São Paulo com várias localidades dentro do Estado. (NEGRI, 1996).

profunda alteração na divisão social e territorial do trabalho. Uma vez iniciada a industrialização, o sítio urbano tende a atrair população de áreas próximas.

*A aglomeração espacial da atividade industrial se deve à necessidade de utilização de uma infra-estrutura de serviços especializados (de energia, água, esgotos, transporte, comunicações, etc.) e às economias externas que decorrem da complementaridade entre os estabelecimentos industriais. Para reduzir custos de transporte que consubstanciam estas economias externas, as empresas que realizam intenso intercâmbio de mercadorias tendem a se localizar próximas umas das outras. Surge daí a cidade industrial (SINGER, 1973, p.218).*

Para Geiger (1963), a influência do processo de industrialização é central na evolução urbana brasileira, porquanto fazia acelerar o ritmo de crescimento da população, pela formação de aglomerações urbanas mais complexas e pela consolidação de grandes metrópoles<sup>8</sup>. Entre 1940 e 1950, o setor urbano brasileiro passou de 31,2% para 36,2% do total da população. Esse salto de 5% é bastante significativo, sobretudo se levarmos em conta a forte concentração da população urbana em um número pequeno de cidades. Em 1950, havia 478 localidades com mais de 5 mil habitantes e apenas 220 com mais de 10 mil. Também era reduzido o número de cidades médias (mais de 50 mil habitantes) e

---

<sup>8</sup> Naquele momento, importantes avanços nas áreas de saúde e saneamento produziram sensíveis reduções nos níveis de mortalidade da população brasileira, o que iniciou um período de crescimento vegetativo acelerado. Daí se estabeleceu, desde cedo, em função de sua estrutura industrial mais avançada, uma forte predominância do complexo econômico paulista, imprimindo uma relação de centro-periferia em relação às demais regiões do país. (CANO, 1988).

grandes (mais de 100 mil habitantes), que englobava uma pequena proporção da população residente. Os grandes aglomerados metropolitanos do Rio de Janeiro e São Paulo, em 1950, concentravam 9,8% da população brasileira. Quando observada somente a população urbana, apenas as cidades do Rio de Janeiro e de São Paulo reuniam 25% do total<sup>9</sup>. Essa tendência concentradora, reflexo da própria característica da política de centralização das atividades econômicas nos principais centros urbanos do país, irá prevalecer pelo menos até finais da década de 1970, quando surgem os primeiros sinais de perda de atratividade nos grandes centros urbanos do país.

### 1.3 A METROPOLIZAÇÃO E A CONSOLIDAÇÃO DA REDE URBANA BRASILEIRA

De acordo com a classificação adotada pelo IBGE, conforme dados expostos na Tabela 2, em 1940, mais de 69% da população brasileira residiam no meio rural, o que correspondia a um volume de 28.356 milhões de pessoas. Na década de 1970, a população urbana havia se tornado predominante, compreendendo cerca de 57% dos residentes no país (mais de 52 milhões de pessoas)<sup>10</sup>. Em

---

<sup>9</sup> Essa concentração da população urbana, como destaca Geiger (1963), ocorreu de modo bem mais grave que a realidade apresentada por vários países europeus, como a Inglaterra ou França, por exemplo. Uma das razões dessa diferença estava no fato de o Brasil ainda não apresentar-se como uma unidade econômica e social integrada como ocorria na Europa Ocidental. A estrutura urbana revelava a herança de um passado bem recente, no qual a economia estava quase totalmente voltada para a exportação, com trocas interiores débeis, configurando o que os economistas denominavam de “arquipélago brasileiro” (GEIGER, 1963).

<sup>10</sup> Veiga (2002) tenta demonstrar que o Brasil é menos urbano do que se calcula se utilizarmos critérios mais comumente usados internacionalmente. Porém, mais do que uma preocupação meramente contábil, seu objetivo é apontar para a necessidade de uma renovação sobre as tendências da urbanização e de suas implicações sobre as políticas de desenvolvimento

2000, quase 138 milhões de habitantes encontravam-se em áreas urbanas, o que correspondia a mais de 80% da população do país<sup>11</sup>.

De 1940 a 1980, o ritmo de crescimento da população urbana manteve-se bastante elevado, atingindo o ápice de 5,32% ao ano no período 1960/1970. Esse processo indicava, pelo menos até 1970, que o não só campo crescia menos que a cidade, mas também começava a sofrer um processo de esvaziamento populacional. De 1970 a 2000 houve uma redução de 6,7 milhões de pessoas que viviam na zona rural do país. Essa transferência de população foi um reflexo de profundas mudanças no sistema produtivo rural, incluindo a própria estrutura fundiária. O processo de modernização agrícola provocou forte concentração de terras e redução na demanda por trabalho, o que conduziu a população migrante para as cidades, e cidades cada vez maiores (MARTINE, 1994).

---

nacional. Para compreender seus argumentos, entretanto, é preciso observar que o rural não pode ser identificado exclusivamente com aquilo que está fora do perímetro urbano dos municípios brasileiros, muito menos com as atividades exclusivamente agropecuárias. O autor chama a atenção para o fato de que o rural é necessariamente territorial e não setorial, como os programas governamentais insistem em propor e executar. Porém, o corte rural-urbano de nossas políticas públicas que apontavam para o inexorável esvaziamento daquele “local do atraso” encontra respaldo também em amplos segmentos de pensadores contemporâneos, formuladores e gestores de políticas públicas, além de lideranças representativas do setor patronal rural que defendem a maximização da competitividade do agronegócio, que passaria pela eliminação de um grande “excesso de agricultores”. Essa visão setorializada do rural é fortalecida, ainda, pela regra brasileira que identifica como urbana toda e qualquer sede de município, e mesmo as sedes distritais.

<sup>11</sup> Como Destaca Baeninger (1998), o avanço do processo de urbanização do país não atingiu todas as regiões de forma homogênea. Em 1960, por exemplo, quando no Sudeste 50% da população viviam em áreas urbanas, no Norte esse contingente representava cerca de 34%. Ainda que em todas as regiões do país a maior parte da população habitava as áreas urbanas desde 1980, as diferenças regionais continuariam relevantes. Em 1996, no Sudeste, a população urbana era superior a 90%, enquanto essa proporção ainda girava em torno de 60% nos casos do Norte e Nordeste do país.

Tabela 2: Evolução dos estoques, da participação e do crescimento das populações urbana e rural, Brasil - 1940/2000

Anos	População (milhões)		População/Total (%)		Crescimento (% a.a.)	
	Urbana	Rural	Urbana	Rural	Urbana	Rural
1940	12.880	28.356	31,23	68,77	xxx	xxx
1950	18.783	33.162	36,16	63,84	3,84	1,58
1960	31.534	41.054	43,44	56,56	5,32	2,16
1970	52.084	38.566	57,46	42,54	5,15	-0,62
1980	80.436	36.566	68,75	31,25	4,44	-0,53
1991	110.876	33.997	76,53	23,47	2,96	-0,66
2000	137.953	31.845	81,25	18,75	2,46	-0,72

Fonte: IBGE, dados censitários.

Um dos aspectos dessa reorganização do espaço brasileiro durante parte da segunda metade do século passado foi a concentração progressiva e acentuada da população em áreas urbanas, notadamente em núcleos de maior porte. Para Martine (1994), o significado dessa mudança assume maior importância ao se examinar o crescimento populacional dos municípios com população superior a 500 mil habitantes. Se na década de 1940 essas localidades respondiam por apenas 28% do crescimento total, na década de 1970 absorviam mais de 58%. Trata-se, como destacam esses mesmos autores, de um período marcado por profundas transformações na estrutura econômica, social e política do país, caracterizadas pelo dinamismo da região econômica dominado pelos principais núcleos metropolitanos, notadamente pela capital paulista.

Para Matos e Baeninger (2004, p.14), até os anos 1970, as tendências gerais dos deslocamentos populacionais no Brasil estavam ancoradas, basicamente, nos seguintes eixos:

*a) na enorme transferência de população do meio rural para o urbano que, refletindo as distintas etapas do processo de desenvolvimento, contribuiu para o esvaziamento do campo; b) nas migrações com destino às fronteiras agrícolas; c) no intenso fenômeno da metropolização e na acentuada concentração urbana.*

Em 1970, 25,46% da população brasileira residiam nas regiões metropolitanas. Essa participação foi ampliada para 37,54% em 2000. Ainda que parte do aumento no peso relativo representado pelos estoques da população residente nessas regiões seja resultado da criação de novas regiões metropolitanas ou pela incorporação de novos municípios<sup>12</sup>, o crescente contingente de migrantes que se dirigiu para as áreas metropolitanas expõe, pelo menos até a década de 1980, uma característica marcante da distribuição espacial da população brasileira: a forte concentração demográfica e econômica.

No entanto, como destaca Faria (1991), esse crescente volume de população urbana não ficou restrito apenas a um pequeno número de centros de grande

---

<sup>12</sup> Em 1973, foram instituídas, pela Lei Complementar Federal nº 14, as primeiras Regiões Metropolitanas do país, que incluíam Belém, Belo Horizonte, Curitiba, Fortaleza, Porto Alegre, Recife, Salvador, São Paulo, como previsto pela emenda à Constituição de 1967. No ano seguinte, com a fusão dos estados da Guanabara e do Rio de Janeiro, foi criada a Região Metropolitana do Rio de Janeiro. A partir de 1988, a Constituição atribuiu aos estados a institucionalização das Regiões Metropolitanas, “constituídas por agrupamentos de municípios limítrofes, com o objetivo de integrar a organização, o planejamento e a execução de funções públicas de interesse comum” (Artigo 25, parágrafo 3º). No planejamento e execução do Censo Demográfico de 2000, o IBGE identificou 22 Regiões Metropolitanas, mais a Área de Expansão Metropolitana da RM de Florianópolis, a Área de Expansão Metropolitana da RM do Vale do Itajaí, a Área de Expansão Metropolitana da RM do Norte/Nordeste Catarinense, o Núcleo Metropolitano da RM do Vale do Itajaí e o Norte/Nordeste Catarinense, que compreendem um total de 366 municípios (em 1973, 97 municípios faziam parte das RMs).

porte, como ocorreu em outros países não desenvolvidos. Na verdade, o processo de urbanização no Brasil entre 1950 e 1980 apresentava dupla característica. De acordo com Faria,

*Por um lado, concentra grandes contingentes populacionais – em termos de tamanho absoluto – em um número reduzido de áreas metropolitanas e grandes cidades como Rio de Janeiro, São Paulo, outras áreas metropolitanas e capitais regionais e sub-regionais; por outro, alimenta o crescimento da população urbana de um número grande – e crescente – de cidades de diferentes tamanhos que se integram num complexo padrão de divisão territorial do trabalho social tanto no campo como entre cidades (FARIA, 1991, p.29).*

O sistema urbano e a rede de cidades brasileiras, em função da assimetria entre a distribuição espacial das atividades mais dinâmicas e modernas e a distribuição da população urbana, mostravam-se bastante heterogêneos. Cidades de mesmo porte, dependendo de sua posição e função no sistema urbano de divisão do trabalho social, apresentavam-se como profundamente diferentes do ponto de vista de sua estrutura ocupacional e social. Dentro das cidades acentuou-se a segregação espacial e generalizou a existência de periferias urbanas, antes um privilégio dos grandes centros (FARIA, 1991).

A partir do final da década de 1970, a expansão da economia brasileira e os próprios efeitos inerciais do crescimento demográfico favoreceram o



aparecimento de um amplo conjunto de aglomerações urbanas, o que levou à expansão e densificação da rede urbana, bem como um consistente processo de interiorização do desenvolvimento econômico do país (MATOS; BAENINGER, 2004). Para esses autores, o dinamismo e a complexidade do processo de urbanização podem ser observados pela própria multiplicação do número de municípios. De 1950 a 1980 houve um aumento de 2.102 municípios, atingindo um total de 3.991 ao final do período. Ainda que a maior parte desses municípios (87,6% do total) seja formada por centros urbanos de pequeno porte (menos de 20 mil habitantes), em 1980 eles respondiam por apenas 22% da população. Nesse mesmo momento, os treze municípios com mais de 500 mil habitantes concentravam cerca de 31% do total da população brasileira (BAENINGER, 1998). Em 2000, em torno de 60% da população urbana residia em cidades com mais de cem mil habitantes, o que indica que a concentração da população nas grandes cidades e a urbanização foram processos simultâneos no Brasil (BRITO, 2006).

#### 1.4 A URBANIZAÇÃO E A REESTRUTURAÇÃO DA REDE URBANA NA ATUALIDADE

A passagem da década de 1970/1980 marca um momento importante na dinâmica demográfica e na distribuição espacial da população brasileira. De um lado, a queda na fecundidade geral levava à redução continuada no ritmo de crescimento da população brasileira, passando de 2,87% ao ano entre 1960/1970 para 2,48% e 1,93% nos períodos de 1970/1980 e 1980/1991, respectivamente. Entre 1991/2000, a taxa de crescimento atingiu 1,63% ano. De

outro lado, o redirecionamento dos fluxos migratórios internos passava a privilegiar novos espaços, tanto nas periferias metropolitanas quanto os centros urbanos do interior do país. Desde a década de 1970, como assinala Redwood III (1984), acumularam-se os sinais acerca da desconcentração demográfica a partir das principais áreas metropolitanas brasileiras.

Como pode ser observado pela análise da Tabela 3, o nível de crescimento das Regiões Metropolitanas tradicionais sofreu sensível queda nas últimas décadas do século passado. A taxa de crescimento anual caiu de 3,79% entre 1970/1980 para 1,99% entre 1980/1991. Nos anos de 1990, essa taxa já havia se reduzido para apenas 1,66% ao ano. Essa queda no ímpeto metropolitano torna-se mais visível quando analisados os casos de São Paulo e Rio de Janeiro. A taxa de crescimento anual da população da RM de São Paulo caiu de 2,44% de 1970/1980 para 1,64% de 1991/2000. Nesse mesmo período, a RM do Rio de Janeiro apresentou uma redução de 2,44% para 1,17%. A redução nos níveis de crescimento é ainda mais drástica quando observados os núcleos metropolitanos, que atingiram as taxas de 0,28% e 0,44% para os casos das RMs de São Paulo e Rio de Janeiro, respectivamente<sup>13</sup>.

---

<sup>13</sup> O movimento de população no espaço intrametropolitano, apesar de ter sido compensado pela migração intra-estadual, contribuiu sensivelmente para a redução nas taxas de crescimento dos principais núcleos metropolitanos nos anos 70. Na Região Metropolitana de Belo Horizonte (RMBH), por exemplo, o resultado foi semelhante. A queda no ritmo de crescimento da capital mineira também passou a refletir a intensificação dos fluxos migratórios em direção aos vizinhos metropolitanos e para os demais centros urbanos regionais (BRITO, 1997).

Tabela 3: População residente e taxa de crescimento médio anual das principais Regiões Metropolitanas brasileiras, 1970/2000

RMs	População residente				Crescimento (% a.a.)		
	1970	1980	1991	2000	70/80	80/91	91/00
Belém	655.901	999.165	1.332.840	1.674.183	4,3	2,65	2,57
Fortaleza	1.036.779	1.580.074	2.307.017	2.852.514	4,3	3,5	2,39
Recife	1.791.322	2.347.146	2.858.147	3.189.245	2,74	1,81	1,23
Salvador	1.147.821	1.766.614	2.496.521	3.009.536	4,41	3,19	2,1
Belo Horizonte	1.658.482	2.609.583	3.436.060	4.107.554	4,64	2,53	2
Rio de Janeiro	6.891.521	8.772.265	9.814.574	10.894.156	2,44	1,03	1,17
São Paulo	8.139.730	12.588.725	15.444.941	17.879.997	4,46	1,88	1,64
Curitiba	821.233	1.440.626	2.000.805	2.662.441	5,78	3,03	3,23
Porto Alegre	1.574.239	2.285.140	3.038.792	3.336.410	3,8	2,63	1,04
Total RM	23.717.028	34.389.338	42.729.697	49.608.037	3,79	1,99	1,67

Fonte: IBGE, dados censitários.

No entanto, como destaca Matos (1995b), do ponto de vista econômico e demográfico, ainda que seja incorreto afirmar categoricamente sobre a ampla generalização do processo de desconcentração demográfica e econômica, tudo indica que o país tenha ingressado em um ciclo de descompressão do crescimento urbano central<sup>14</sup>. O espraiamento industrial contou com o adensamento do sistema urbano e dos vínculos de interdependência e complementaridade na rede urbana brasileira. Tais pontos tendem a sintetizar espacialmente o processo de mudanças estruturais de longa duração,

<sup>14</sup> Ao analisar as trocas populacionais entre os pontos da rede urbana mineira, a partir dos dados do Censo de 2000, Matos (1999) acredita que se acumularam evidências de um considerável aumento do número de emigrantes procedentes de Belo Horizonte residentes no interior do estado. Boa parte dos principais municípios de Minas Gerais passou, com base nos dados relativos à migração de data fixa (1995/2000), a exibir saldos positivos em relação ao núcleo metropolitano. Vários centros urbanos no interior de Minas Gerais, além do próprio contingente de migrantes procedentes do núcleo metropolitano e dos demais municípios do estado, ainda recebem numerosos imigrantes interestaduais, principalmente aqueles oriundos do estado de São Paulo. Apesar do forte peso representado pela imigração de retorno (naturais de Minas), é também destacada a entrada de paulistas, que têm como área de destinos os centros urbanos mais dinâmicos do interior, principalmente aqueles do Sul de Minas e Triângulo Mineiro (MATOS *et al.*, 2004).

emoldurando localizações alternativas para investimentos econômicos e para o surgimento de novos papéis e níveis de especialização, que podem cristalizar desenhos pelos quais circulam mercadorias, pessoas e capitais, não necessariamente circunscritos ao perímetro Sul-Sudeste (MATOS, 1995b).

Corrêa (2006) destaca alguns pontos relevantes na reestruturação da rede urbana brasileira na atualidade, tais como: a) a criação de novos núcleos urbanos: criação de novos centros e refuncionalização de outros; b) a diversificação funcional dos centros urbanos: maior complexidade funcional e diferenciação regional; c) a crescente articulação entre os centros e regiões: intensificação e complexificação das interações espaciais, seja em curta ou longa distância; d) a diferenciação de padrões espaciais: surgimento de padrões de rede mais complexos, não mais dendríticos ou christallerianos; e) novas formas de urbanização: megalópoles, novos aglomerados e corredores urbanos, etc.

De qualquer forma, importantes mudanças na distribuição espacial da população brasileira ocorreram nas últimas décadas, mesmo que ainda não seja possível confirmar padrões e tendências mais definidas na urbanização e na rede urbana. Também é indiscutível o papel determinante representado pelas migrações internas, em suas diversas formas e vetores, as quais contribuem para a compreensão das causas e conseqüências da redistribuição espacial da população brasileira. Elas constituem, como sugere Brito (2006), o elo maior entre as mudanças estruturais pelas quais a sociedade e a economia vêm passando, bem como o próprio processo de aceleração e desaceleração da urbanização no Brasil.

## UNIDADE II – DISCUSSÃO TEÓRICA SOBRE A DESCONCENTRAÇÃO E A DISPERSÃO ESPACIAL DA POPULAÇÃO

---

Não é novo o debate sobre o processo de reversão da polarização e de desconcentração espacial da população brasileira. Depois de décadas em que o país enfrentou uma forte concentração da população e das atividades econômicas nos principais centros urbanos do Sudeste, notadamente na Região Metropolitana de São Paulo e periferia, parecia surgir fortes indícios sobre a ocorrência do processo de reversão da polarização no Brasil, tal como proposto para o caso dos países desenvolvidos. Ainda que nossa realidade social e econômica fosse distinta, foram várias as tentativas que buscaram avaliar essa hipótese. Outras expressões como desconcentração concentrada, desenvolvimento poligonal e descompressão espacial, por exemplo, foram forjadas na economia e análise regional para compreender a realidade brasileira. Longe de um consenso, os resultados e conclusões subseqüentes representaram o acirramento desse debate e alimentaram uma série de indagações ainda sem respostas conclusivas.

Nos escassos estudos sobre a reversão da polarização, ou desconcentração espacial, no âmbito da demografia, a população residente tem tradicionalmente sido utilizada como indicador chave, embora raramente os resultados sejam associados e contrapostos aos fluxos migratórios. Apesar de os estoques de população serem considerados essenciais na formação e consolidação de mercados de trabalho e consumo, sua distribuição espacial e, por consequência, os movimentos migratórios internos não devem ser ignorados, tendo em conta seus efeitos cumulativos sobre as estruturas de aglomeração, que também constituem um importante fator de atração das atividades econômicas (MATOS, 1995a).

Também são raros os trabalhos que avaliam a distribuição espacial da força de trabalho, notadamente os deslocamentos da mão-de-obra no espaço. Os dados disponibilizados na RAIS/RAISMIGRA permitem análises acuradas nesse sentido. De periodicidade anual, essas bases permitem aferir os estoques e acompanhar o trabalhador no tempo e no espaço da População Ativa Formal (PAF). Mesmo que seja um levantamento apenas parcial da população, é possível extrair dos dados da RAIS indicadores razoavelmente precisos sobre a concentração ou dispersão espacial da força de trabalho.

No caso brasileiro a migração assume caráter especialmente relevante, dada a intensidade e velocidade da concentração populacional nos principais centros urbanos. Nas últimas décadas, novas tendências têm marcado a dinâmica migratória no país, o que levou, por exemplo, a menor pressão dos grandes movimentos rurais sobre os centros urbanos e o crescimento dos fluxos de

emigração procedentes das grandes metrópoles nacionais. Novos mercados de trabalho têm sido criados ou expandidos, o que também requer um levantamento dos movimentos espaciais da mão-de-obra no país. Nessa perspectiva, a análise da distribuição da população e das migrações abre um rico leque de possibilidades para se avaliar o real estágio de uma suposta dispersão espacial da população.

## 2.1 AS ESTRUTURAS ESPACIAIS CONCENTRADAS: AS ECONOMIAS DE AGLOMERAÇÃO

A formação das chamadas estruturas espaciais concentradas, de acordo com Matos (1995a), pode ser vista como resultado da conjunção de vários fatores que interagem no tempo e se reportam às formas de inserção na divisão internacional do trabalho e intervenção do Estado, à distribuição diferenciada dos recursos naturais e da força de trabalho no espaço e às vantagens aglomerativas que se difundem em áreas densamente ocupadas. As relações internacionais, combinadas à atuação do Estado e à dinâmica interna de acumulação, podem ser consideradas como condicionantes de ordem estrutural, dada sua relevância interna (Matos, 1995b). O papel do Estado é particularmente decisivo na formação dessas economias de aglomeração, sobretudo quando intervém nas áreas de transportes e comunicações, no âmbito da normalização jurídica e institucional e na execução de obras de infra-estrutura<sup>15</sup>.

---

<sup>15</sup> Como enfatiza Cano (1988), no Brasil o Estado agiu decisivamente no padrão de localização das atividades produtivas e de desenvolvimento econômico, favorecendo a expansão e consolidação do parque industrial de São Paulo. Várias evidências históricas não deixam dúvidas

Um fator central na gênese do crescimento econômico é dado pela dotação de recursos naturais, cujo papel representado no desenvolvimento regional tem sido recorrentemente apontado na literatura, como destacado no debate entre North e Tibeout e nas formulações de Perloff e Wingo (DINIZ, 1993)<sup>16</sup>. No Brasil, a ocupação inicial do território foi condicionada, em boa medida, pela própria disponibilidade e apropriação dos recursos naturais. A distribuição desigual desses recursos pode, nesse aspecto, potencializar o efeito das vantagens comparativas, contribuindo para a formação das economias regionais e distribuição das atividades produtivas.

Outro aspecto relevante apontado por Matos (1995b) refere-se à concentração da população que, de modo semelhante aos recursos naturais, também pode ser vista com um fator de indução ao crescimento da produção, embora não deva ser considerada como determinante. Para esse mesmo autor, mais que o próprio volume de população residente, o mais importante é a disponibilidade da mão-de-obra para o trabalho, tanto em quantidade como em qualidade suficientes. A manutenção de expressivos estoques da força de trabalho, inclusive sob ponto

---

nesse sentido. Por exemplo, a conhecida expansão econômica brasileira pós-1930 não pode ser entendida desconsiderando-se o peso decisivo da ação do Estado. Nesse período, ocorreu uma avalanche de investimentos por empresas controladas pelo Governo Federal, em aço, petróleo, potássio, papel petroquímica, carvão, mineração, dentre outras. A decisão locacional, em muitos casos, foi tomada por critérios políticos, sendo viabilizada diretamente pelos braços do Estado (DINIZ, 1993).

<sup>16</sup> De acordo com Diniz (1993), a abordagem weberiana tem sido considerada como adequada à explicação da localização das atividades econômicas com base nos recursos naturais, as quais se distribuem principalmente em função dos custos de transporte. Após o início da exploração de um recurso natural, o custo de transporte tende a favorecer a localização das indústrias processadoras de materiais próximas à base de recursos, podendo gerar um processo de aglomeração.



de vista da análise marxista, é considerada como uma condição para a expansão capitalista, tendo em vista seu papel na regulação do valor da remuneração da força de trabalho.

A concentração de população em grandes centros urbanos também induz a formação de um importante capital fixo que funciona na manutenção de expressivas unidades de produção, formando amplos mercados que permitem incrementar as economias de escala, tanto por uma maior especialização na produção das empresas, como pela distribuição de bens e serviços. Essa concentração permite o aumento da quantidade de produção por unidade de insumo, quando comparado com padrões alternativos mais dispersos de distribuição (REDWOOD III, 1984). Criam-se, dessa forma, as condições necessárias ao surgimento de determinados fatores espaciais, cujos arranjos definiriam as chamadas economias de aglomeração. Essas economias constituem-se em um dos fundamentos da organização do espaço econômico, ao favorecer a produção e reprodução de atividades com custos diferenciados espacialmente<sup>17</sup>. De acordo com Redwood III,

*Las economías de aglomeración se traducen normalmente en beneficios para las empresas al disminuirse los costos de producción (por unidad de producto), los que pueden deberse a los factores que incluyen menores necesidades (empresas individuales y sectoriales) de*

---

<sup>17</sup> Para Matos (1995b), o conceito de economia de aglomeração é mais complexo no interior das teorias de localização, por extrapolar os clássicos fatores que afetam as decisões locacionais de uma firma, que envolvem os custos de transporte, a disponibilidade de matéria-prima, o produto final e a mão-de-obra.

*stocks (ei.: matéria prima, reemplazo de partes de equipos productivos, et.) y trabajo (especialmente trabajo especializado) y menores costos de comunicación com los actuales o pontenciales proveedores, compradores y – particularmente en casos de las ciudades capitales – com funcionarios públicos. (REDWOOD III, 1984, p.37).*

Na economia regional, os fatores aglomerativos, na perspectiva weberiana, resultam da natureza social da produção, representando vantagens ou barateamento da produção e distribuição em função da reunião espacial de várias unidades produtivas, em escala considerável. A idéia básica é dada pela proximidade geográfica, em que as firmas possam obter vantagens em termos de redução dos custos unitários de produção (AZZONI, 1986). Como apresentado na literatura econômica, os fatores aglomerativos são classificados em economias de escala, de localização e de urbanização<sup>18</sup>.

As economias de escala, grosso modo, referem-se à diminuição nos custos unitários de produção, em virtude do aumento no volume de produção e no nível de especialização da própria firma. É como se as adições à produção se realizassem em unidades produtivas adicionais dentro da mesma planta, reduzindo os custos de produção. As economias de localização envolvem as reduções nos custos de produção devido à aproximação de firmas do mesmo

---

<sup>18</sup> Nesse debate também foi utilizado o conceito de “*economias de escopo*”, como propõem Goldstein e Gronberg. Trata-se também dos supostos efeitos de escala e de que áreas urbanas podem ser vistas como veículos para a integração espacial. A cidade pode ser entendida como uma grande firma, em que é possível e viável produzir internamente uma série de atividades pela existência de insumos partilháveis (*sharable inputs*), como, por exemplo, as condições privadas de armazenagem, oficinas de manutenção, centros de treinamento de mão-de-obra (AZZONI, 1986).

setor. Compreendem, portanto, a especialização industrial; a formação de economias de mercado de trabalho; a existência de um sistema de transporte e serviços públicos eficientes e, por fim, a presença de formas de comunicação entre as empresas do setor industrial, bem como a sua capacidade de adaptação às condições do mercado. As economias de urbanização, por sua vez, dizem respeito ao resultado do nível geral de atividade econômica na área urbana, representado pelas vantagens obtidas pelo fato de as firmas localizarem-se em um mesmo ponto do espaço. Essas economias refletem, portanto, as características do ambiente de uma grande cidade, marcado por um grande mercado de trabalho e uma infra-estrutura em escala considerável<sup>19</sup>. Esses circuitos agem em conjunto principalmente nas primeiras fases do desenvolvimento. Criam vantagens aglomerativas e promovem a concentração industrial. As economias de localização para um setor específico da indústria ocorrem, portanto, em função do tamanho de uma determinada cidade<sup>20</sup>.

Esses fatores de aglomeração na análise regional têm a ver com a relação entre os desequilíbrios regionais e o desenvolvimento econômico, a exemplo das

---

<sup>19</sup> Para Azzoni (1986), a decisão locacional das empresas ultrapassa o papel polarizador representado pelos núcleos urbanos, estendendo-se espacialmente em diferentes gradientes. Ainda de acordo com esse autor, é limitada a análise restrita à consideração do tamanho da cidade como indicador de economias aglomerativas. Mais que a cidade, o papel polarizador é exercido pela região, considerada como um campo aglomerativo que exerce atração sobre os novos investimentos.

<sup>20</sup> Redwood III (1984) chama atenção para as limitações das explicações meramente econômicas para a aglomeração espacial das atividades produtivas e da população, particularmente nos países menos desenvolvidos. Para esse autor, diversos fatores historicamente têm contribuído para a concentração econômica, entre os quais se incluem: a concentração espacial da infra-estrutura básica (transporte, energia e meios de comunicação), diferenças regionais na dotação de recursos naturais, capacidade empresarial, estrutura social, mercados de capitais pouco desenvolvidos e a concentração geográfica de outras atividades geradoras de riqueza.

contribuições de Myrdal e Hirschman. Myrdal, por exemplo, atribui aos desequilíbrios regionais o princípio da “*causação circular cumulativa*”. Esse autor acredita que o próprio sistema capitalista caminha no sentido da desigualdade, fonte de proliferação de investimentos e inovação tecnológica. As regiões mais avançadas tendem a receber mais investimentos, ainda que sejam contrabalançados pelos chamados “*spreads effects*” (efeitos de espraiamento). De modo semelhante, Hirschman também considera que o processo de desenvolvimento econômico é essencialmente concentrador, e que um dos seus resultados é o que denominou de “*efeitos de polarização*”. Para esse autor, cabe ao poder público o papel de corrigir esses desequilíbrios<sup>21</sup>.

Uma das mais recentes contribuições para a hipótese de aglomeração, como aponta Diniz (1993), postula que os novos distritos industriais são criados pela desintegração vertical, a qual amplia as economias externas. Esse processo tenderia a expandir as relações entre as plantas, pela necessidade de troca de informações, contatos face a face, fluxo de materiais e pessoas, o que implica maior proximidade geográfica. Novos distritos industriais recriados podem ser encontrados por recentes locações, na medida em que as novas atividades econômicas exigem condições e requisitos específicos que não são encontrados nos antigos centros. No Brasil a distribuição da produção industrial tem mudado

---

<sup>21</sup> Outro trabalho no âmbito da economia regional, e que provocou amplo fascínio, sobretudo no mundo não desenvolvido, foi a teoria de pólos de desenvolvimento, proposta por Perroux. De acordo com esse autor, o crescimento não ocorre de modo homogêneo e equilibrado. O elemento mais dinâmico e indutor dos efeitos de polarização é dado pela indústria motriz (empresas tecnologicamente avançadas, inovadoras e dominantes, que operam em grande escala e são capazes de difundir o crescimento sobre um vasto número de atividades), cujos efeitos são difundidos a toda uma região (MATOS, 1995b), definindo o que Perroux denominou de região polarizada.

sensivelmente nas últimas décadas, e o resultado mais notável é o relativo declínio da participação da Área Metropolitana de São Paulo. Desde então, alguns analistas têm concluído que um processo de desconcentração ou polarização reversa poderia estar em andamento, apesar de o crescimento ocorrer em poucas e selecionadas regiões do país.

## 2.2 REVERSÃO DA POLARIZAÇÃO, DESCONCENTRAÇÃO CONCENTRADA E DESENVOLVIMENTO POLIGONAL

Uma obra de referência na discussão sobre o processo de reversão da polarização foi elaborada por Richardson (1980). Para esse autor, o crescimento continuado da concentração das atividades econômicas não leva a um perpétuo aumento da eficiência. Os benefícios marginais derivados da escala urbana e da concentração produtiva tendem a diminuir a partir de certo tamanho de população. Os custos médios de prover infra-estrutura física, serviços públicos e administração governamental local aumentam em termos *per capita* com o crescimento da cidade. A relação custo-benefício altera-se a favor de custos crescentes.

Richardson acredita que o ponto de inflexão médio e os custos sociais marginais refletem o começo de crescentes deseconomias de aglomeração, que ocorrem em função do incremento da congestão e contaminação (em conjunto com os fatores sociais tais como aumento da criminalidade e da marginalidade); da elevação no preço médio da terra (que passa a sofrer concorrência entre usos

alternativos de solo) e do trabalho (aumento do custo de vida devido aos custos crescentes de transporte e habitação, explicados em parte pelas altas do preço da terra)<sup>22</sup>. Dessa forma, um ponto de inflexão decisivo, como apontado por Redwood III (1984), refere-se à intensificação das deseconomias de aglomeração, que incluem fatores sociais, como o aumento da criminalidade urbana, e refletem incrementos pela elevação dos custos de moradia e trabalho.

Para Richardson (1980), esse processo caracteriza-se pela mudança de tendência de polarização espacial na economia nacional, a partir da qual ocorreria a dispersão espacial para fora da região central, que se dá a partir de em uma seqüência de fases: no início haveria um processo bem definido de concentração econômica, quando se estabelece um centro e uma periferia; em seqüência ocorreriam transformações estruturais na área central, em que os núcleos adjacentes passariam a apresentar crescimento mais acelerado que o centro; o terceiro estágio marcaria o início do processo de reversão da polarização, quando haveria uma dispersão ampliada; na seqüência a dispersão também atingiria os centros secundários; e finalmente a área central começaria a perder população<sup>23</sup>.

---

<sup>22</sup> Em síntese, como bem esclarece Negri (1996), as deseconomias de aglomeração envolvem: “um conjunto de variáveis, entre as quais se destacam os maiores custos de transportes, de terreno, de serviços e de infra-estrutura urbana, incluindo-se outras que provocam alteração na organização da produção e na sua produtividade, com maiores dispêndios de tempo com transporte, ampliação do poder sindical de classe trabalhadora, questões ambientais, com deteriorização das condições de vida nos grandes centros urbanos, queda na produtividade do trabalho, etc.” (NEGRI, 1996, p.15).

<sup>23</sup> Richardson analisou os casos do Japão e da Coréia, onde teria ocorrido o processo de reversão da polarização. Contudo, a experiência americana, com a perda expressiva de população das grandes cidades do Nordeste e o grande crescimento dos centros do Sul do país, é aquela que mais se aproxima do modelo proposto.

Dessa forma, à medida que as oportunidades de emprego começam a expandir-se mais rapidamente fora da principal área metropolitana, a população residencial tenderá a redistribuir-se ao longo de todo o sistema urbano, refletindo as crescentes vantagens comparativas das cidades secundárias. Os fluxos de capital e da força de trabalho começam a convergir para fora da metrópole central até cidades secundárias, acentuando o ritmo de crescimento econômico e demográfico desses espaços, que necessariamente deve expandir-se para as demais regiões do país.

Na literatura econômica, como indicado por Lo e Salih (1980), são listadas as seguintes condições para a ocorrência do processo de reversão da polarização:

- a) existência de pleno emprego (o que pode fomentar os fluxos migratórios procedentes de áreas rurais);*
- b) aparecimento de deseconomias de aglomeração (o que faria com que novos empreendimentos buscassem as regiões periféricas);*
- c) ocorrência de efeitos de espraiamento em larga escala;*
- d) aumento da complexidade organizacional nas atividades empresariais.*

Para Redwood III (1984), o crescimento demográfico e econômico das cidades secundárias reflete uma combinação de diversos fatores, que em várias circunstâncias exigem a intervenção pública na economia local. Em resumo proposto por Henderson, *apud* Redwood III (1984, p.41-42), esses fatores incluem:

- i) un movimiento de expulsión de las empresas desde el corazón metropolitano;*
- ii) crecimiento generado localmente al interior de la ciudad, como resultado de la expansión de actividades económicas existentes y sus efectos multiplicadores sobre el ingreso local y el empleo;*
- iii) un aumento de los niveles de ingreso y de empleo en el área de influencia de las ciudades secundarias, producto, por ejemplo, de proyectos de desarrollo agrícola integrados o rurales;*
- iv) cambios en el patrón y valor de la producción agrícola y/o de extracción de minerales que muestran efectos positivos en el crecimiento del empleo urbano (a través de la demanda de servicios adicionales, etcétera);*
- v) mejoramiento (cualitativo y cuantitativo) de la infraestructura provista por el sector público, incluyendo caminos, energía, agua, comunicaciones y sitios industriales entre otros;*
- vi) mejoramientos en el nivel educacional de la fuerza laboral, los que tienen como efecto un incremento de la productividad de las empresas locales, e*
- vii) (debido al aumento del ingreso y la demanda agregada como resultado de la expansión de la base económica regional-urbana), se logra un avance en el tamaño de los umbrales de mercados mínimos alcanzados, lo que permite inducir la producción crecientemente local de bienes específicos y de servicios que se consumen en la ciudad secundaria y su área de influencia rural – que incluye pequeños centros urbanos – y, de este modo, estimulando el posterior crecimiento de la economía local.*



Richardson, todavia, para além da expansão das cidades secundárias no entorno do core metropolitano, afirma que a difusão do crescimento inter-regional é uma condição inerente ao processo de reversão da polarização. Em resumo, de acordo com esse autor, a

*Polarization reversal may be defined as the turning point when spatial polarization trends in the national economy give way to a process of spatial dispersion out of the core region into other regions of the system. [...] This process of interregional dispersion is the main feature of PR. (RICHARDSON, 1980, p.67-68).*

Talvez seja exatamente essa dispersão inter-regional o principal aspecto controverso sobre a ocorrência da reversão da polarização no Brasil. No âmbito da análise regional, há várias tentativas de aplicação desses modelos para o caso brasileiro, cujas particularidades estruturais e setoriais vão oferecer dificuldades adicionais à interpretação desse fenômeno. Um dos primeiros trabalhos que avaliou a possível reversão da polarização no Brasil foi realizado por Townroe e Keen (1984). Esses autores consideram que esse processo verifica-se a partir do ponto em que a concentração da população urbana na região central começa a decrescer, de modo que a razão entre a população da maior cidade e a população total do estado começa a decrescer.

Townroe e Keen calculam quatro índices de reversão da polarização: a) percentagem da população urbana localizada na área metropolitana; b) mudança

na percentagem da população urbana localizada na área metropolitana; c) percentagem do crescimento da população urbana absorvido pela área metropolitana; e d) diferença da taxa média anual de crescimento populacional entre a área metropolitana e o restante do estado. Esses autores ainda sugerem certa dualidade dos fatores que levam à concentração das atividades econômicas, representados pelo papel concentrador de determinadas forças sociais e econômicas, que a partir de um ponto passariam a atuar na direção oposta: da desconcentração. A transição demográfica, os graus de desigualdade social e econômica, os padrões de desenvolvimento rural e as formas institucionais e sociais de difusão de informações e inovações podem incrementar ou não a concentração na distribuição da população urbana.

Redwood III (1984) também apresentou evidências sobre o caso brasileiro. Com a constatação da perda da participação do estado de São Paulo a partir de finais da década de 1950, esse autor acredita que estaria em curso um processo de desconcentração das principais áreas metropolitanas que favorecia os centros secundários mais próximos. Ao trabalhar com as principais tendências demográficas e a localização da atividade industrial, foram encontradas evidências de que os processos de suburbanização, de descentralização urbana e de reversão da polarização se difundiam em todo o sistema urbano (REDWOOD III, 1984)<sup>24</sup>.

---

<sup>24</sup> Uma constatação feita por Redwood III foi a redução na participação do estado de São Paulo na produção industrial nacional, que passou de 48,3% em 1970/75 para 47,3 em 1980. Esse autor também chama atenção para a queda na proporção do emprego industrial na Região Metropolitana de São Paulo, que reduziu de 70,7% em 1959 para 63,3% em 1977/79. Na área de influência da RMSP, a tendência foi inversa, com valores relativos que subiram de 29,3% para 36,4% no mesmo período.

É essencial, na interpretação de Redwood III, a atenção dirigida às necessidades das cidades secundárias, que cumprem papel fundamental na eficiência econômica e no desenvolvimento regional. No exame do desenvolvimento econômico regional, o autor sugere que certos tipos de atividade industrial tendem a naturalmente se localizar nessas cidades. As indústrias de bens intermediários baseadas em recursos naturais (química, plásticos, madeira, papel e metalurgia, incluindo aço) podem estar localizadas próximas de grandes cidades, de modo a reduzir custos de transportes valendo-se da proximidade dos mercados. Outro grupo de indústrias se dirige às cidades secundárias para se servir dos mercados locais protegidos da concorrência externa, dados os custos de transportes relativamente altos. Alguns serviços de maior magnitude e mais especializados, tais como universidades, hospitais, algumas atividades comerciais, procuram se instalar em centros médios.

Ainda que possam parecer bastante atraentes, as proposições sobre o possível processo de reversão da polarização no Brasil sofreram inúmeras críticas. As controvérsias vão desde as evidências empíricas, até o tipo de variáveis e a metodologia utilizada. Azzoni (1986), por exemplo, critica o fato de o tamanho da cidade ser considerado com indicador de economias aglomerativas. Ao admitir que as vantagens aglomerativas estão presentes no ambiente urbano, a exemplo da linha de polarização psicológica e do transporte de idéias, é imprescindível considerar a região como capaz de gerar um campo de atração sobre novos investimentos. A idéia essencial é que a atração regional transcende o ambiente urbano, embora os custos locacionais sejam essencialmente urbanos. Para

Azzoni, é no mínimo apressada a suposição de que haveria um processo de reversão da polarização no Brasil. Pelo contrário,

*as evidências indicam que, longe de constituir-se um sinal de reversão da polarização, o fenômeno observado em São Paulo estaria mais próximo de um espraiamento da indústria dentro da área mais industrializado do país, em um processo do tipo “desconcentração concentrada”. Seria aproximadamente um tipo de suburbanização das atividades industriais em âmbito mais abrangente, o que é possível pelas oportunidades abertas pelo desenvolvimento tecnológico, em um sentido amplo, para separação das atividades produtivas das atividades de comando empresarial. (AZZONI, 1986, p.126).*

Azzoni acredita que a Região Metropolitana de São Paulo não deve ser considerada como referência para análise das alterações espaciais no estado paulista. Nesse caso, o de campo aglomerativo inclui um conjunto de cidades, num raio de aproximadamente 150 km da Região Metropolitana, que exerce uma forte força de atração sobre os investimentos industriais, e conseqüentemente sobre a população. À medida que aparecem novos avanços tecnológicos, esse campo aglomerativo amplia-se e reduz o próprio poder de atração do centro<sup>25</sup>.

---

<sup>25</sup> Para Negri (1996), a abordagem de Azzoni constitui-se, na verdade, uma crítica aos pressupostos metodológicos dos economistas da polarização reversa, mas não transcende esse quadro e busca indicar que a perda de importância relativa da região metropolitana de São Paulo foi compensada pelo crescimento do interior do estado. De acordo com esse autor, há ainda várias questões a serem qualificadas. Em primeiro lugar, a análise locacional deixa de lado uma série de contribuições novas da moderna organização industrial (formação de oligopólios e barreiras comerciais; novas estruturas de mercado; novos padrões de competições capitalistas; e

Diniz (1993), ao contestar alguns dos pressupostos e os resultados apresentados por Azzoni, incorpora uma série de outros aspectos, além das economias de aglomeração. Desses aspectos, Diniz destaca cinco: a) a distribuição espacial dos recursos naturais; b) o papel do Estado; c) o processo de unificação do mercado nacional e suas implicações para a concorrência intercapitalista e para as estruturas produtivas regionais; d) as economias de aglomeração; e) a concentração regional da pesquisa e renda, que cria obstáculos à desconcentração regional da indústria.

Diniz, ao avaliar o processo recente de desenvolvimento industrial e desconcentração econômica, reforça essa dualidade ao afirmar que o Brasil verdadeiramente dinâmico está restrito a um “polígono” que abrange o Sul e parte do Sudeste brasileiro, estendendo-se de Belo Horizonte a Porto Alegre, ficando de fora o Rio de Janeiro e a maior parte do território brasileiro. Nesse espaço,

*é mais apropriado considerar o Brasil como um caso de desenvolvimento poligonal, onde um número limitado de novos pólos de crescimento ou regiões tem capturado a maior parte das novas atividades econômicas. O resultado está longe de ser uma verdadeira desconcentração,*

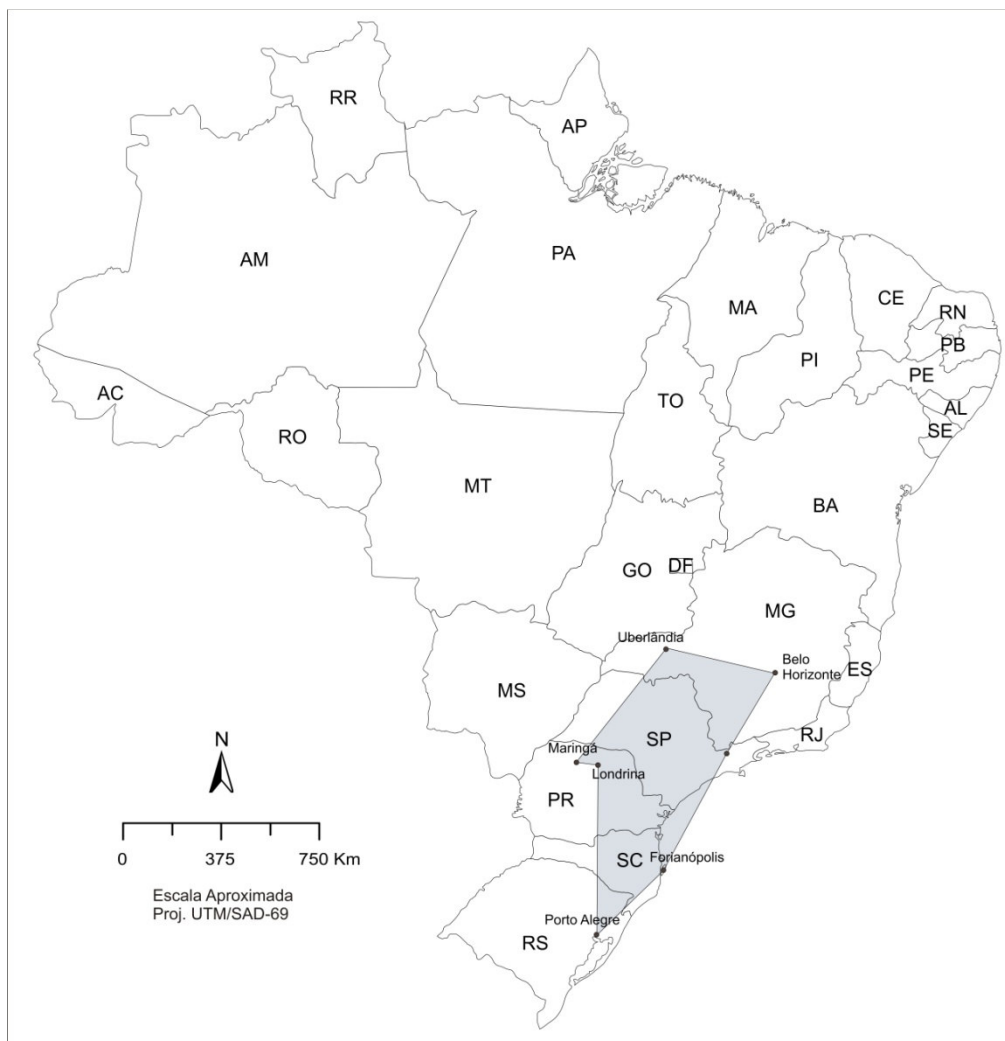
---

diversificação da produção visando ocupar mercados potenciais). E, segundo, a subestimação da ação do Estado, cujos investimentos diretos e desdobramentos nem sempre são ditados pelas regras de mercado. Por último, a existência de um conjunto de outras determinações externas à indústria e ao plano microeconômico das decisões locais, que também se constituíram em determinantes específicos de desconcentração.

*especialmente porque os novos centros estão no próprio Estado de São Paulo ou relativamente próximos dele. (DINIZ, 199, p.35).*

Para esse mesmo autor, o “espraiamento” industrial brasileiro não ocorreu apenas dentro do limitado raio de 150 km da área metropolitana de São Paulo. Após a incontestável concentração econômica e demográfica verificada até finais da década de 1960, iniciou-se em um primeiro momento o processo de reversão dessa polarização. Entretanto, o processo de desconcentração não teria ocorrido de modo ampliado e sim em espaços seletivos bem equipados e ricos em externalidades no país, refletindo, sobretudo, o espraiamento para o interior de determinados estados brasileiros. Em uma segunda fase, ocorreria a relativa reconcentração no polígono definido pela região formada por Belo Horizonte-Uberlândia-Londrina / Maringá-Porto Alegre-Florianópolis-São José dos Campos-Belo Horizonte (ver Figura 1).

Figura 1: Brasil: novo polígono de aglomeração industrial



Fonte: Extraído e adaptado de Diniz (1993).

Diniz reforça a abrangência espacial restrita da suposta reversão da polarização para o caso brasileiro. De acordo com esse autor,

*não parece que esta tendência de reversão em sentido amplo continuará até o final do século. Ao contrário, a grande ênfase em indústrias de alta tecnologia e o relativo declínio e fracasso das*

*políticas regionais e do investimento estatal, abrem uma terceira possibilidade. Nesta o processo de desconcentração será enfraquecido e o crescimento tenderá a se circunscrever ao estado de São Paulo e ao grande polígono em torno dele. Estamos chamando este processo de aglomeração poligonal. (DINIZ, 1993, p.54).*

As conclusões de Diniz (1993) introduzem a idéia de que ao resto do país resta pouca coisa a fazer diante dos efeitos cumulativos do desenvolvimento do *core* paulista. Contudo, o autor não trabalha com uma temporalidade prospectiva de longa duração e, assim, não vislumbra outras possibilidades de desenvolvimento econômico para o resto do país fora do padrão técnico-moderno que as sociedades de consumo dos países desenvolvidos prefiguram, e que, evidentemente, se encontra presente nos grandes centros urbanos do país (MATOS, 2003).

Negri (1996), além de considerar indevida a analogia de Azzoni, acredita ser inapropriado o polígono estabelecido por Diniz. De acordo com Negri, ainda que essa região tenha se beneficiado da desconcentração dos últimos 20 anos, quando ampliou sua participação na indústria nacional de 33,1% para 49,2%, isso não foi incompatível com o crescimento fora do polígono. Ao contrário, entre 1970 e 1990, as únicas quedas relativas devem-se à Grande São Paulo (de 34,4% para 26,4%) e ao Rio de Janeiro (de 15,7% para 9,8%). Enquanto o Nordeste (excluído o estado da Bahia) praticamente manteve o mesmo percentual (de 4,2% para 4,5%), Espírito Santo, Bahia e os estados do Norte e



Centro-Oeste ampliaram seu peso no total nacional (de 3,6% em 1970 para 10,2% em 1990). Esse autor enfatiza a explicação dos determinantes da desconcentração industrial dos anos 70 e 80, associando-a às diversas obras, programas e políticas deflagradas pelos Governos Federal e Estadual a partir dos anos 70. As políticas de indução da desconcentração na órbita federal (notadamente as contidas no II PND) propunham várias metas voltadas ao desenvolvimento regional mediante incentivos fiscais, o que fez com que a periferia nacional se tornasse a maior receptora de novos investimentos no período. Para Negri (1996, p.23):

*Este raciocínio é importante porque revela um aspecto central no prognóstico do que poderá acontecer nos anos 90: que esta desconcentração deve continuar, mas com repercussões muito diferenciadas, quer em termos setoriais, quer em termos das sub-regiões que compõem o espaço nacional.*

Para Matos (2003), nesse nível de análise, para as redes geográficas e particularmente as redes urbanas, mostra-se mais eficiente a análise econômico-espacial do que as visões duais do território brasileiros, presentes em recortes espaciais como o do polígono do desenvolvimento de Diniz, que se ressentem da ausência da noção moderna de rede geográfica. As redes podem expressar dimensões abstratas, mas comumente traduzem materialidades espaciais. São espaços e subespaços em movimento. São lugares articulados por fluxos multivariados. Fluxos de pessoas, capitais, informações, idéias e culturas. As

redes mais importantes estão carregadas de técnica e história social, sendo, portanto, construções dinâmicas relativamente duráveis. As redes urbanas, por exemplo, são depositárias de estruturas sociais pretéritas e futuras, tradicionais ou modernas, que dão forma e sentido à vida de milhares de pessoas, famílias e instituições.

As redes urbanas podem ser expressas mediante técnicas que combinam um grande número de dados econômicos, sociais e geográficos, preferentemente transcritos em intensidades variáveis de fluxos entre as localidades. O dado populacional está sempre presente nas formulações teóricas e é sempre utilizado em qualquer técnica de regionalização, não raro substituindo variáveis de fluxo inexistentes. Sobre os significados da população enquanto variável-controladora, especialmente das populações em movimento, convém observar que elas não só exprimem a sociedade, a cultura e a ação política, real ou virtual, mas impactam também os ambientes onde se reproduzem, por constituir força de trabalho e mercados de consumo, fatores-chaves para a geração de riqueza. Ademais, o estudo das populações, sobretudo com base em dados censitários, permite conhecer em detalhes várias das características dos fluxos de pessoas entre as localidades, pré-requisito para a formação de redes geográficas e redes sociais (MATOS, 2003).

Para Martine *et al.* (1988), o fato mais significativo nas últimas décadas do século passado foi a inversão histórica da concentração da produção na grande São Paulo e perda da participação relativa do pólo metropolitano, tanto no valor

industrial quanto no emprego<sup>26</sup>. De acordo com esses autores, embora haja consenso sobre a desconcentração de São Paulo, a forma e o significado desse fenômeno são discutíveis, assim:

*a) a descentralização afetou não somente a região imediatamente ligada a São Paulo, mas segmentos importantes do território nacional; b) a descentralização foi produzida, em parte, pelas políticas federais de impacto regional e, em parte, pelas leis do mercado; c) a descentralização de atividades econômicas está produzindo um crescimento demográfico da Grande São Paulo menos acelerado do que se a concentração tivesse continuada de forma linear. (MARTINE, et al., 1988, p.53-54).*

Matos (1995b) também acredita que importantes mudanças no padrão de distribuição espacial da população estão em curso, sem se conhecer, no entanto, qual é o verdadeiro alcance desse fenômeno, e se as explicações existentes abrangem todos os casos. É seguro dizer que as pessoas, tanto quanto as atividades, reagem aos impactos das deseconomias de aglomeração buscando localizações alternativas. Esse tipo de migração pode responder claramente aos fatores de expulsão do meio urbano (notadamente aos custos de moradia e à

---

<sup>26</sup> Haddad (1980), ao discutir a mesma questão, chegou a assinalar alguns pontos que permitem contestar a tese da desconcentração. Dentre seus argumentos, vale destacar os relativos: às resistências inerciais que se oporiam às alterações do padrão locacional concentrador; às incertezas sobre a existência de condições suficientes para a sustentação de um crescimento acelerado nas periferias; às externalidades ainda atraentes nas áreas sob a influência da grande metrópole, especialmente se retomada a expansão econômica, quando, então, novos ciclos tecnológicos não poderiam dispensar o ambiente central.

escassez de emprego), mas pode também se associar a outro grupo de causas, não econômicas, relacionadas à melhoria da qualidade de vida e/ou busca de amenidades, e ao retorno às localidades de origem após a aposentadoria. É indiscutível, portanto, que boa parte da expansão da urbanização do país nas últimas décadas deriva dos efeitos multiplicadores de espraiamento da concentração urbana e industrial do Sudeste. Esse processo estimulou o adensamento da rede urbana e os vínculos de complementaridade entre as centralidades.

No contexto do debate sobre os possíveis impactos, como esclarecem Matos e Baeninger (2004, p.16), os estudos recentes sugerem:

*a) transformações mais expressivas no âmbito do Estado de São Paulo, indicando um incipiente processo de desconcentração populacional; b) aumento da urbanização nas regiões e estados que se constituíram em canais da desconcentração industrial (Minas Gerais, Rio Grande do Sul, Paraná, Centro-Oeste); c) expressivos fluxos migratórios de retorno para estados tradicionalmente emissores de população; d) incremento das migrações intra-regionais; e) relativa desconcentração do sistema urbano brasileiro, com a inserção das cidades pequenas e intermediárias nas dinâmicas das aglomerações urbanas, em especial as metropolitanas.*

A suposição que a realidade brasileira possa se enquadrar no modelo analítico da reversão da polarização, ou mesmo em uma mudança de tendência demográfica de longo prazo, ainda é prematura. Acrescenta-se o fato de as mudanças recentes na distribuição da população e na estrutura econômica nacional terem ocorrido de forma bastante acelerada, diferente do que ocorreu em boa parte dos países desenvolvidos. Dessa forma, como salienta Matos (1995b), não parece plausível afirmar categoricamente sobre um amplo processo de reversão da polarização ou de desconcentração espacial. É bem provável que o país esteja passando por um ciclo de descompressão do crescimento urbano central, no qual os movimentos migratórios internos assumem importante papel explicativo.

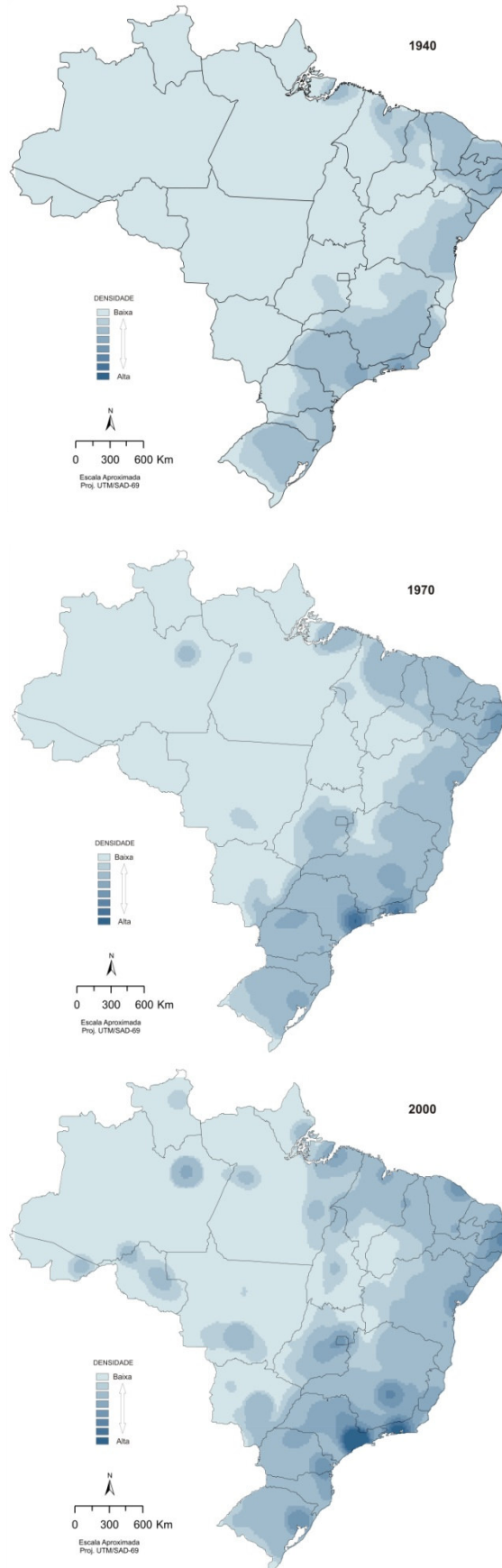
### 2.3 A DISPERSÃO ESPACIAL DA POPULAÇÃO E OS DESLOCAMENTOS ESPACIAIS DA POPULAÇÃO

Em 2000, mais de 85% da população brasileira residiam em áreas urbanas, que compreendiam quase 138 milhões de pessoas. Essa elevada concentração espacial da população em áreas urbanas foi resultado, em boa medida, do expressivo contingente de migrantes que deixaram as zonas rurais do país (MARTINE, 1994). No entanto, desde a década de 1970, as migrações internas deixaram de ser predominantemente do tipo campo-cidade, quando os movimentos do tipo urbano-urbano passaram a expressar as diferenças marcantes na configuração dos mercados em expansão. A elevada concentração da população nas áreas metropolitanas e a consolidação de uma

rede urbana mais articulada, sobretudo na porção Centro-Sul, refletem uma nova realidade na organização do espaço do país.

As alterações na dinâmica dos fluxos migratórios internos, associadas às diferenças nos níveis de crescimento vegetativo, forjaram o processo de redistribuição da população no espaço brasileiro, que pode ser identificado na Figura 2, que representa os diferentes níveis de densidade demográfica a partir do modelo de *Kernel*. No meio do século passado, a densidade era bastante baixa, com maior intensidade apenas em manchas isoladas no eixo Rio de Janeiro - São Paulo e na porção litorânea do Nordeste brasileiro. Em 1970, além de uma intensificação na ocupação do interior do território nacional, há uma nítida concentração da população nas principais metrópoles do país, principalmente nas duas principais maiores cidades brasileiras. Três décadas mais tarde, outros núcleos de atração ganham força em novos espaços, notadamente aqueles localizados no entorno das principais regiões metropolitanas, além do Rio de Janeiro e São Paulo. Nessa reestruturação na ocupação do território nacional, as migrações internas tiveram papel decisivo, merecendo atenção especial na análise de uma provável dispersão espacial da população.

Figura 2: Densidade demográfica, modelo de *Kernel*  
Brasil - 1940, 1970 e 2000



Fonte: Base cartográfica digital IBGE;  
Censo Demográfico de 1940.

É importante destacar que a relação entre a migração e a estruturação do espaço não é tema novo na literatura. Quando Ravenstein formulou suas teses sobre os movimentos migratórios, apresentava-se explicitamente a relação entre as atividades econômicas e os deslocamentos populacionais. As principais regularidades encontradas por esse autor diziam respeito à distância, aos movimentos por etapas, à configuração das correntes e contracorrentes, à predominância da migração feminina e também ao fato de que as migrações tendiam a gerar movimentos sucessivos a partir de áreas próximas a um centro industrial ou comercial<sup>27</sup>.

Quase um século mais tarde, Lee (1980) retomou as formulações de Ravenstein, incorporando informações a respeito dos movimentos internos nas sociedades de capitalismo tardio. Na interpretação desse autor, a decisão de migrar está vinculada a uma decisão racional entre os chamados fatores positivos e negativos nas áreas de origem e destino. Lee acredita que a decisão de migrar nunca é completamente racional. Para umas pessoas a fundamentação racional é bem inferior à irracional. Dessa forma, é natural que pessoas distintas sejam afetadas de maneira diferente por uma série de obstáculos ou incentivos à possibilidade de migrar.

---

<sup>27</sup> Para Ravenstein (1980, p.26), as grandes cidades “proporcionam facilidades tão extraordinárias à divisão e à combinação do trabalho, ao exercício de todas as artes e à prática de todas as profissões que, a cada ano, um número maior de pessoas nelas possa habitar.” Para esse mesmo autor, outros aspectos que também induzem a migração são as facilidades educacionais, a salubridade do clima ou a carestia de vida.



A reflexão sobre os movimentos migratórios, de acordo com Pacheco e Patarra (1997), passou por uma significativa alteração a partir da análise da realidade dos países de industrialização tardia. Esses trabalhos procuraram aprofundar o estudo dos mecanismos e processos globais das sociedades envolvidas, cuja realidade conduziu a intensos deslocamentos, muitas vezes penosos, de pessoas das áreas rurais ou urbanas menos desenvolvidas para os escassos centros dinâmicos do país. As modalidades de acumulação de capital, a herança histórica e a estrutura social foram consideradas chaves à mobilidade de força de trabalho para a indústria em expansão ou como resposta às situações de estagnação frente à concentração crescente dos pólos dinâmicos.

Singer (1973) acredita que a migração é reflexo da estrutura e dos mecanismos de desenvolvimento do sistema capitalista, cujo motor principal é o acirramento das desigualdades regionais. Para esse autor,

*É claro que qualquer processo de industrialização implica uma ampla transferência de atividades (e, portanto, de pessoas) do campo às cidades. Mas, nos moldes capitalistas, tal transferência tende a se dar a favor de apenas algumas regiões em cada país, esvaziando as demais. Tais desequilíbrios regionais são bem conhecidos e se agravam na medida em que as decisões locacionais são tomadas tendo por critério apenas a perspectiva da empresa privada. (SINGER, 1973, p.222).*

Ao analisar a migração, Singer identifica os chamados “fatores de atração” e os “fatores de expulsão”. Os primeiros referem-se à necessidade de mão-de-obra decorrente do crescimento da produção industrial e da expansão do setor de serviços urbanos, que funcionam como forças de concentração espacial. Os fatores de expulsão podem ser divididos em: “fatores de mudança”, decorrentes da penetração do capitalismo no campo e a adoção de um sistema poupador de mão-de-obra; e os “fatores de estagnação”, associados à pressão demográfica sobre a disponibilidade de terras. Para Singer, a distinção entre áreas de emigração (sujeitas aos fatores de mudança) e de estagnação permite visualizar melhor suas conseqüências. As regiões de mudança perdem população, mas a produtividade aumenta, o que permite, pelo menos em princípio, uma melhora nas condições de vida locais. Já as áreas de estagnação apresentam deterioração da qualidade de vida, funcionando às vezes como “viveiros de mão-de-obra” para os latifundiários e as grandes empresas agrícolas.

Nessa mesma perspectiva estruturalista, há, tanto na economia como na demografia, vários autores que expressam a migração como mobilidade, estreitamente vinculada à criação, expansão e articulação dos mercados de trabalho do país. O desenvolvimento desigual do sistema capitalista faz com que a população se distribua seguindo a mesma lógica de intensificação dos espaços econômicos, formando grandes reservatórios de mão-de-obra. Apesar de seu mérito, boa parte dessas teses responde apenas parcialmente às causas mais dinâmicas e específicas da migração, não vinculada apenas às necessidades estruturais do sistema capitalista.

Além disso, tais formulações, em geral, ignoram as vantagens comparativas e as potencialidades externas que têm transformado os espaços de destino. Poucos avaliam o peso da migração de origem urbana, e quase nunca consideram a migração de retorno (MATOS, 1995b). Também investem de modo insuficiente no entendimento dos efeitos positivos que a migração pode gerar na dinamização das regiões de destino, no que diz respeito à oferta de mão-de-obra qualificada, a certas possibilidades de novos investimentos e de intercâmbio técnico, por exemplo. Nesse sentido, mais que um indicador de concentração ou dispersão das atividades econômicas, a migração reflete processos sociais mais amplos, cujas causas e conseqüências vão além dos aspectos estruturais da economia<sup>28</sup>.

Afora as recorrentes controvérsias conceituais acerca do processo de dispersão espacial da população, bem como a idéia de desconcentração espacial, alguns pontos dessas definições devem ser destacados no desenvolvimento de alguns pressupostos e hipóteses desta tese. Se o modo como são organizados os elementos do espaço pode ser visto como um resultado histórico da atuação dos atores sociais, os fluxos informação, capitais e pessoas, por exemplo, permitem e alimentam o dinamismo das formas e funções dos elementos que compõem e

---

<sup>28</sup> Na discussão sobre os fatores que atuaram na quebra do padrão concentrador, vários autores chamam atenção para o perfil de desenvolvimento rural e urbano, as formas institucionais e sociais de difusão de informações e inovações, a inserção tardia ou avançada na transição demográfica e os graus de desigualdade regional. De acordo com Matos (2003), novas abordagens devem levar em conta as alterações recentes no padrão migratório brasileiro, marcado pela perda de primazia dos fluxos do campo para a cidade e pela dinamização da rede urbana. Em grande parte, essas mudanças respondem à difusão de determinadas externalidades positivas na periferia e novos fluxos migratórios podem se reorientar espacialmente, reagindo a fatores de atração presentes nas cidades secundárias.

caracterizam o espaço. Para Santos (1997), a necessidade de fluidez é uma das mais importantes características do mundo atual que é, ao mesmo tempo, causa, condição e resultado. Essa condição de fluidez é particularmente relevante aos estudos sobre as migrações internas, que por definição envolvem o movimento de populações entre pontos do espaço, em um determinado intervalo, ou pontos no tempo. Nesse aspecto, os fluxos migratórios e os deslocamentos espaciais da força de trabalho são fenômenos que se manifestam e se materializam no espaço. Criam ou recriam fixos. Definem e redefinem fluxos. Esses contingentes de migrantes e da mão-de-obra ativa que se deslocam no espaço não são apenas resultado de uma realidade social e/ou condição econômica momentânea, mas também causa para outros fluxos, como investimento, tecnologia, experiência profissional, etc.

Se a análise dos fluxos migratórios é recorrentemente na ciência demográfica, são escassos os trabalhos que se dedicam aos deslocamentos da força de trabalho a partir das bases da RAIS. Mais raros ainda são aqueles que incorporam diretamente a dimensão distância como elemento efetivo da distribuição espacial da população, associando aos fluxos o peso representado pela distância desse deslocamento. Embora Ravenstein (1980) já tivesse indicado a predominância dos movimentos de curta distância e a ocorrência do que denominou de correntes migratórias contrárias e o estabelecimento de

etapas de migração, várias possibilidades de análise ainda são pouco exploradas<sup>29</sup>.

Há sugestivos caminhos oferecidos à análise espacial na investigação de tais questões. Em ambientes propícios, oferecidos pelos conhecidos Sistemas de Informações Geográficas (SIGs)<sup>30</sup>, cuja utilização vem sendo ampliada no âmbito das ciências humanas e ambientais, é possível combinar dados referentes aos estoques e fluxos de população com a variável distância, obtida por determinados atributos geográficos dos municípios (coordenadas *XY*). Dessa forma, os vetores migratórios e os deslocamentos da População Ativa Formal que estabeleçam nexos entre unidades territoriais podem ser ponderados pela variável distância, por princípio elemento chave para se analisar a dispersão espacial.

---

<sup>29</sup> De acordo com Renner e Patarra (1991), um dos aspectos mais enfatizados nos estudos das migrações tem sido a distância percorrida no ato de migrar. Em várias pesquisas verificou-se que a migração ocorre predominantemente a curta distância e que o volume diminui quando a distância ao centro aumenta. Nas distâncias percorridas por uma corrente migratória tem sido enfatizado, em várias circunstâncias, o que se convencionou chamar de variáveis intervenientes.

<sup>30</sup> Apesar da atual aceitação das potencialidades operacionais dos SIGs, as primeiras tentativas de automatizar parte do processamento de dados espaciais aconteceram nos Estados Unidos e Inglaterra em meados do século passado. No entanto, o que hoje se considera como SIG teve início no Canadá, resultado de um esforço governamental para criar um inventário de recursos naturais. A partir dos anos 70, foram aprimorados os recursos de *hardware*, o que tornou viável o desenvolvimento de sistemas comerciais. Também foram desenvolvidos alguns fundamentos matemáticos e lógicos voltados para a cartografia, sendo que o produto mais importante foi a tipologia aplicada. No decorrer da década de 1980, ocorreu uma grande difusão na utilização do SIG, haja vista a evolução e barateamento dos computadores pessoais e dos sistemas de gerenciamento de banco de dados, incluindo a incorporação de novas funções de análise espacial e de aplicações para os SIGs. De acordo com Rocha (2000), os SIGs compreendem “*um sistema com a capacidade para aquisição, armazenamento, tratamento, integração, processamento, recuperação, transformação, manipulação, modelagem, atualização, análise e exibição de informações digitais georreferenciadas, topologicamente estruturadas, associadas ou não a um banco de dados alfanuméricos*”.

## UNIDADE III – FONTE DE DADOS, ASPECTOS METODOLÓGICOS E ELEMENTOS CONCEITUAIS

---

Nesta pesquisa foram utilizadas duas fontes principais de dados: os Censos Demográficos e a Relação Anual de Informações Sociais (RAIS). A partir dos Censos Demográficos de 1940, 1950, 1960, 1970, 1980, 1991, 2000 e 2007<sup>31</sup> foi possível identificar os estoques de população dos municípios brasileiros e

---

<sup>31</sup> Os dados referentes à população residente em 2007 foram extraídos da Contagem Populacional, realizada pelo IBGE no mesmo ano. A Contagem da População foi planejada para ser realizada no meio da década, com o objetivo de atualizar as estimativas de população, incorporando as mudanças demográficas ocorridas no território nacional desde o último Censo Demográfico. A partir de 1989, o IBGE passou a ter a obrigação legal de fornecer anualmente estimativas municipais de população residente, em cumprimento ao dispositivo constitucional regulamentado pela Lei Complementar nº 59, de 22 de dezembro de 1988. Além disso, de acordo com o que estabelece o Artigo 102, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, o IBGE passou a publicar no Diário Oficial da União, até 31 de agosto de cada ano, a relação das estimativas populacionais anuais para estados e municípios, e, até 31 de outubro, a encaminhar ao Tribunal de Contas da União essa relação, que aquele Tribunal utiliza como um dos critérios para a repartição do Fundo de Participação dos Municípios. Dadas as limitações orçamentárias, com base na estimativa de população dos municípios em 2005, o limite de corte na contagem refere-se aos municípios com até 170 mil habitantes, à exceção daqueles casos em que havia um ou dois municípios na respectiva UF. Dessa forma, dos 5.564 municípios, 5.414 possuem menos de 170 mil habitantes e, somados aos 21 citados, perfazem 5.435, representando 97% do total de municípios brasileiros. Apenas 129 municípios, ou seja, 3% do total no país, não foram pesquisados. Esses 5.435 municípios compreendem cerca de 108,6 milhões de pessoas, ou seja, em torno de 60% da população estimada do país (IBGE, 2009).

demais agregações, tendo como base o recorte municipal da divisão político-administrativa de agosto de 2000, utilizado como referência no Censo Demográfico de 2000. Em relação aos fluxos migratórios, dada a necessidade de construção de matrizes de origem/destino na escala municipal, as análises restringiram-se aos dados de migração de data fixa obtidos nos dois últimos recenseamentos. Foram considerados, dessa forma, os deslocamentos intermunicipais compreendidos nos quinquênios 1986/1991 (Censo de 1991) e 1995/2000 (Censo de 2000). Assim, o migrante era definido como aquele que residia em municípios diferentes em dois momentos específicos: no recenseamento e cinco anos antes.

A partir das bases da RAIS/RAISMIGRA foram extraídos os volumes anuais da chamada População Ativa Formal (PAF) para cada um dos 5.506 municípios brasileiros analisados. Dessa forma, a cada ano eram computados os trabalhadores formais com vínculo empregatício declarado. Isso significa que uma mesma pessoa pode estar ausente ou presente em uma ou mais bases. Esse mesmo princípio também vale para a RAISMIGRA, a partir da qual é possível identificar os deslocamentos anuais da PAF, obtidos a partir daqueles indivíduos que residiam em municípios diferentes em dois levantamentos anuais consecutivos.

A partir dessas bases, que permitiram avaliar os estoques e fluxos da população residente e força de trabalho formal, foram produzidos alguns indicadores ponderados pela distância existente entre as unidades espaciais utilizadas. Os

resultados foram apresentados e analisados com base na Rede de Cidades e Região de Influência proposta pelo IBGE, conforme estabelecido na REGIC 2007. Esse recorte regional, bem como as Regiões Metropolitanas definidas e utilizadas como base no Censo Demográfico de 2000, serviu de referência nas agregações e respectivas tabulações. A idéia básica é de que a dispersão espacial pode ser analisada pelos estoques e fluxos observados nas principais Regiões Metropolitanas e suas Regiões de Influência.

### 3.1 OS CENSOS DEMOGRÁFICOS NO BRASIL

Historicamente os censos demográficos têm se consolidado como uma das mais importantes bases de dados utilizadas nas diversas vertentes das ciências humanas e sociais. Trata-se de um levantamento periódico e universal que envolve aspectos sociais, econômicos e demográficos de uma população. Conforme recomendações da ONU (UNITED NATIONS, 2008, p.7), o Censo Demográfico:

*is the total process of collecting, compiling, evaluating, analysing and publishing or otherwise disseminating demographic, economic and social data pertaining, at a specified time, to all persons in a country or in a well delimited part of a country.*



Dando mais detalhes nessa definição das Nações Unidas, como demonstrado por Hakkert (1996, p.15-20), para que um levantamento de população possa ser considerado um Censo deve satisfazer os seguintes critérios:

*i) Respaldo legal, com a especificação do escopo, fins, do orçamento, da administração, das garantias legais quanto ao sigilo da informação e das demais obrigações da entidade executora; ii) Periodicidade definida, de preferência cinco ou dez anos; iii) Simultaneidade de todo o levantamento, com o tempo de referência pré-definido; iv) Uma referência territorial pré-fixada; v) Universalidade da enumeração dentro deste território, seja conforme o critério de residência habitual, seja conforme o paradeiro na data de referência de todos os habitantes; vi) Enumeração individual de todas as pessoas, uma condição necessária para a elaboração de quadros estatísticos detalhados; e vii) Disponibilidade dos resultados dentro de prazos compatíveis com as aplicações previstas.*

Ainda de acordo com recomendações da ONU, os censos servem para fins de planejamento e implementação do desenvolvimento econômico e social, da atividade administrativa e da pesquisa científica, necessária à obtenção de dados confiáveis e detalhados sobre o tamanho, distribuição e composição da população. Os censos demográficos são fonte primária para a produção de estatísticas sociais que permitem a análise de pessoas e grupos familiares para as diversas unidades geográficas, dos setores censitários às grandes regiões do país.

O primeiro recenseamento foi realizado no Brasil em 1872, quando ocorreu a primeira grande contagem da população. Até a primeira metade do século XX foram realizados os censos de 1890, 1900, 1920 e 1940. No entanto, o Brasil adotou os padrões internacionais apenas a partir de 1940, quando o recém-criado IBGE assumiu a tarefa de planejamento, execução e divulgação do Censo Demográfico. Inaugura-se, assim, uma fase de modernização dos censos no Brasil, que passaram a exibir uma periodicidade decenal (regularidade quebrada pelo Censo de 1991)<sup>32</sup>. A partir de então, ampliou-se a temática com a introdução dos quesitos de interesse econômico e social nos questionários censitários. Desde então, são coletadas nos censos informações referentes às características dos domicílios e moradores, o que permite determinar o perfil demográfico e socioeconômico da população do país, bem como realizar estimativas, estudos e diagnósticos com o objetivo de subsidiar o planejamento e o desenvolvimento de políticas e programas governamentais<sup>33</sup>.

---

<sup>32</sup> O primeiro regulamento censitário no Brasil data de 1846, quando foi definida a periodicidade de oito anos para os Censos Demográficos. No entanto, somente em 1850 o governo foi autorizado a despender os recursos necessários para a realização de uma operação do porte de um censo demográfico. O primeiro censo, então, foi programado para ocorrer em 1852. Entretanto, a operação prevista para esse ano não foi realizada. Em 1870, um novo regulamento censitário determinou que os Censos cobrissem todo o território nacional e que deveriam ocorrer a cada dez anos. Dois anos mais tarde, em 1872, foi realizado o primeiro recenseamento nacional no país, o qual recebeu o nome de Recenseamento da População do Império do Brasil. Novas operações censitárias se sucederam em 1890, 1900 e 1920 até 1940. Com a criação do IBGE, em 1936, inaugurou-se a moderna fase censitária no Brasil, cujo marco foi a divulgação do Censo Demográfico de 1940. Caracterizada, principalmente, pela periodicidade decenal, nessa nova fase foi ampliada a abrangência temática do questionário com introdução de quesitos de interesse econômico e social, tais como: mão-de-obra, emprego, desemprego, rendimento, fecundidade, migrações internas, entre outros temas (IBGE, 2009).

<sup>33</sup> A partir de então foram utilizadas variáveis relativas às características dos domicílios, dos indivíduos, educacionais, econômicas, informações sobre mortalidade, fecundidade, migração e rendimento das famílias. Discussões sobre a inclusão ou exclusão de variáveis são abordadas

O Censo Demográfico 2000 contém resultados de todo o território brasileiro e apresenta 510 variáveis que abrangem características dos domicílios, em especial dos domicílios particulares permanentes, e características de indivíduos aferidos com base nos setores censitários<sup>34</sup>. Esse recenseamento alcançou pessoas residentes em domicílios do território nacional e teve como referência o dia 1º de agosto de 2000. Nesse levantamento utilizaram-se questionários básicos e da amostra, a partir dos quais se extraíram informações da população. Foram levantadas mais de 65 questões, contendo informações básicas como idade, sexo, escolaridade, naturalidade, entre outros. O questionário básico foi aplicado em todos os domicílios, exceto onde foram aplicados os questionários da amostra. O questionário da amostra contém informações sociais, econômicas e demográficas dos moradores. Nos municípios com até 15 mil habitantes, o questionário amostral foi aplicado a cada cinco domicílios, e naqueles com mais de 15 mil habitantes, foi aplicado a cada 10 domicílios (IBGE, 2000).

---

em recorrentes reuniões feitas pelo IBGE. As mudanças nos limites geográficos e/ou desmembramentos dos municípios também são levadas em conta quando é feito o censo. O recenseamento baseia-se nos questionários feitos pelo IBGE e não é diferente para os registros civis, pois os mesmos utilizam esse tipo de metodologia.

<sup>34</sup> De acordo com o IBGE (2000), o setor censitário “é a unidade territorial criada para fins de controle cadastral da coleta”. Para o Censo de 2000 o território foi dividido em 215.811 unidades contíguas, respeitando os limites da divisão político-administrativa: tanto da união quanto dos estados e municípios.

### 3.2 AS DEFINIÇÕES DE MIGRANTE E AS VARIÁVEIS CENSITÁRIAS

Em uma primeira aproximação, o migrante pode ser definido como aquele indivíduo que mudou permanentemente de local de residência. Essa aparente simplicidade guarda, porém, uma série de questões que envolvem desde a definição do intervalo de tempo, até mesmo a unidade espacial de análise. Ademais, determinadas características adicionais, quando combinadas a determinadas variáveis, podem ser obtidas direta ou indiretamente pela análise dos movimentos migratórios, como as etapas de migração, o tempo de residência e o retorno migratório, por exemplo.

Lee (1980), ao considerar a migração como uma mudança de residência, não impõe limitações em relação à distância do deslocamento ou à natureza, voluntária ou não, do ato. Na definição apresentada pela ONU, em *The Determinants*, de 1973, são excluídos os movimentos cujos indivíduos não se estabelecem permanentemente no local de destino, bem como aqueles que envolvem os movimentos sazonais, os temporários e as populações nômades.

No Brasil, os Censos Demográficos historicamente já se afirmaram como instrumento essencial nos estudos populacionais, inclusive como fonte de dados para as estimativas de migração. Se utilizados com critério e acurácia, tornam possível a elaboração de uma série de indicadores sociais, o que permite aos geógrafos, demógrafos e demais pesquisadores de áreas afins utilizarem uma rica fonte de dados. A partir dos levantamentos censitários, entre outras

informações, é possível estimar com relativa segurança os estoques populacionais, bem como os fluxos migratórios entre as unidades espaciais definidas. Em geral, a partir de combinações entre as variáveis censitárias, têm sido enfatizados os movimentos de população na década intercensitária, a partir dos quais é possível estabelecer as origens e os destinos dos fluxos migratórios.

No que diz respeito às informações sobre os movimentos espaciais da população (fluxos migratórios), os quesitos censitários sofreram alterações nas sucessivas edições do Censo Demográfico brasileiro. Nos Censos de 1960 e 1970, como destacado em Carvalho e Rigotti (1998), as questões sobre migração eram direcionadas apenas àqueles que não haviam nascido no município de residência na data de referência do Censo (os não-naturais). Os quesitos envolviam o tempo de residência sem interrupção na Unidade da Federação (UF) e no município, lugar de procedência (UF ou país estrangeiro) e situação de domicílio (rural ou urbano). No Censo de 1980, além da migração intermunicipal, também foi requisitada a intramunicipal, sem inquirir sobre o tempo em que se deu o evento. Outra destacada novidade refere-se à indicação do município de residência anterior por parte daqueles com menos de 10 anos de residência no município atual, o que permitia, entre outros aspectos, a identificação do movimento de retorno<sup>35</sup>.

---

<sup>35</sup> Ainda de acordo com Carvalho e Rigotti (1998), a inserção da indicação do município de residência anterior permitiu a agregação de municípios para a mensuração da migração interna, pois se tornou possível excluir aqueles que, morando há menos de 10 anos no município em que foram recenseados, tenham tido residência anterior em outro município (o que permite análise agregada e desagregada). Antes do Censo de 1980, na análise dos fluxos intrametropolitanos, não era possível discriminar as origens e destino em municípios da própria região.

Em 1991, além da manutenção dos quesitos anteriores, inquiriu-se sobre o município, a UF e a condição de residência de cinco anos atrás (em 01/09/86). Essa inovação passou a ser consagrada como migração de data fixa. A combinação dessa variável com a migração de última etapa (município de residência anterior) permitia a identificação de mais um ponto no tempo na trajetória migratória circunscrita à década censitária. No Censo Demográfico de 2000, a retirada da variável referente ao município de residência anterior foi a mais significativa alteração. Várias possibilidades analíticas, através da combinação das variáveis, foram perdidas em função dessa mudança. No entanto, ainda há inúmeras alternativas na utilização das variáveis censitárias. Adaptações metodológicas permitem, sem comprometimento na qualidade e confiabilidade dos dados, a elaboração de um amplo leque de indicadores relativos aos estudos de migração (CARVALHO e RIGOTTI, 1998).

### 3.3 AS PRINCIPAIS TÉCNICAS DE ESTIMAÇÃO DA MIGRAÇÃO

De acordo com a definição da *United Nations*, as técnicas de estimação da migração podem ser divididas como indiretas e diretas. As primeiras recorrem ao saldo migratório de um determinado período pela diferença entre a população esperada (em caso de não-migração) e a população efetivamente observada. Como esclarece Rigotti (1999), ao se trabalhar com dois censos consecutivos, consideram-se como imigrantes aqueles que residiram na localidade estudada no primeiro censo, mas não no segundo. Já os emigrantes seriam os que residiam em uma localidade no primeiro censo, mas estavam em outra na data

do segundo censo. Trata-se de pessoas que sobreviveram à mortalidade e não remigraram. Também deve ser considerado o denominado efeito indireto da migração, que envolve os filhos de migrantes que nasceram na região de destino, que não morreram e lá permaneceram.

As técnicas diretas, por sua vez, referem-se às estimativas dos fluxos de população a partir do tratamento da informação censitária<sup>36</sup>. A informação *lugar de última residência* refere-se àqueles que residiam em outra unidade espacial, diferente daquela onde foram recenseados. O censo brasileiro permite combinar a variável anterior com o quesito *tempo de residência*, pois ambos são perguntados para aqueles que moram no local há menos de 10 anos. Esse tipo de técnica permite identificar o chamado *migrante de última etapa* (CARVALHO e RIGOTTI, 1998).

Como já mencionado, no último censo foi retirado o quesito que indaga sobre o município de residência anterior. Dessa forma, a identificação das origens e destinos dos movimentos intermunicipais é restrita à denominada *migração de data fixa*. Conforme Carvalho e Rigotti (1998), as informações obtidas a partir desse quesito referem-se ao conceito de migrante semelhante àquele implícito no saldo migratório por técnica indireta. O migrante é considerado como a pessoa que residia, no início e ao final do quinquênio considerado, em locais diferentes.

---

<sup>36</sup> Cada uma das versões do Censo Demográfico brasileiro, em função das recorrentes inclusões, exclusões e alterações de quesitos, permite a utilização de um rol diferenciado de técnicas, o que cria possibilidades distintas em cada uma delas.

### 3.4 A RELAÇÃO ANUAL DE INFORMAÇÕES SOCIAIS (RAIS) E A RAISMIGRA

A Relação Anual das Informações Sociais (RAIS) foi instituída pelo Decreto nº 76.900, de 2 de dezembro de 1975. Originalmente a RAIS foi criada para obter informações acerca da entrada da mão-de-obra estrangeira no Brasil e os registros relativos ao FGTS, úteis ao controle de arrecadação e concessão de benefícios pelo Ministério da Previdência Social, e para servir de base de cálculo do PIS/PASEP. Atualmente, em observância ao dispositivo constitucional (Portaria 945), a RAIS viabiliza a concessão do pagamento do Abono Salarial e se constitui no único instrumento de governo para esse fim. Conforme o Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), a partir dos anos 90, os dados dessa base vêm registrando importantes avanços quantitativos e qualitativos, devido a campanhas esclarecedoras, ao recebimento das declarações via internet (iniciado em 1995) e ao aperfeiçoamento do processo de crítica dos dados.

De acordo com o próprio MTE (2009),

*a RAIS é um Registro Administrativo, de periodicidade anual, criada com a finalidade de suprir as necessidades de controle, de estatísticas e de informações às entidades governamentais da área social. Constitui um instrumento imprescindível para o cumprimento das normas legais, como também é de fundamental importância para o acompanhamento e a caracterização do mercado de trabalho formal. (MTE, 2009, s.p.).*



Como divulgado pelo MET (2009), hoje são legalmente obrigados a entregar a declaração anual da RAIS:

⇒ *inscritos no CNPJ com ou sem empregados – o estabelecimento que não possuiu empregados ou manteve suas atividades paralisadas durante o ano-base está obrigado a entregar a RAIS Negativa;*

⇒ *todos os empregadores, conforme definidos na CLT;*

⇒ *todas as pessoas jurídicas de direito privado, inclusive as empresas públicas domiciliadas no País, com registro, ou não, nas Juntas Comerciais, no Ministério da Fazenda, nas Secretarias de Finanças ou da Fazenda dos governos estaduais e nos cartórios de registro de pessoa jurídica;*

⇒ *empresas individuais, inclusive as que não possuem empregados;*

⇒ *cartórios extrajudiciais e consórcios de empresas;*

⇒ *empregadores urbanos pessoas físicas (autônomos e profissionais liberais) que mantiveram empregados no ano-base;*

⇒ *órgãos da administração direta e indireta dos governos federal, estadual ou municipal, inclusive as fundações supervisionadas e entidades criadas por lei, com atribuições de fiscalização do exercício das profissões liberais;*

⇒ *condomínios e sociedades civis;*

⇒ *empregadores rurais pessoas físicas que mantiveram empregados no ano-base;*

⇒ *filiais, agências, sucursais, representações ou quaisquer outras formas de entidades vinculadas à pessoa jurídica domiciliada no exterior.*

Para Ferreira e Matos (2005), ainda que a RAIS ofereça um retrato parcial do mercado de trabalho brasileiro, por excluir do seu universo os trabalhadores autônomos, empresários sem vínculo empregatício formal e os demais trabalhadores que não possuem registro em carteira de trabalho, é uma valiosa fonte de dados<sup>37</sup>. Por tratar-se de uma base de dados atualizada anualmente que permite distintos níveis de desagregação espacial, permite superar as lacunas derivadas da periodicidade dos censos, dos problemas de desagregação do plano amostral nas PNADs e do grau de cobertura geográfica das pesquisas mensais de emprego<sup>38</sup>.

---

<sup>37</sup> Entende-se por vínculos empregatícios as relações de emprego estabelecidas sempre que ocorre trabalho remunerado com carteira assinada. Dessa forma, o número de empregos em determinado período de referência corresponde ao total de vínculos empregatícios efetivados. Por consequência, o número de empregos difere do número de pessoas empregadas, uma vez que o indivíduo pode estar acumulando, na data de referência, mais de um emprego.

<sup>38</sup> Para De Negri *et al.* (2001), a cobertura dos dados da RAIS não é homogênea para os diversos setores econômicos e unidades da Federação, o que não invalida a sua utilização em pesquisas sobre o mercado formal de trabalho. Também há relativo consenso de que a RAIS subestima os empregos no setor agropecuário e na construção civil e sobreestima os trabalhadores na administração pública. Para a região Sudeste e para a indústria de transformação, no entanto, a cobertura da RAIS parece ser historicamente boa.

### 3.4.1 A RAISMIGRA E A MOBILIDADE ESPACIAL DA POPULAÇÃO ATIVA FORMAL

A RAISMIGRA é uma base de dados derivada do registro da RAIS e visa o acompanhamento geográfico, setorial e ocupacional da trajetória dos trabalhadores ao longo do tempo. A base está organizada de forma longitudinal, permitindo a realização de estudos de mobilidade, duração e reinserção de indivíduos no mercado de trabalho, o que não é permitido pela base RAIS convencional, que está organizada por ano de referência da declaração dos vínculos empregatícios. Tendo em vista seu propósito, a RAISMIGRA pode ser considerada como um censo de registro administrativo. Contudo, essa cobertura é variada no tempo e espaço. De acordo com o próprio MTE, a cobertura atual dessa base oscila em torno de 97% do universo do mercado formal brasileiro (MTE, 2009).

De acordo com o MTE (2009, s.p.), a RAISMIGRA tem como objetivo “permitir estudos de mobilidade dos indivíduos no mercado de trabalho a partir do acompanhamento da sua trajetória intersetorial, ocupacional e geográfica ao longo do tempo”. Em um de seus modelos de organização da informação, o modelo painel, é possível comparar a posição do trabalhador ao longo do tempo a partir da identificação do número do PIS, o que permite analisar sua mobilidade geográfica no mercado de trabalho formal, aqui denominada de mobilidade laboral.

Diferente da definição convencional de migrante derivada dos Censos Demográficos, que envolve a mudança deliberada e proposital do local de residência, em um intervalo ou em pontos no tempo, na RAISMIGRA são considerados os deslocamentos no local de trabalho, considerados dois ou mais pontos no tempo. Dessa forma, a mobilidade laboral representa um tipo específico de deslocamento espacial, conceitualmente distinto da migração clássica. Por exemplo, para se identificar os fluxos migratórios intermunicipais de origem/destino nos Censos Demográficos, pode-se utilizar a chamada Migração Data Fixa, que compreende os indivíduos que declararam residência em municípios diferentes na data de referência do censo e cinco anos antes. Na base da RAISMIGRA, os deslocamentos da População Ativa Formal (PAF) envolvem os indivíduos cujos municípios de trabalho eram distintos em dois pontos no tempo (também de datas fixas), conforme datas de referência da RAIS.

Dessa forma, além da distinção conceitual entre esses dois tipos de movimentos espaciais da população, algumas diferenças entre a Migração de Data Fixa e a Mobilidade Laboral (2000/1995) foram apontadas por Ferreira e Matos (2005), tais como: menor participação dos jovens na RAISMIGRA; menor representação do setor público no Censo; maior proporção dos movimentos de longa distância no Censo<sup>39</sup>.

---

<sup>39</sup> Para esses autores, a principal e talvez a mais evidente diferença entre os movimentos da população no espaço identificados no Censo e na RAISMIGRA seja a distorção na faixa etária da população migrante, o que gera uma sub-representação dos menores de 24 anos, grupo que abrange uma grande quantidade de migrantes jovens que só tiveram sua primeira experiência no mercado formal na localidade de destino. Contudo, quando analisados por setores de ocupação, a diferença mais significativa entre as bases de dados refere-se àquela sobre estimação dos trabalhadores da Administração Pública na RAIS. No que se refere aos setores econômicos, o

### 3.5 AS REGIÕES DE INFLUÊNCIA DAS CIDADES (REGIC) DO IBGE

De acordo com o próprio IBGE, a delimitação das Regiões de Influência das Cidades dá continuidade à tradição do IBGE de estudar a rede urbana brasileira e visa construir um quadro nacional, apontando as permanências e as modificações registradas. Nesse sentido,

*ao investigar a rede urbana brasileira, pretende-se subsidiar o planejamento estatal e as decisões quanto à localização das atividades econômicas de produção, consumo privado e coletivo, bem como prover ferramentas para o conhecimento das relações sociais vigentes e dos padrões espaciais que delas emergem. (IBGE, 2009, s.p.).*

Os estudos anteriores, que definiram os níveis da hierarquia urbana e estabeleceram a delimitação das regiões de influência das cidades brasileiras, foram realizados pelo IBGE a partir de questionários que investigaram a intensidade dos fluxos de consumidores em busca de bens e serviços, nos anos de 1966, 1978 e 1993. Essa atualização proposta, realizada em 2007 e divulgada em 2008, retoma a concepção utilizada nos primeiros estudos

---

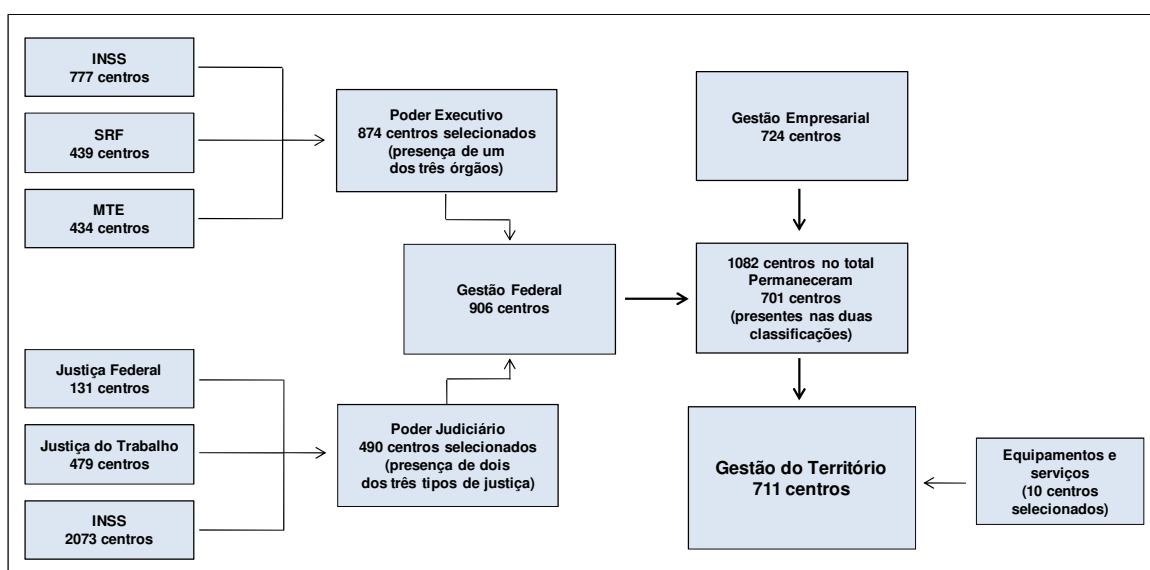
Censo aponta na população migrante um peso do setor industrial superior aos deslocamentos registrados na RAISMIGRA, o que sugere um maior detalhamento dos dados, o que talvez comprove as diferenças na definição das atividades entre as duas bases, assim como a influência de uma menor cobertura dos pequenos estabelecimentos por parte da RAIS (FERREIRA e MATOS, 2005). Entretanto, apesar de suas limitações, a RAISMIGRA apresenta-se como uma importante fonte alternativa à análise dos deslocamentos espaciais da força de trabalho no período intercensitário. Sua principal característica refere-se à possibilidade de acompanhamento linear desses movimentos, permitindo definir vários pontos no tempo e tipos de fluxos, como o retorno, por exemplo.

realizados pelo IBGE, que resultaram na Divisão do Brasil em regiões funcionais urbanas de 1972. Nessa perspectiva, em um primeiro momento foi estabelecida uma classificação hierárquica dos centros e, em seguida, são delimitadas suas áreas de atuação, denominadas Regiões de Influência. Na atual versão, como indicado nesse mesmo estudo, foi privilegiada a função de gestão do território, sugerida por Corrêa (1995). Para esse autor, o centro de gestão do território

*é aquela cidade onde se localizam, de um lado, os diversos órgãos do Estado e, de outro, as sedes de empresas cujas decisões afetam direta ou indiretamente um dado espaço que passa a ficar sob o controle da cidade através das empresas nela sediadas. (CORRÊA, 1995).*

Duas etapas metodológicas são centrais nessa proposta. A definição hierárquica dos centros de gestão do território e a delimitação de sua região de influência. De modo simplificado, a classificação de hierarquia na rede de cidades privilegiou dois níveis de centralidade: a Gestão Federal, avaliada a partir da existência de órgãos do Poder Executivo e do Judiciário Federal; e a Gestão Empresarial, bem como a presença de diferentes equipamentos e serviços (comércio e serviços, instituições financeiras, ensino superior, saúde, internet, redes de televisão aberta e conexões aéreas). Classificados em seis níveis de hierarquia, conforme sua posição no âmbito da gestão federal e empresarial, integram o conjunto final 711 centros de gestão do território, como representado no fluxograma a seguir (Figura 3).

Figura 3: Etapas da definição dos Centros de Gestão do Território



Fonte: IBGE (2008)

A intensidade das ligações entre as cidades permitiu estabelecer suas áreas de influência e a articulação das redes no território. Para investigar a articulação dos centros de gestão, foram considerados os eixos de gestão pública e de gestão empresarial, complementados pelos serviços de saúde. Para cada um desses eixos, registraram-se as quatro principais ligações, destacadas a seguir:

⇒ Para a gestão pública foram contadas as ligações estabelecidas pela relação de subordinação administrativa nos órgãos federais examinados (SRF, INSS e MTE), e nos órgãos da Justiça Federal e da Justiça do Trabalho. Somadas essas ligações, os valores foram ordenados, conservando-se, para cada centro, os quatro maiores.

⇒ Para a gestão empresarial foi somado o número de filiais (unidades locais) instaladas em um centro, segundo a localização da sede. Da mesma forma que no caso anterior, os valores foram ordenados, conservando-se as quatro principais ligações de cada centro.

⇒ Os registros de internações hospitalares financiadas pelo SUS identificam o local de residência e o de internação do paciente. Estudos anteriores estabeleceram a diferenciação dos padrões de ligações segundo o nível de complexidade do tratamento realizado. Foram utilizados dois grupos de procedimentos: os de alta complexidade e os definidos como mais freqüentes.

As áreas de influência dos centros foram delineadas a partir da intensidade das ligações entre as cidades, com base em dados secundários e informações obtidas por questionário específico da pesquisa, e permitiram identificar 12 redes de primeiro nível. As cidades foram classificadas em cinco grandes níveis de hierarquia, descritos abaixo e representados na Figura 4:

1. **Metrópoles** – são os 12 principais centros urbanos do País, que se caracterizam por seu grande porte e por fortes relacionamentos entre si, além de, em geral, possuírem extensa área de influência direta. O conjunto foi dividido em três subníveis, segundo a extensão territorial e a intensidade destas relações:



Grande metrópole nacional – São Paulo, o maior conjunto urbano do país, com 19,5 milhões de habitantes, em 2007, e alocado no primeiro nível da gestão territorial;

Metrópole nacional – Rio de Janeiro e Brasília, com população de 11,8 milhões e 3,2 milhões em 2007, respectivamente, também estão no primeiro nível da gestão territorial. Juntamente com São Paulo, constituem foco para centros localizados em todo o País; e

Metrópole – Manaus, Belém, Fortaleza, Recife, Salvador, Belo Horizonte, Curitiba, Goiânia e Porto Alegre, com população variando de 1,6 (Manaus) a 5,1 milhões (Belo Horizonte), constituem o segundo nível da gestão territorial. Note-se que Manaus e Goiânia, embora estejam no terceiro nível da gestão territorial, têm porte e projeção nacional que lhes garantem a inclusão neste conjunto.

2. **Capital regional** – integram este nível 70 centros que, como as metrópoles, também se relacionam com o estrato superior da rede urbana. Com capacidade de gestão no nível imediatamente inferior ao das metrópoles, têm área de influência de âmbito regional, sendo referidas como destino, para um conjunto de atividades, por grande número de municípios.

3. **Centro sub-regional** – integram este nível 169 centros com atividades de gestão menos complexas, predominantemente entre os níveis 4 e 5 da gestão territorial; têm área de atuação mais reduzida, e seus relacionamentos com centros externos à sua própria rede dão-se, em geral, apenas com as três metrópoles nacionais.

4. **Centro de zona** – nível formado por 556 cidades de menor porte e com atuação restrita à sua área imediata; exercem funções de gestão elementares.

5. **Centro local** – as demais 4.473 cidades cuja centralidade e atuação não extrapolam os limites do seu município, servindo apenas aos seus habitantes, têm população predominantemente inferior a 10 mil habitantes (mediana de 8.133 habitantes).

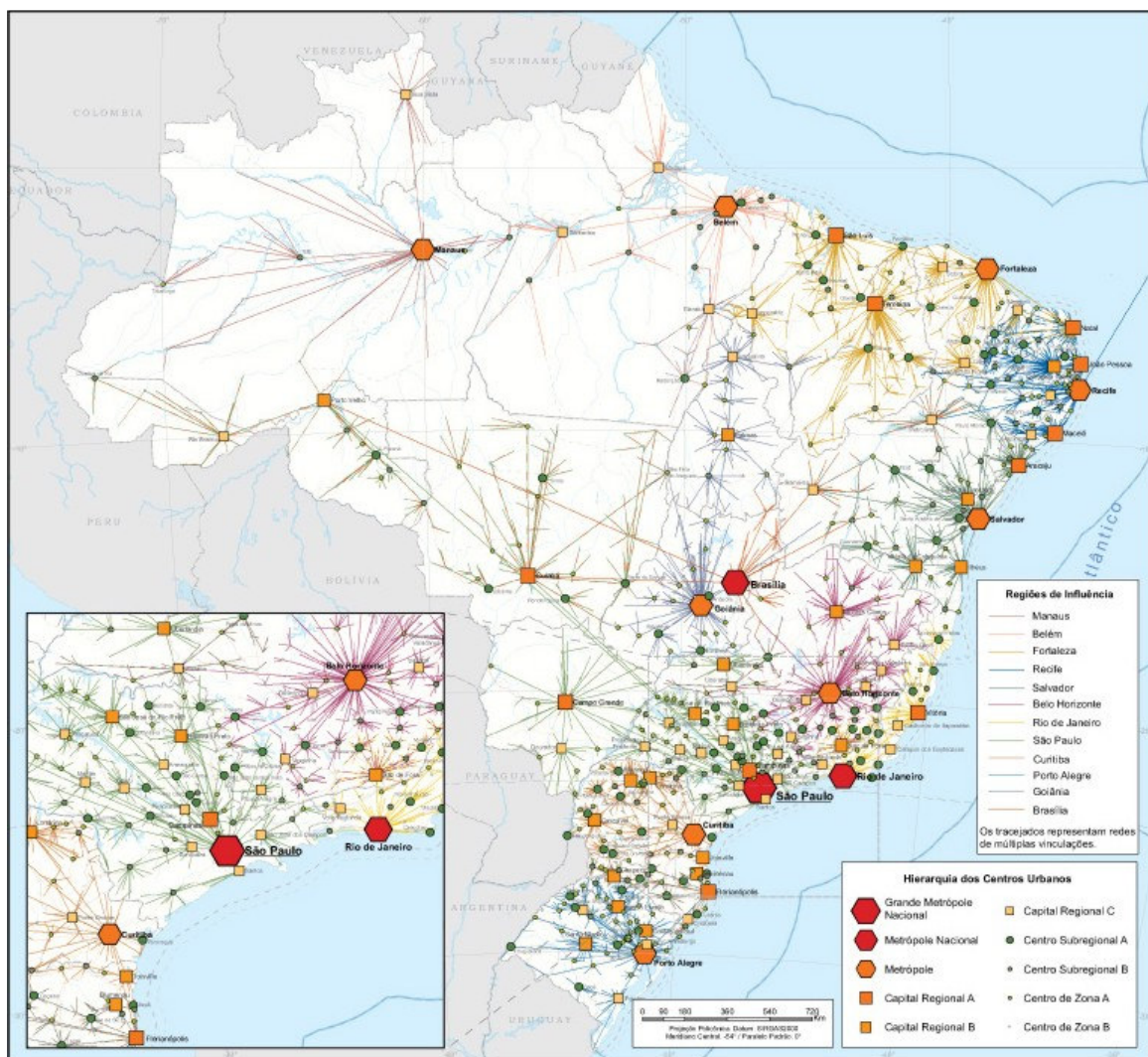
A partir de algumas adaptações na REGIC proposta pelo IBGE, as Regiões de Influência utilizadas nesta pesquisa estão representadas na Figura 5, que identifica as onze regiões que compõem o primeiro nível hierárquico estabelecido nas REGICs 2007<sup>40</sup>. Em posição hierárquica superior na rede de influência destaca-se a REGIC de São Paulo, polarizada pela Grande Metrópole Nacional. Essa REGIC envolve, além do próprio estado de São Paulo, o Sul e o Triângulo Mineiro e o estado de Mato Grosso do Sul. Como consta na Tabela 4, com base nos dados do Censo Demográfico e na divisão política administrativa de 2000, essa REGIC compreende um conjunto de 847 municípios, o que corresponde a

---

<sup>40</sup> As adaptações feitas nesta pesquisa incluem alterações apenas na delimitação de determinadas Regiões de Influência. Uma dessas refere-se à inclusão da rede de influência de Uberaba na REGIC de São Paulo e não de Belo Horizonte. Essa modificação se justifica pela descontinuidade espacial gerada na conformação do limite da REGIC proposta pelo IBGE, que separava as áreas de influência de Uberlândia e Uberaba. Essa descontinuidade criaria uma série de dificuldades em relação ao tratamento desses dados, sobretudo no cálculo das distâncias. Outra alteração refere-se à fusão das REGICs de Brasília e Goiânia, que também representavam grandes espaços descontínuos. Em função de sua posição peculiar, e a conseqüente sobrevalorização dos *scores* de distância e implicações nos modelos propostos, também foi excluído da base Fernando de Noronha, o que reduziu o total de municípios para 5.506.

15,38% do total. No que se refere à população, a Região de Influência de São Paulo compreende 24,56% dos residentes no território nacional.

Figura 4: Rede urbana – Brasil/2007



Fonte: IBGE (2008)

Em um segundo nível, distinguem-se as REGICs do Rio de Janeiro e de Brasília, consideradas Metrôpoles Nacionais. A Região de Influência do Rio de Janeiro inclui, além do próprio estado, todo o estado do Espírito Santo, a Zona da Mata

Mineira e o extremo sul da Bahia. Nessa região estão dispostos 292 municípios que englobam 11,51% da população brasileira. Na REGIC de Brasília, formada pelos estados Goiás, Mato Grosso, Acre, Tocantins (em grande parte), incluindo partes de Minas Gerais, Pará, Maranhão, Piauí e Amazonas, estão 618 municípios (11,22% do total). Somada a população dessa Região de Influência, tem-se um total superior a 13,4 milhões de pessoas (o que representa uma proporção de 7,92% da população total). Em seqüência, em um 3º nível hierárquico, classificadas como Metrôpoles, são representadas as Regiões de Influência das metrôpoles Manaus, Belém, Fortaleza, Recife, Salvador, Belo Horizonte, Curitiba e Porto Alegre.

Tabela 4: Número de municípios e população residente nas Regiões de Influência das principais Metrôpoles brasileiras, Brasil 2000

REGIC	Municípios		População Residente	
	Nº	%	Nº	%
São Paulo	847	15,38	41.707.347	24,56
Rio de Janeiro	292	5,30	19.537.670	11,51
Brasília	618	11,22	13.443.630	7,92
Manaus	70	1,27	2.992.435	1,76
Belém	144	2,62	6.282.860	3,70
Fortaleza	624	11,33	16.029.900	9,44
Recife	649	11,79	16.190.004	9,53
Salvador	502	9,12	15.102.147	8,89
Belo Horizonte	602	10,93	13.421.288	7,90
Curitiba	424	7,70	10.575.636	6,23
Porto Alegre	734	13,33	14.514.202	8,55
<b>Total</b>	<b>5.506</b>	<b>100,00</b>	<b>169.797.119</b>	<b>100,00</b>

Fonte: IBGE (2008)

Figura 5: Regiões de Influência direta das principais Metrôpoles brasileiras (REGIC 1997)



Fonte: Adaptado de IBGE (2008)

Esse recorte espacial das Regiões de Influência/REGICs, elaborado pelo IBGE (2008), com as adaptações e alterações adotadas propostas nesta pesquisa, sobreposto à divisão municipal conforme divisão político-administrativa de 2000, serviu de base às tabulações e à análise de dados. Mais que isso, essa

regionalização veio ao encontro aos propósitos desta tese, de avaliar a suposta dispersão espacial da população das Regiões Metropolitanas para as respectivas Regiões de Influência. Essa atualização metodológica, ainda que possa haver ressalvas e limitações, oferece um retrato mais próximo das relações de interdependência que se estabelecem no espaço, onde os volumes e fluxos da população são especialmente relevantes.

## UNIDADE IV – ESTOQUES, MIGRAÇÃO E MOVIMENTOS ESPACIAIS DA POPULAÇÃO NAS REGIÕES DE INFLUÊNCIA DAS PRINCIPAIS REGIÕES METROPOLITANAS BRASILEIRAS

---

Um dos pontos que mais chama atenção, quando analisados os estoques de população nas principais REGICs brasileiras, conforme metodologia descrita na unidade anterior, é a elevada proporção de residentes na Região de Influência de São Paulo, cuja proporção em relação ao total do país já correspondia a 20,51% em 1940 (ver Tabela 5)<sup>41</sup>. Em 2007, essa relação atingiu 24,48%. Esse crescimento na proporção da população da Região de Influência (RI) de São Paulo ocorreu simultaneamente à queda na participação relativa das RIs de Fortaleza, Recife, Salvador e Belo Horizonte, históricos fornecedores de força de trabalho do país. Como já recorrentemente citado na literatura, grandes volumes

---

<sup>41</sup> Os valores referentes aos estoques de população dispostos na Tabela 5, e os demais resultados dessa subunidade, têm como base o recorte cartográfico relativo à divisão política/administrativa de 2000, utilizada como referência no Censo Demográfico de 2000. Se essa padronização possibilitou as recodificações e agregações retroativas, devem ser considerados os efeitos decorrentes das sucessivas emancipações municipais. No entanto, como os limites das REGICs 2007 são comumente coincidentes com os limites estaduais das micro e meso regiões geográficas utilizadas no recorte cartográfico de 2000, as fragmentações municipais em grande parte representam reestruturações dentro da própria Região de Influência.

de migrantes se deslocaram da região Nordeste e de Minas Gerais e alimentaram o crescimento demográfico e econômico do Centro-Sul, fornecendo mão-de-obra para o desenvolvimento do parque industrial brasileiro, sobretudo na Região de Influência direta da grande metrópole paulista.

Tabela 5: Distribuição da população residente nas grandes REGICs brasileiras 1940/2007

<b>REGIC</b>	<b>1940</b>	<b>1950</b>	<b>1960</b>	<b>1970</b>	<b>1980</b>	<b>1991</b>	<b>2000</b>	<b>2007</b>
São Paulo	20,51	20,43	21,10	21,82	23,76	24,25	24,56	24,48
Rio de Janeiro	13,13	12,75	13,13	13,02	12,56	11,75	11,51	11,30
Brasília	3,07	3,40	4,09	5,05	6,24	7,37	7,92	8,24
Manaus	0,90	0,91	0,95	0,98	1,18	1,48	1,76	1,88
Belém	2,29	2,24	2,30	2,43	2,93	3,37	3,70	3,93
Fortaleza	9,94	10,17	10,04	9,72	9,62	9,48	9,44	9,49
Recife	13,79	13,37	11,79	11,06	10,33	9,95	9,53	9,42
Salvador	10,99	10,71	9,56	9,01	8,97	9,22	8,89	8,87
Belo Horizonte	11,47	10,94	10,24	9,20	8,43	8,07	7,90	7,87
Curitiba	3,51	4,57	6,52	7,89	6,92	6,32	6,23	6,22
Porto Alegre	10,40	10,50	10,28	9,81	9,06	8,74	8,55	8,30
<b>Total</b>	<b>100,00</b>	<b>100,00</b>	<b>100,00</b>	<b>100,00</b>	<b>100,00</b>	<b>100,00</b>	<b>100,00</b>	<b>100,00</b>

Fonte: IBGE; Censos Demográficos 1940, 1950, 1960, 1970, 1980, 1991 e 2000; Contagem Populacional de 2007.

Ainda que esses números ofereçam indícios gerais de uma concentração regional da população brasileira, torna-se necessário avaliar a evolução da distribuição espacial desse contingente no interior de cada uma das REGICs. A análise dos estoques e fluxos de população, incorporando a dimensão distância<sup>42</sup>, pode oferecer elementos importantes na análise de determinadas

<sup>42</sup> Em um modelo geométrico do espaço, representado em um plano, admite-se que uma linha reta que une dois pontos pode representar um vetor de migração, de origem no município A e destino ao município B. Essa estrutura, concebida e incorporada pelas ferramentas dos ditos Sistemas de Informações Geográficas (SIGs), definidas as coordenadas geodésicas dos pontos, representados pelas sedes de municípios, permite, além de avaliar a disposição da população



especificidades na dinâmica regional, identificando possíveis sinais de dispersão ou reconcentração espacial da população brasileira. Também é relevante incorporar a análise dos volumes e os deslocamentos da População Formal Ativa, avaliados a partir dos dados disponíveis na base da RAIS. Os indicadores extraídos dessa fonte oferecem uma dimensão adicional acerca de uma suposta concentração da força de trabalho, ainda que nela seja excluída uma parcela importante da população brasileira (não inseridos no mercado formal de trabalho).

#### 4.1 DISTRIBUIÇÃO ESPACIAL DA POPULAÇÃO RESIDENTE: AS METRÓPOLES E SUAS REGIÕES DE INFLUÊNCIA

Um primeiro aspecto que deve ser mencionado é o crescimento na proporção da população residente em determinadas Regiões Metropolitanas do país, verificado ao longo das últimas décadas censitárias (retratadas a partir do Censo Demográfico de 1940)<sup>43</sup>. Em algumas RMs o ganho foi bastante expressivo, como pode ser observado na Figura 6. Em Manaus, por exemplo, no ano de

---

residente no espaço, anexar o volume de imigrantes e emigrantes (atributo não gráfico), analisar a distância dos fluxos migratórios intermunicipais (vetores de migração). A distância (D), com base nas propriedades do triângulo retângulo descritas por Pitágoras, pode ser calculada pela relação entre as variações nos eixos X (longitude  $\lambda$ ) e Y (latitude  $\varphi$ ) dos municípios "a" e "b". Logo,  $D_{ab} = ((\lambda_a - \lambda_b)^2 + (\varphi_a - \varphi_b)^2)^{1/2}$ .

<sup>43</sup> É oportuno frisar que, ao longo das décadas avaliadas, o ganho de participação da população em boa parte das Regiões Metropolitanas não foi resultado direto da aceleração do crescimento demográfico, como pode ser observado na Tabela 6. Em todas as Regiões Metropolitanas analisadas ocorreu uma redução nas taxas de crescimento médio anual, ainda que em parte delas tivesse ocorrido um incremento nessas taxas até as décadas de 1960/1970. No entanto, a queda mais acentuada do crescimento populacional dos municípios que compõem cada uma das Regiões de Influência dessas metrópoles levou ao crescimento relativo na participação da população das Regiões Metropolitanas. Em alguns casos, como de Salvador, os níveis de crescimento anual médio dos municípios de sua Região de Influência foram mais de três vezes menor que o observado para a RM (0,70% na RI e 2,53% na RMSA).

2007, quase metade da população de toda REGIC residia na própria Região Metropolitana. Nas demais REGICs, a exceção de São Paulo, Rio de Janeiro e Manaus, a proporção da população que residia nas RMs, nesse mesmo ano, oscilava entre 20 e 30%<sup>44</sup>.

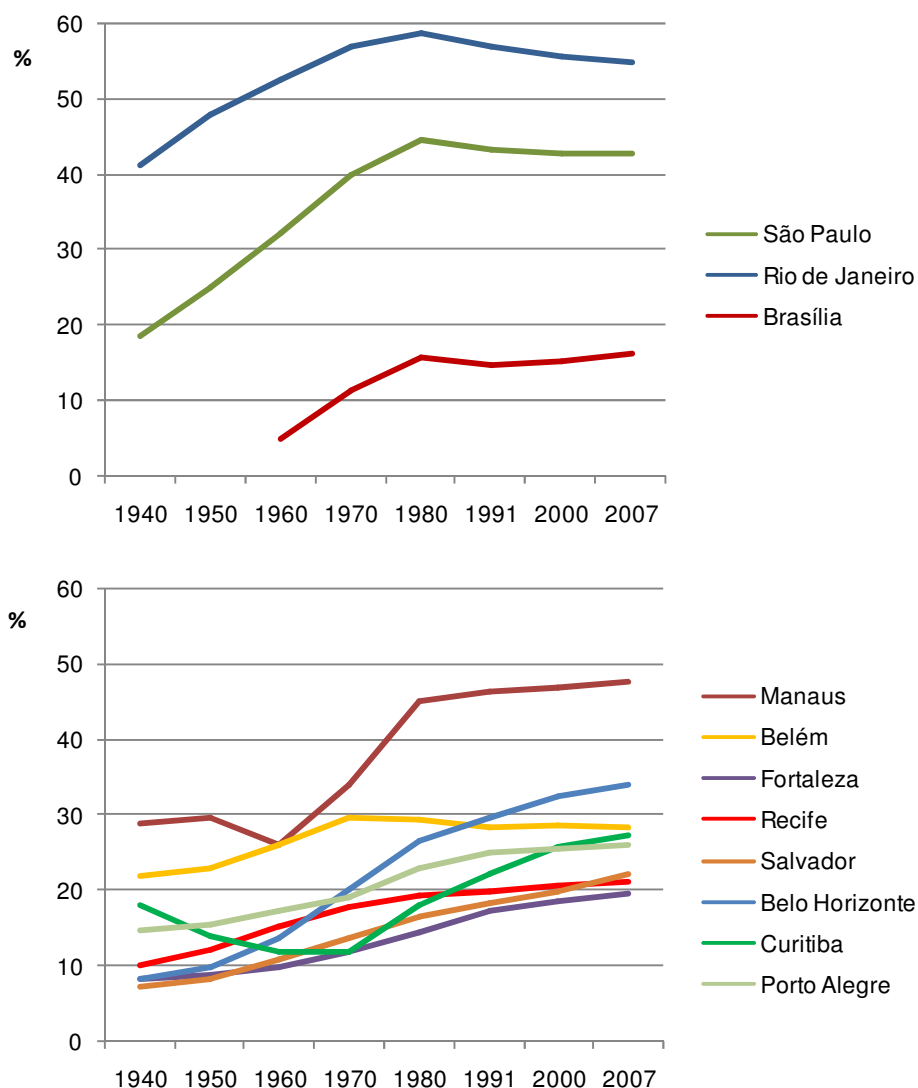
No entanto, desde a década de 1970, resultado direto da sensível redução nos níveis de crescimento demográfico, tem havido redução na proporção representada pela população residente em diversas Regiões Metropolitanas, dentre elas, São Paulo e Rio de Janeiro merecem destaque<sup>45</sup>. No caso de São Paulo, após atingir o valor máximo de 44,52% em 1980, no ano de 2007 a relação entre a população da RM e o total da REGIC reduziu-se para 42,78%. No caso da RMRJ a redução, entre esses mesmos pontos no tempo, foi de 58,70% para 54,91%.

---

<sup>44</sup> Eram 34,11% na REGIC de Belo Horizonte e 19,72% na de Fortaleza, as proporções de maior e menor valor, respectivamente.

<sup>45</sup> Nos casos de São Paulo e Rio de Janeiro, que apresentaram maior nível de redução no ritmo de crescimento da população metropolitana. Nas duas Regiões de Influência dessas metrópoles, desde a década de 1980, tomados em conjunto os municípios localizados fora da Região Metropolitana, o ritmo de crescimento demográfico foi superior àquele verificado na RM, embora os valores fossem pouco expressivos. Na Região Metropolitana do Rio de Janeiro, no período 2000/2007, a taxa média de crescimento populacional foi aproximadamente a metade daquela verificada em sua Região de Influência (de 0,64% na RM e 1,13% na RI, conforme dados expostos na Tabela 6).

Figura 6: Participação da população residente nas RMs nas principais REGICs brasileiras, 1940 a 2007



Fonte: IBGE; Censos Demográficos 1940, 1950, 1960, 1970, 1980, 1991 e 2000; Contagem Populacional de 2007.

Algumas particularidades devem ser observadas em São Paulo e no Rio de Janeiro, já que apresentaram maiores níveis de redução no ritmo de crescimento da população metropolitana. Nesses dois casos, desde a década de 1980, tomados em conjunto os municípios das Regiões de Influência, o ritmo de

crescimento demográfico foi superior àquele verificado nas respectivas RMs, embora também apresentassem valores pouco expressivos. Na Região Metropolitana do Rio de Janeiro, no período 2000/2007, a taxa média de crescimento populacional foi aproximadamente a metade daquela verificada em sua Região de Influência (de 0,64% na RM e 1,13% na RI, conforme dados expostos na Tabela 6).

Tabela 6: Taxa Geométrica de Crescimento Médio anual da populacional RMs e RIs - 1940 a 2007

REGICs		1940/1950	1950/1960	1960/1970	1970/1980	1980/1991	1991/2000	2000/2007
São Paulo	RM	5,44	6,05	5,44	4,46	1,88	1,64	1,04
	RI	1,46	2,43	1,88	2,56	2,30	1,88	1,09
Rio de Janeiro	RM	3,62	4,36	3,53	2,44	1,03	1,17	0,64
	RI	0,81	2,48	1,75	1,66	1,71	1,68	1,13
Brasília	MP	xxx	xxx	14,26	8,15	2,84	2,79	2,61
	RI	3,39	4,54	4,25	4,13	3,60	2,38	1,53
Manaus	MP	2,75	2,30	5,92	7,35	4,35	3,73	2,28
	RI	2,36	4,14	1,95	2,49	3,77	3,52	1,86
Belém	RM	2,66	4,65	4,71	4,31	2,92	2,79	1,87
	RI	1,99	2,95	2,89	4,44	3,38	2,63	2,03
Fortaleza	RM	3,07	4,18	4,55	4,23	3,46	2,44	2,03
	RI	2,55	2,86	2,21	2,10	1,48	1,39	1,00
Recife	RM	3,88	4,22	3,66	2,71	1,85	1,50	1,32
	RI	1,81	1,46	1,85	1,58	1,51	1,07	0,85
Salvador	RM	3,30	4,79	4,49	4,41	3,19	2,14	2,53
	RI	1,99	1,66	1,89	2,09	1,97	1,00	0,70
Belo Horizonte	RM	3,70	5,75	5,68	4,52	2,51	2,39	1,81
	RI	1,68	2,01	0,94	0,71	1,14	0,95	0,69
Curitiba	RM	2,46	5,23	4,67	5,52	2,95	3,16	1,99
	RI	5,60	7,08	4,81	0,40	0,62	0,93	0,77
Porto Alegre	RM	2,88	4,14	3,32	3,49	2,48	1,58	0,90
	RI	2,38	2,66	2,10	1,19	1,32	1,31	0,62

Fonte: IBGE; Censos Demográficos 1940, 1950, 1960, 1970, 1980, 1991 e 2000; Contagem Populacional de 2007.

Nota: MP = Município Pólo.

Além da proporção representada pelos estoques de população na RI e RM, o nível de concentração nas Regiões Metropolitanas também pode ser analisado

por indicadores que incorporam conjuntamente o volume da população e a dimensão distância. Um desses indicadores propostos nesta pesquisa foi denominado Índice de Dispersão Populacional (IDP), cujo valor é dado pelo somatório do produto entre a população residente de cada município da RI e a distância de cada um em relação às sedes do core metropolitano, dividido pelo produto das médias de população e distância e o número de municípios. Matematicamente o IDP pode ser descrito pela expressão:

$$IDP = \frac{\sum_{i=0}^n (p * d)}{(\mu_p * \mu_d) * n}$$

em que,

$p$  = população do *enésimo* município;

$d$  = distância do *enésimo* município ao centro metropolitano da RI;

$\mu_p$  = média populacional dos municípios da RI;

$\mu_d$  = distância média dos municípios ao centro metropolitano da RI.

$n$  = número de municípios na RI no ano.

O resultado dessa expressão avalia a dispersão espacial da população na Região de Influência, cujos valores indicam o nível de afastamento da população da RM. Dessa forma, quanto menor o IDP, maior é a concentração da população ao redor da Região Metropolitana<sup>46</sup>. Os dados dispostos na Tabela 7 sugerem

---

<sup>46</sup> Os valores de IDP vizinhos de 1 (um) representam a concentração da população em torno da média das distâncias dos municípios da RI em relação ao core metropolitano. Valores menores que 1 (um) indicam uma proximidade em relação à RM e uma menor dispersão espacial em função do peso representado por municípios mais distantes.

evolução distinta para cada uma das REGICs. São Paulo talvez seja o caso mais notável, com queda no IDP de 1,02 para 0,79. É necessário, contudo, destacar que essa intensificação na concentração foi acelerada até 1980, a partir da qual se tornou estável. Na REGIC do Rio de Janeiro a tendência foi inversa, de crescimento da dispersão até a década de 1970. Nesse caso, foi notável o peso exercido pelo crescimento demográfico dos municípios do norte fluminense e no entorno de Vitória/Vila Velha. As REGICs de Brasília, Belém, Fortaleza e Salvador também exibiram aumento no índice de dispersão.

Tabela 7: Índice de Dispersão Populacional (IDP) das Regiões de Influência das principais metrópoles brasileiras, 1940 a 2007

REGIC	1940	1950	1960	1970	1980	1991	2000	2007
São Paulo	1,02	0,99	0,95	0,92	0,86	0,81	0,79	0,79
Rio de Janeiro	0,97	1,00	1,08	1,07	1,07	1,02	1,03	1,02
Brasília	0,92	0,99	1,14	1,13	1,13	1,17	1,04	1,03
Manaus	1,02	1,03	0,88	0,87	0,91	1,00	0,98	0,97
Belém	0,91	0,94	0,98	1,08	1,16	1,20	1,06	1,07
Fortaleza	0,92	0,90	1,02	0,94	0,98	1,04	0,95	0,94
Recife	0,90	0,91	0,89	0,87	0,88	0,88	0,87	0,87
Salvador	0,95	0,98	0,97	0,98	0,98	0,98	0,98	0,98
Belo Horizonte	1,06	1,08	1,10	1,11	1,09	1,09	0,98	0,98
Curitiba	1,03	1,10	1,04	1,02	0,98	0,92	0,89	0,89
Porto Alegre	1,00	1,01	0,97	0,96	0,97	1,01	1,01	1,01

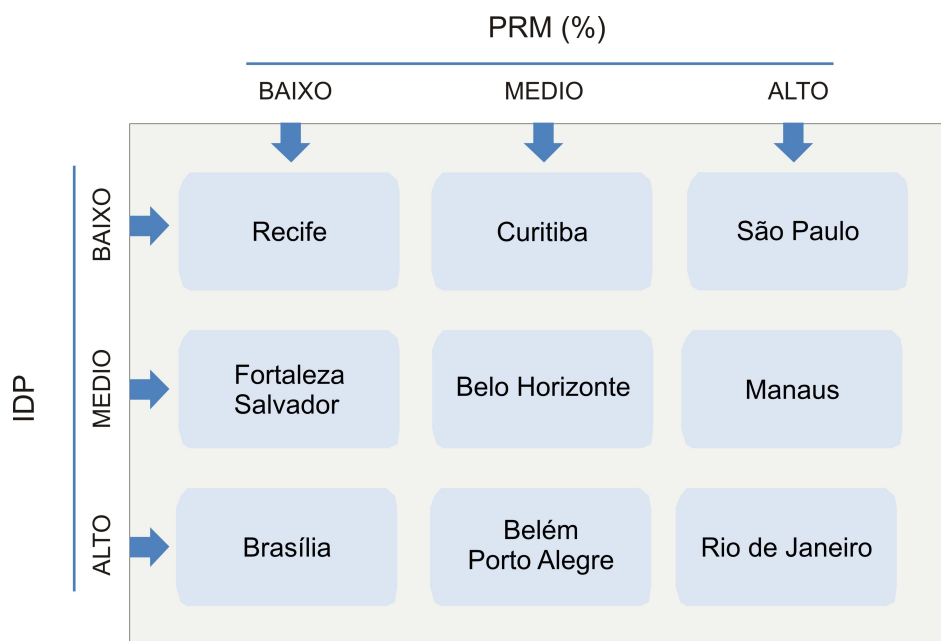
Fonte: IBGE; Censos Demográficos 1940, 1950, 1960, 1970, 1980, 1991 e 2000; Contagem Populacional de 2007.

A Figura 7 representa, de forma sintética, a posição de cada REGIC no que se refere aos parâmetros de IDP e à proporção da população residente em cada Região Metropolitana. As classes de IDP e do percentual da População na RM em cada REGIC foram estabelecidas utilizando-se o método “*Natural Breaks*”, como descrito a seguir. Valores de IDPs → a) Altos: maiores que 1,01; b) Médios: entre 0,94 a 1,01; e c) Baixos: menores que 0,94. Peso da população

residente na Região Metropolitana no total da REGIC (PRM) → a) Alto: maior que 42,7%; b) Médio: de 25,9 a 42,7%; e c) Baixo: menor que 25,9%.

Em dois casos verificam-se as condições esperadas: de um lado Brasília, com alto IDP e baixa participação da população relativa da RM; e, de outro, São Paulo, com baixo índice de dispersão e elevada concentração na RM<sup>47</sup>. Por outro lado, as metrópoles carioca e pernambucana aparecem como casos atípicos, com alta participação metropolitana no total de residentes na RI e um alto índice de dispersão, ou baixos valores nos dois indicadores.

Figura 7: Comparação entre os valores de IDP e a proporção da população da REGIC residente na Região Metropolitana (PRM) – 2007



Fonte: IBGE, Contagem Populacional de 2007.

<sup>47</sup> É preciso ressaltar, como já mencionado, tanto em relação ao IDP, como na proporção da população na RM, tem havido, respectivamente, uma estabilização e redução no caso de São Paulo.

Dados desagregados por sub-regiões, que representam a participação da população em subespaços das Regiões de Influência, excluídos os residentes nas RMs, permitem incorporar novos aspectos e oferecem mais detalhes sobre as considerações anteriores. Para tanto, cada uma das onze Regiões de Influência do país foi dividida em três: RI-1, RI-2 e RI-3, que compreendem agrupamentos de municípios conforme *tercis* de distância em relação à sede do core metropolitano<sup>48</sup>.

Uma primeira questão, como pode ser observada na Tabela 8, refere-se ao peso e crescimento demográfico da RI-1 das duas maiores Regiões Metropolitanas do país. Esses resultados podem sugerir uma condição similar à segunda fase do modelo proposto por Richardson, resultante das transformações estruturais da área central e da aceleração do crescimento dos núcleos adjacentes. A partir de 1991, mais da metade dos habitantes da REGIC de São Paulo (excluída a Região Metropolitana) residiam em algum município da RI-1. Em 2007, essa proporção era superior a 52%. Trata-se de um crescimento que extrapola os 150 km do Campo Aglomerativo proposto por Azzoni, uma vez que a RI-1 incorpora

---

<sup>48</sup> Tendo como base o recorte cartográfico referente à divisão político-administrativa de 2000, adotado no Censo Demográfico de 2000, utilizou-se como referência as coordenadas geodésicas de referência da sede municipal do core metropolitano, de acordo com critérios estabelecidos pelo próprio IBGE. A partir desse ponto, para cada uma das REGICs, foram identificadas as distâncias em linha reta em relação à sede de cada município. O conjunto desses valores permite agrupar os municípios de cada REGIC conforme *tercis* distâncias, denominados de RI-1, RI-2 e RI-3 (o primeiro é formado pelos municípios mais próximos do Core Metropolitano e o último pelos mais distantes). Dessa forma, cada uma das RIs compreende aproximadamente 1/3 dos municípios de cada REGIC em 2000. Por exemplo, na REGIC de São Paulo as sub-regiões RI-1, RI-2 e RI-3 possuem 270, 269 e 269 municípios, respectivamente. As distâncias em relação a São Paulo são obtidas pelos seguintes raios de circunferência: RI-1  $\Rightarrow$  até 240,32 km; RI-2  $\Rightarrow$  de 240,33 km a 453,52 Km; e a RI-3  $\Rightarrow$  mais de 453,53 km.



municípios com até 240,3 km de distância em relação ao core da RMSP<sup>49</sup>. Todavia, esse crescimento na participação do contingente de residentes nos municípios mais próximos à RM, como verificado em SP e RJ, não se repetiu generalizadamente nas demais REGICs do país. À exceção de Belo Horizonte, em todas as demais Regiões de Influência de Metrôpoles (3º nível hierárquico) ocorreu uma redução relativa da população na RI-1. Na Região de Influência de Curitiba, por exemplo, essa queda foi bastante contundente, sendo reduzida de 87,42%, em 1940, para 41,29%, em 2007.

Em relação às RI-2, que compreendem os municípios com distância intermediária, não há regularidades notáveis, uma vez que existem *aleatórios* de crescimento ou decréscimo relativo. Contudo, a RI-2 de Manaus incorpora parcela significativa da população da REGIC. Entretanto, excluído o caso de Manaus, em todas as demais REGICs verificou-se um aumento na proporção de residentes nas sub-regiões RI-3, que compreendem municípios mais distantes do município central. Esse crescimento, em boa medida, foi um reflexo direto da redução na participação da RI-2 ou mesmo da RI-1. Na própria REGIC de Curitiba, por exemplo, em 2007, a RI-3 abarcava 25,9% da população residente fora da RMCU, valor bem superior ao 0,65% observado em 1940.

---

<sup>49</sup> Apesar de menos expressiva, a RI-1 da RMRJ também apresentou um aumento progressivo, atingindo 38,23% em 2007.

Tabela 8: Proporção da população residente nas Regiões de Influência das principais metrópoles do país, discriminados por sub-regiões RI-1, RI-2 e RI-3 - 1940 a 2007

REGICs/RIs		1940	1950	1960	1970	1980	1991	2000	2007
São Paulo	RI-1	41,00	39,62	40,16	43,89	49,03	51,09	52,47	52,75
	RI-2	41,92	36,06	32,30	28,25	25,98	25,53	25,12	24,83
	RI-3	17,08	24,32	27,54	27,86	24,99	23,38	22,41	22,43
Rio de Janeiro	RI-1	33,39	35,09	35,20	36,06	37,76	37,14	37,49	38,23
	RI-2	41,03	37,23	33,06	28,20	24,85	23,37	22,24	21,75
	RI-3	25,58	27,68	31,75	35,74	37,39	39,49	40,26	40,02
Brasília	RI-1	45,64	49,96	49,65	49,58	43,42	38,11	39,00	39,60
	RI-2	30,85	28,49	29,77	30,38	29,28	25,76	25,32	25,16
	RI-3	23,51	21,55	20,58	20,04	27,30	36,13	35,68	35,23
Manaus	RI-1	22,84	21,70	33,86	35,56	31,30	29,91	29,13	30,84
	RI-2	48,47	49,16	40,49	41,04	44,34	44,41	45,89	45,55
	RI-3	28,69	29,15	25,66	23,41	24,36	25,68	24,98	23,61
Belém	RI-1	47,16	46,68	45,53	43,71	38,97	32,87	30,42	29,08
	RI-2	31,32	32,25	31,15	31,41	32,98	33,70	35,29	36,80
	RI-3	21,51	21,07	23,32	24,87	28,04	33,43	34,29	34,12
Fortaleza	RI-1	51,28	51,21	46,13	46,11	42,00	38,90	38,20	38,06
	RI-2	30,13	30,49	29,54	30,68	32,68	35,20	36,05	36,63
	RI-3	18,59	18,29	24,33	23,22	25,31	25,90	25,75	25,31
Recife	RI-1	49,22	48,02	47,47	44,24	42,63	41,81	41,42	41,01
	RI-2	31,87	32,00	32,47	34,03	35,79	37,46	38,91	39,57
	RI-3	18,91	19,98	20,06	21,73	21,58	20,73	19,67	19,42
Salvador	RI-1	43,04	40,70	39,78	37,34	37,02	36,45	35,49	35,23
	RI-2	28,73	29,75	30,67	31,55	31,26	31,20	30,86	30,39
	RI-3	28,23	29,55	29,55	31,10	31,72	32,34	33,65	34,38
Belo Horizonte	RI-1	34,23	31,77	31,15	31,75	34,20	35,08	36,15	36,86
	RI-2	33,56	33,14	35,00	31,91	30,51	29,80	29,50	29,17
	RI-3	32,21	35,08	33,84	36,33	35,29	35,12	34,35	33,97
Curitiba	RI-1	87,42	61,06	41,78	33,57	37,49	39,73	40,97	41,29
	RI-2	11,94	38,13	39,44	35,03	32,42	33,34	33,09	32,79
	RI-3	0,65	0,80	18,78	31,40	30,08	26,94	25,93	25,92
Porto Alegre	RI-1	35,44	34,45	33,34	32,25	31,04	31,88	32,77	33,13
	RI-2	37,43	36,17	34,76	33,71	32,81	31,69	30,33	29,42
	RI-3	27,12	29,38	31,90	34,03	36,15	36,44	36,89	37,45

Fonte: IBGE; Censos Demográficos 1940, 1950, 1960, 1970, 1980, 1991 e 2000; Contagem Populacional de 2007.

Nota: As proporções referem-se apenas aos totais de população das RIs, excluídos os estoques relativos às RMs.

A distribuição espacial da população nas REGICs de São Paulo e do Rio de Janeiro confirma a estruturação de uma densa rede de localidades mais próxima à própria Região Metropolitana. Se os resultados relativos às demais REGICs

brasileiras são pouco conclusivos, nos casos paulista e carioca há sinais claros de dispersão, mesmo que a intensidade seja ainda maior nos espaços menos distantes do core metropolitano. Além dos reflexos diretos da redução do ritmo de crescimento vegetativo no peso dos estoques de população nos diversos pontos de cada uma das Regiões de Influência, as migrações exercem influência direta na distribuição espacial, acarretando reflexos no nível de concentração ou dispersão da população. A análise dos fluxos que envolvem as principais metrópoles (daqueles que vieram ou se encaminharam para municípios de sua Região de Influência, ou mesmo de outra REGIC) oferece importantes indícios acerca de mudanças no padrão de distribuição espacial da população brasileira.

#### 4.2 OS FLUXOS MIGRATÓRIOS E A (RE)DISTRIBUIÇÃO ESPACIAL DA POPULAÇÃO

Um dos indícios da dispersão espacial da população brasileira pode ser identificado pelos fluxos migratórios regionais, avaliadas as trocas de população com as Regiões Metropolitanas. Foram considerados os fluxos migratórios de Data Fixa, compreendidos nos períodos 1986/1991 e 1995/2000, que envolviam os imigrantes ou emigrantes em cada uma das RMs, divididos entre os fluxos inter e intra-regionais. Em um primeiro momento, quando consideradas as trocas de população entre as RMs e os demais municípios localizados em outra Região de Influência, denominados de fluxos inter-REGICs, pelo menos dois cenários podem ser identificados (Tabela 9). Um primeiro, por exemplo, refere-se à dinâmica observada na Região de Influência de São Paulo. Quando comparados

os dois quinquênios, a RMSP destacava-se como a principal área de atração de população<sup>50</sup>. Em cada um desses períodos, cerca de 600 mil imigrantes, vindos das diversas regiões do país, encaminharam-se para a sua Região Metropolitana. Contudo, nota-se também um expressivo aumento no número de emigrantes. No intervalo 1995/2000, mais de 373 mil deixaram a RMSP. No quinquênio anterior esse volume foi pouco inferior a 273 mil, o que correspondeu ao incremento de mais de 100 mil pessoas nessa corrente migratória. Mesmo assim, a diferença entre as entradas e saídas de população, nos dois quinquênios, ainda indicava um saldo migratório bruto positivo, o que dava sustentação aos níveis de crescimento demográfico positivos, ainda que baixos.

Em situação oposta destacavam-se as grandes Regiões Metropolitanas do Nordeste brasileiro, que mantinham um alto saldo migratório negativo, resultantes de uma emigração elevada<sup>51</sup>. Cada uma das Regiões Metropolitanas de Fortaleza, Recife e Salvador perdeu mais de 400 mil migrantes no quinquênio 1995/2000. Nesse mesmo período, essas RMs ostentavam saldo migratório negativo em torno de 200 mil pessoas<sup>52</sup>. As Regiões metropolitanas de Belo Horizonte, Curitiba e Porto Alegre também apresentaram saldos negativos no quinquênio 1995/2000. Porém, os valores foram menos expressivos e inferiores

---

<sup>50</sup> Também deve ser mencionada a magnitude da migração direcionada para o Distrito Federal: nos dois quinquênios observados, mais de 400 mil imigrantes procedentes de outra REGIC brasileira.

<sup>51</sup> É bom ressaltar que esse quadro, representado pela diferença entre os saldos migratórios da metrópole paulista e das nordestinas, em boa medida, reflete as trocas diretas de população, ainda marcadas pelo histórico fluxo de migrantes que se deslocavam das RMs de Fortaleza, Recife e Salvador para o Sudeste brasileiro, destacadamente para a RMSP.

<sup>52</sup> Esse quadro não foi exclusivo desse período. Nessas RMs a saída de população, nos dois quinquênios, foi mais de duas vezes superior às entradas.

àqueles verificados no período anterior, fruto, em boa medida, da redução no volume da emigração.

Tabela 9: Fluxos migratórios das Regiões Metropolitanas para os municípios de outra REGIC (fluxos inter-REGICs)  
Migração de Data Fixa, 1986/1991 e 1995/2000

RMs	1986/1991			1995/2000		
	Entradas	Saídas	Saldo	Entradas	Saídas	Saldo
São Paulo	644.555	272.606	371.949	591.578	373.862	217.716
Rio de Janeiro	164.465	150.376	14.089	180.936	149.430	31.506
Brasília	483.278	259.601	223.677	435.286	264.478	170.808
Manaus	37.974	11.636	26.338	53.278	21.568	31.710
Belém	141.295	99.969	41.326	123.314	126.948	-3.635
Fortaleza	159.091	438.922	-279.831	215.423	444.135	-228.711
Recife	192.884	399.744	-206.860	216.018	405.306	-189.288
Salvador	184.474	382.986	-198.513	228.074	457.334	-229.259
Belo Horizonte	173.232	303.217	-129.985	208.159	269.442	-61.283
Curitiba	226.448	385.503	-159.055	223.580	268.892	-45.312
Porto Alegre	125.960	155.413	-29.452	157.394	161.072	-3.678

Fonte: IBGE; Censos Demográficos de 1991 e 2000 (dados da amostra).

No que se refere aos fluxos migratórios no interior da mesma REGIC, identificadas as trocas entre as RMs e os demais municípios que compõem suas respectivas Regiões de Influência, chama novamente atenção o caso da REGIC de São Paulo. Nos dois quinquênios avaliados, o saldo da metrópole paulista manteve-se negativo e consideravelmente elevado, resultado direto do sensível crescimento no volume de emigrantes. Como pode ser observado na Tabela 10, no intervalo 1986/1991 cerca de 410 mil pessoas emigraram da RMSP. De 1995/2000 mais de meio milhão de migrantes deixou essa Região Metropolitana com destino aos municípios integrantes de sua Região de Influência. Nesse mesmo período, o número de imigrantes na RMSP foi inferior a 150 mil.

Por outro lado, a exceção das RMRJ e Brasília, que também exibiam saldos negativos, as demais RMs analisadas apresentavam saldo positivo nos dois períodos. No entanto, mesmo que essas Regiões Metropolitanas funcionassem como núcleos de atração de população em suas respectivas Regiões de Influência, o número absoluto de imigrantes foi reduzido quando comparados os dois quinquênios. Muito mais relevante, entretanto, foi o crescimento na emigração metropolitana, observado em todas as REGICs.

Tabela 10: Fluxos migratórios entre as Regiões Metropolitanas e os municípios da mesma REGIC (fluxos intra-REGIC)  
Migração de Data Fixa, 1986/1991 e 1995/2000

RMs	1986/1991			1995/2000		
	Entradas	Saídas	Saldo	Entradas	Saídas	Saldo
São Paulo	124.526	419.329	-294.803	142.783	510.260	-367.477
Rio de Janeiro	60.736	107.527	-46.791	70.522	135.482	-64.960
Brasília	39.946	74.360	-34.414	48.035	114.159	-66.124
Manaus	24.468	13.100	11.368	36.871	30.575	6.296
Belém	69.329	31.989	37.340	74.900	52.217	22.684
Fortaleza	137.316	41.847	95.469	95.655	60.349	35.306
Recife	84.726	43.235	41.490	70.342	49.030	21.312
Salvador	111.880	52.045	59.835	108.251	70.901	37.349
Belo Horizonte	145.143	62.638	82.505	152.081	75.126	76.955
Curitiba	125.602	41.323	84.279	140.653	60.587	80.066
Porto Alegre	165.872	87.068	78.804	144.252	106.932	37.320

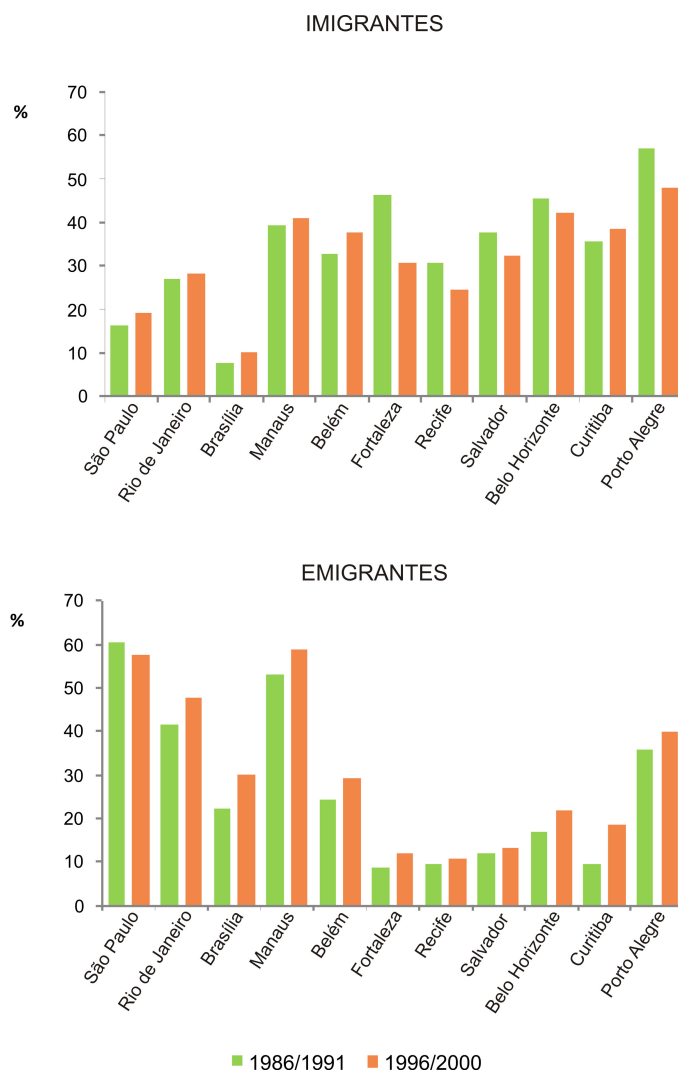
Fonte: IBGE; Censos Demográficos de 1991 e 2000 (dados da amostra).

Algumas características podem ser observadas quando comparadas as proporções representadas pelos fluxos intra-regionais no total de migrantes, como representadas na Figura 8. Nas RMs de São Paulo e Rio de Janeiro e em Brasília, a participação da imigração procedente da própria REGIC foi bem

menor se comparada às demais RMs brasileiras. Em São Paulo essa relação era inferior a 20% de 1995/2000 (no caso de Brasília esse valor era inferior a 10%). Por outro lado, quando analisados os valores de emigração, o quadro se inverte. Boa parte dos emigrantes dessas RMs foi para a própria Região de Influência. Em São Paulo os percentuais oscilaram em torno de 50%. Nas demais REGICs, excluídas as RMs de São Paulo, Rio de Janeiro e Brasília, a imigração foi proporcionalmente mais elevada e a emigração reduzida em relação aos fluxos internos. Esse quadro mostra que essas Regiões Metropolitanas funcionam mais como campo de atração na própria REGIC e de repulsão para as demais Regiões de Influência. Na REGIC de São Paulo ocorre o inverso, com predomínio de perda de população para a sua Região de Influência e ganhos nas trocas com as demais REGICs.

Novamente a notoriedade da REGIC de São Paulo chama atenção. De 1995 a 2000, como resultado das trocas de migrantes com a RMSP, foram verificados ganhos de população em grande parte dos municípios de sua Região de Influência. De um total de 808 municípios que integravam a RISP, mais de 89% deles (722) exibiram saldo positivo. No quinquênio anterior eram 626 municípios nessa condição. Apenas em alguns municípios localizados no Triângulo Mineiro e ao sul de Mato Grosso do Sul foi maior a frequência de saldos migratórios negativos. No entanto, mesmo nesses espaços, bastante diferenciados geograficamente, com características físicas peculiares, como relevo, clima, hidrografia, etc., os vínculos com a metrópole paulista configuram campos de atração de população.

Figura 8: Proporção da migração intra-REGIC na imigração e emigração nas principais Regiões Metropolitanas brasileiras, 1986/1991 e 1995/2000



Fonte: IBGE; Censos Demográficos de 1991 e 2000 (dados da amostra).

As especificidades regionais na dinâmica migratória intra-REGIC podem ser observadas a partir da análise das Figuras 9a a 9l, que identificam os saldos migratórios municipais resultantes das trocas de população entre cada Região Metropolitana e os municípios de sua respectiva Região de Influência. Embora



nas Regiões de Influência de São Paulo, Rio de Janeiro e Brasília haja predomínio de perdas de população nas trocas com as respectivas RMs, São Paulo constitui-se um caso à parte, como já sublinhado anteriormente.

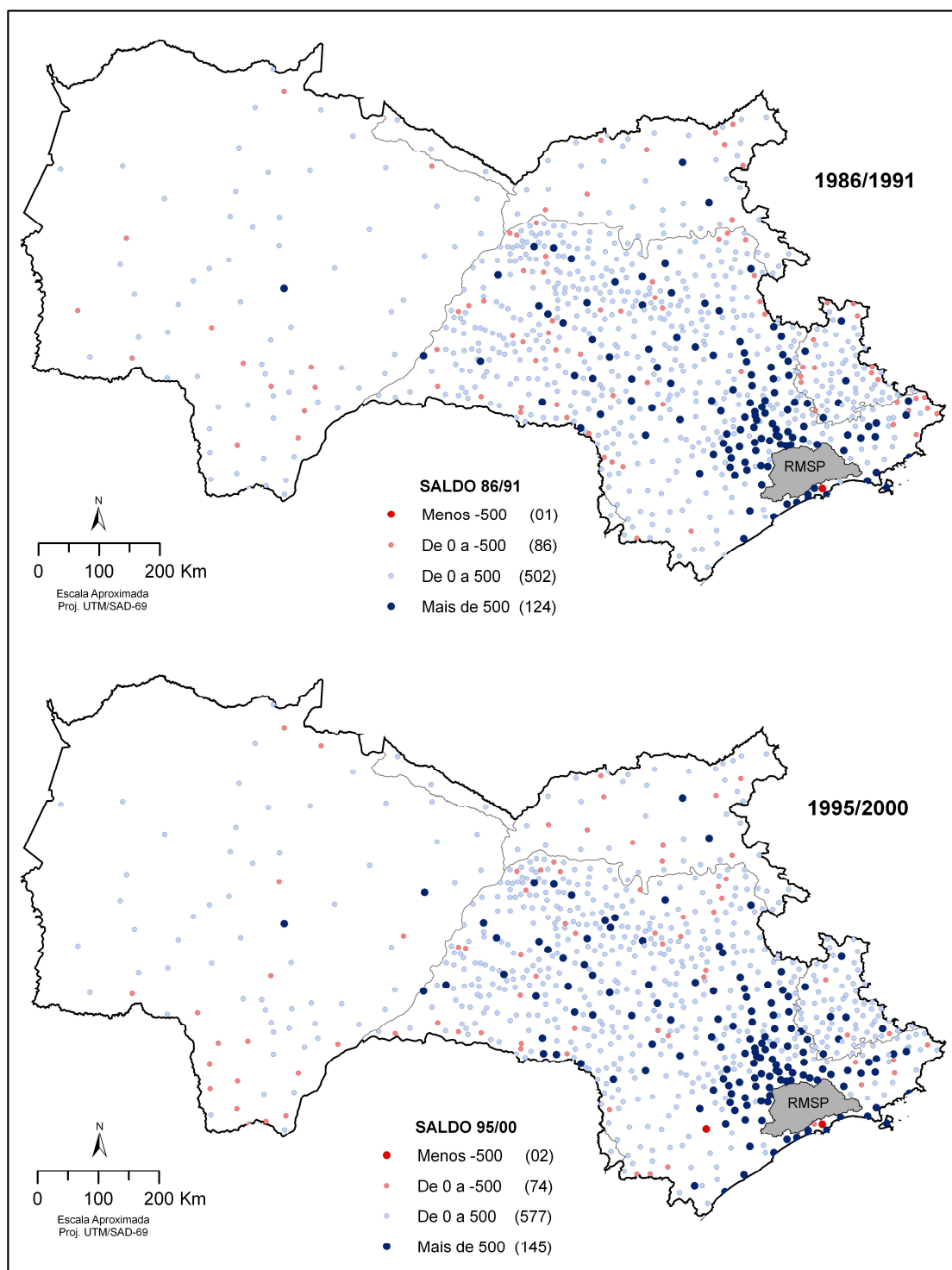
Na Região de Influência do Rio de Janeiro, como representado na Figura 9b, os municípios que apresentam saldo migratório positivo mais expressivo concentram-se no norte fluminense e no entorno de Vitória. No caso da RIBR os municípios com saldo positivo mais elevado (resultado dos elevados contingentes de emigrantes da RMBR) localizam-se principalmente restritos à periferia imediata de Brasília (cidades-satélites) e da RM de Goiânia e Palmas (ver Figura 9c). No geral, em boa parte dos municípios da RIBR predomina uma condição de perda de população.

Dentre as Regiões de Influência das demais metrópoles, o caso de Curitiba, dada a diferença a favor das saídas de população da RM, merece destaque. Grande parte dos municípios da RICU apresentava saldo negativo, o que compreendia um conjunto de 306 municípios, conforme Figura 9j (76,69% do total). Dos 81 municípios que exibiram ganhos de população resultante do saldo migratório, parte importante localizava-se na porção litorânea do estado, bem próximo à própria RM. No oeste do estado paranaense, que configura um espaço geográfico que sofreu sucessivas reestruturações derivadas da cafeicultura, agropecuária e do comércio internacional com países vizinhos, há um forte dinamismo sócio-espacial no qual houve, em décadas recentes, significativos fluxos de emigração.

Na RI de Belo Horizonte a predominância de municípios com saldo negativo também é contundente (Figura 9i). No intervalo 1995/2000, em um total de 306 municípios da RIBH, o número de imigrantes procedentes da RMBH era inferior ao de emigrantes. Boa parte desses municípios localizava-se em tradicionais áreas de repulsão de população, como as do Norte de Minas, Jequitinhonha e Vale do Mucuri, onde predominam condições sócio-econômicas ainda relativamente precárias.

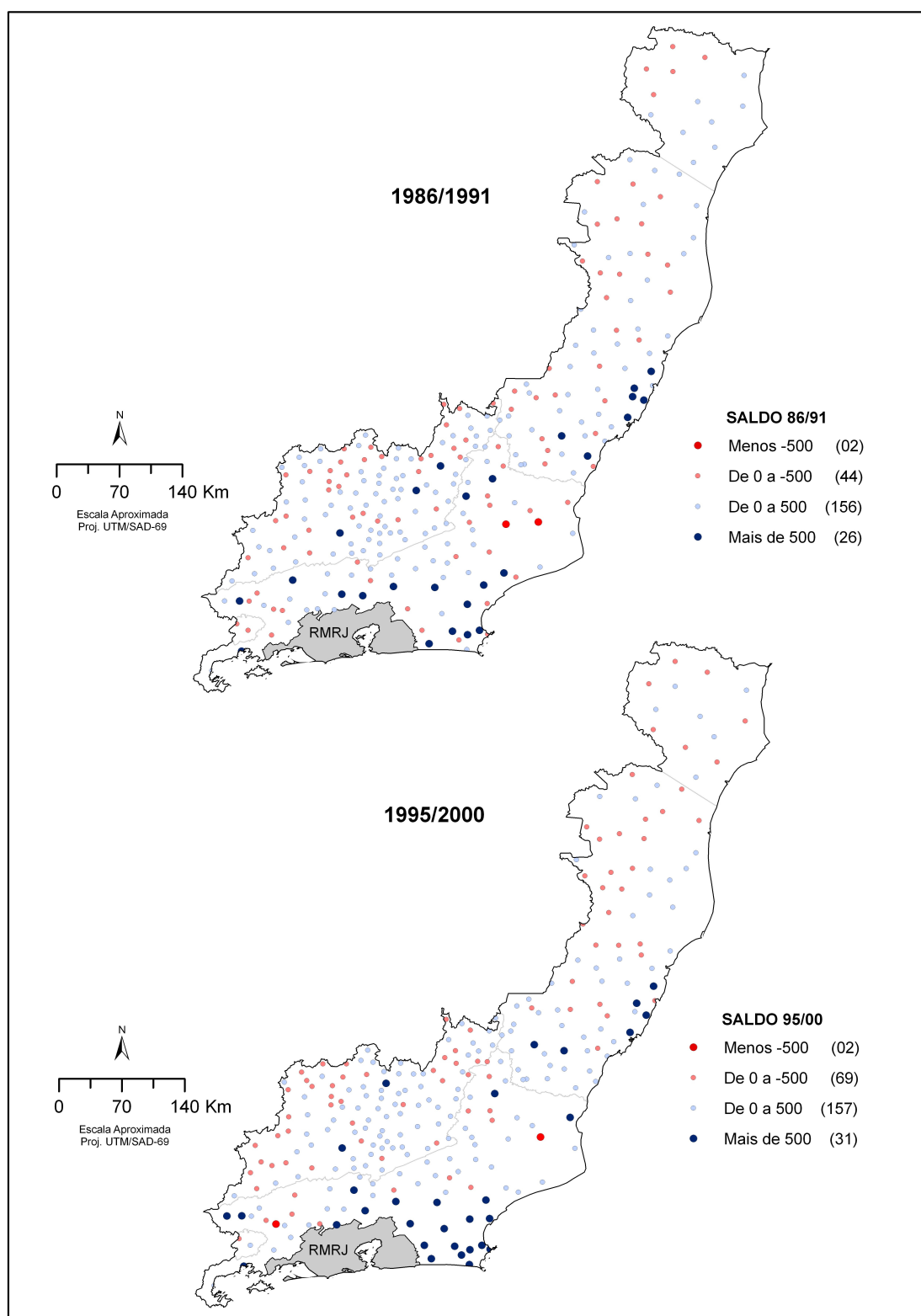
Nas demais Regiões de Influência das principais metrópoles – Manaus, Belém, Fortaleza, Recife, Salvador e Porto Alegre – como reflexo direto do significativo volume de emigração metropolitana, há espaços em que predominam saldos migratórios negativos nas trocas com a RM. Nessas RIs alguns subespaços dotados de redes urbanas mais densas podem ser destacados, tais como: a) nas margens do rio Amazonas, materializa-se um nítido alinhamento leste-oeste na rede de municípios da região de Influência de Manaus; b) no entorno da RM de Belém, no litoral nordeste do estado do Pará e no eixo sul, no trecho inicial da Belém/Brasília; c) no interior cearense, pernambucano e baiano, sobretudo nas proximidades das Regiões Metropolitanas; d) no oeste do Rio Grande do Sul e de Santa Catarina na RIPA, principalmente no eixo Passo Fundo/Chapecó.

Figura 9a: Saldo Migratório nas trocas entre os municípios da RISP e a RM 1986/1991 e 1995/2000



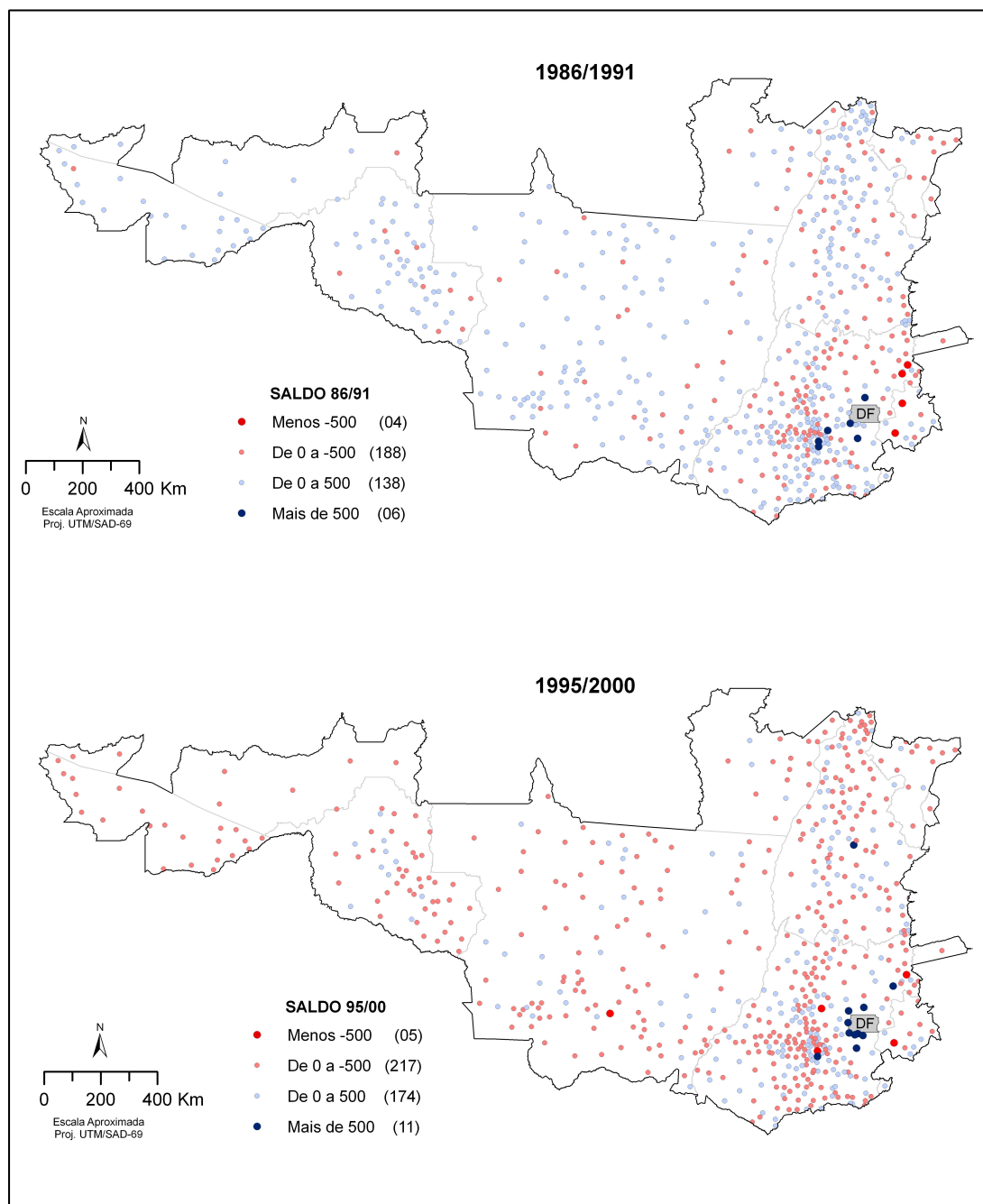
Fonte: IBGE; Censos Demográficos de 1991 e 2000 (dados da amostra).

Figura 9b: Saldo Migratório nas trocas entre os municípios da RIRJ e a RM 1986/1991 e 1995/2000



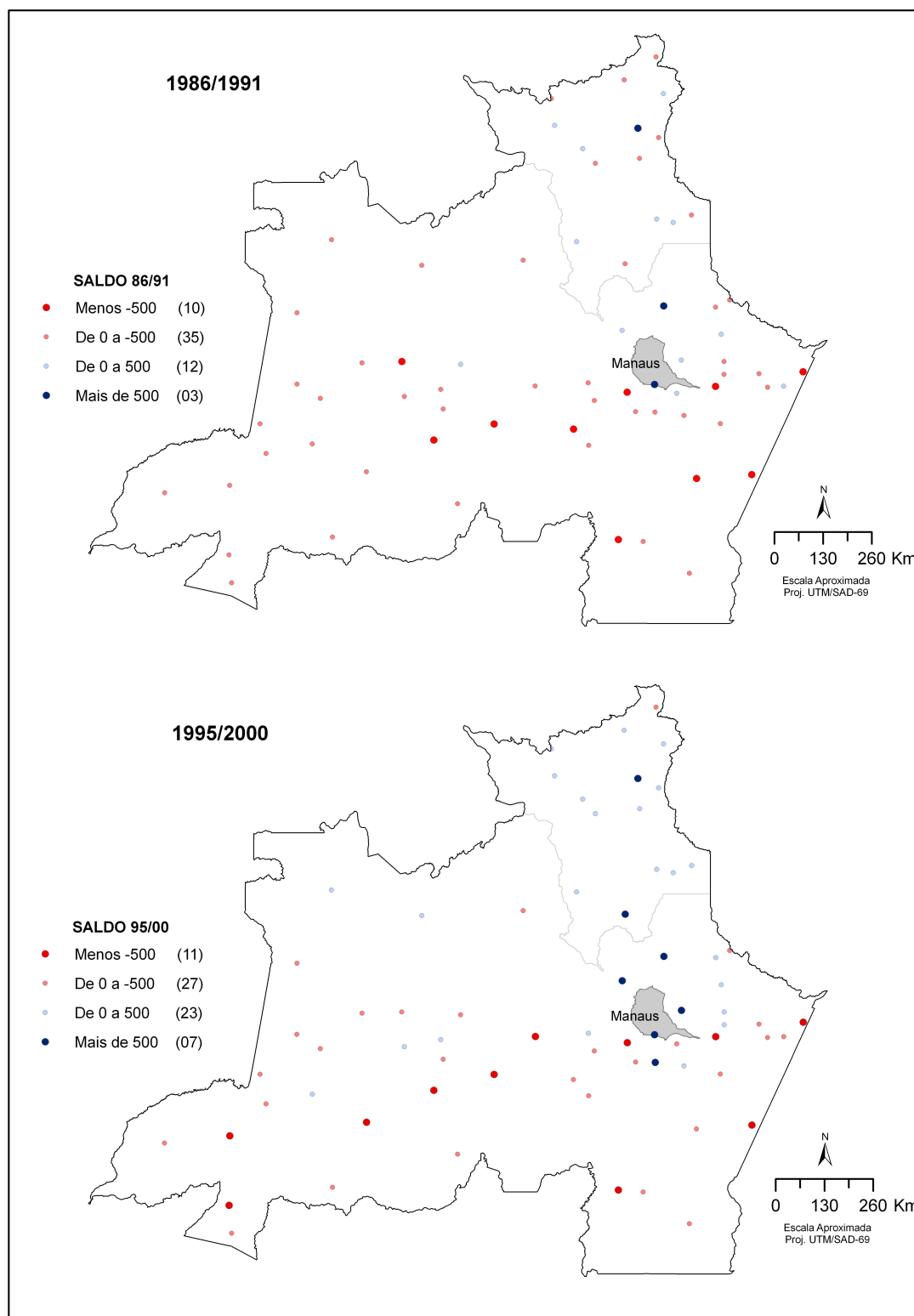
Fonte: IBGE; Censos Demográficos de 1991 e 2000 (dados da amostra).

Figura 9c: Saldo Migratório nas trocas entre os municípios da RIBR e Brasília 1986/1991 e 1995/2000



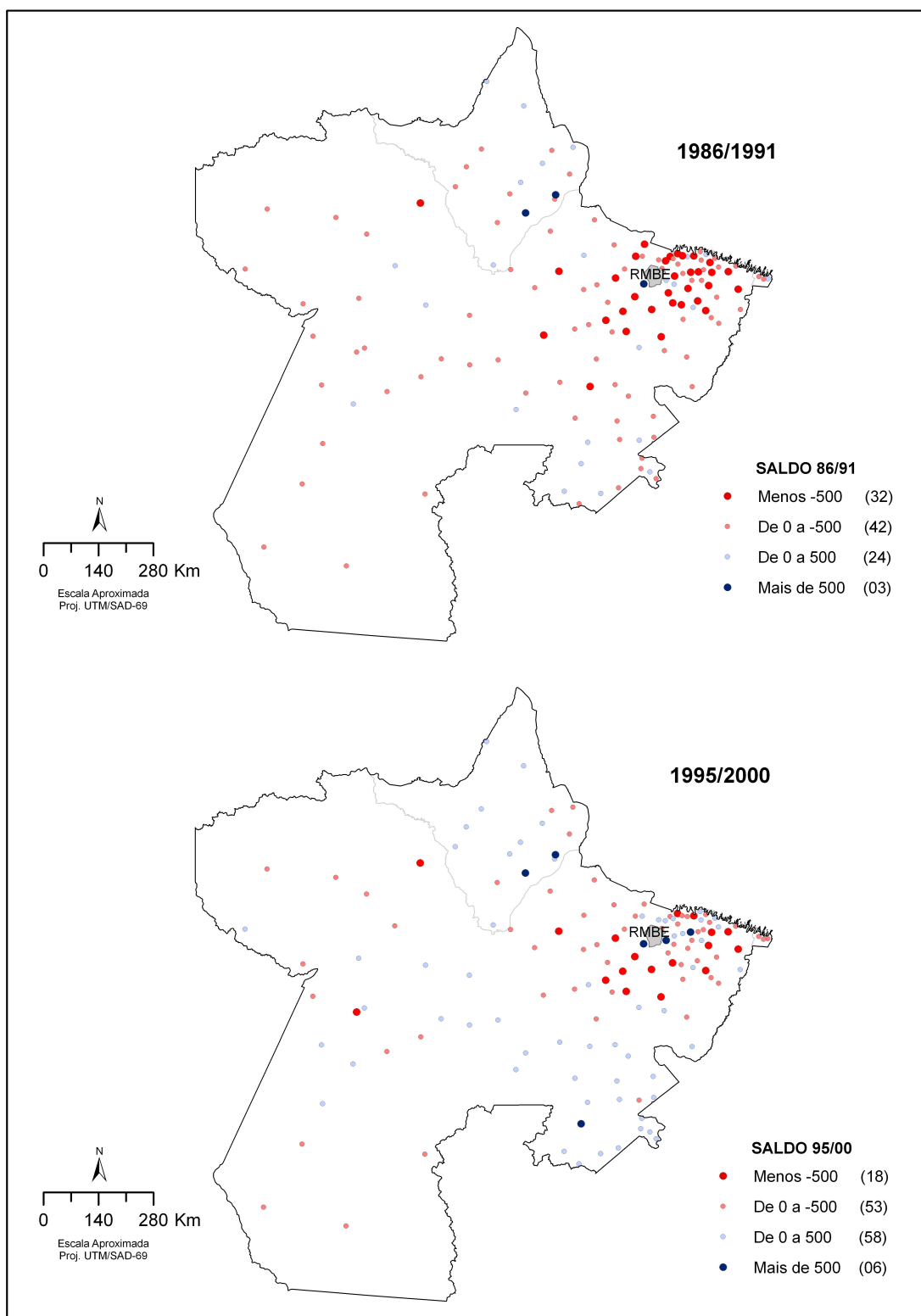
Fonte: IBGE; Censos Demográficos de 1991 e 2000 (dados da amostra).

Figura 9d: Saldo Migratório nas trocas entre os municípios da RIMA e Manaus 1986/1991 e 1995/2000



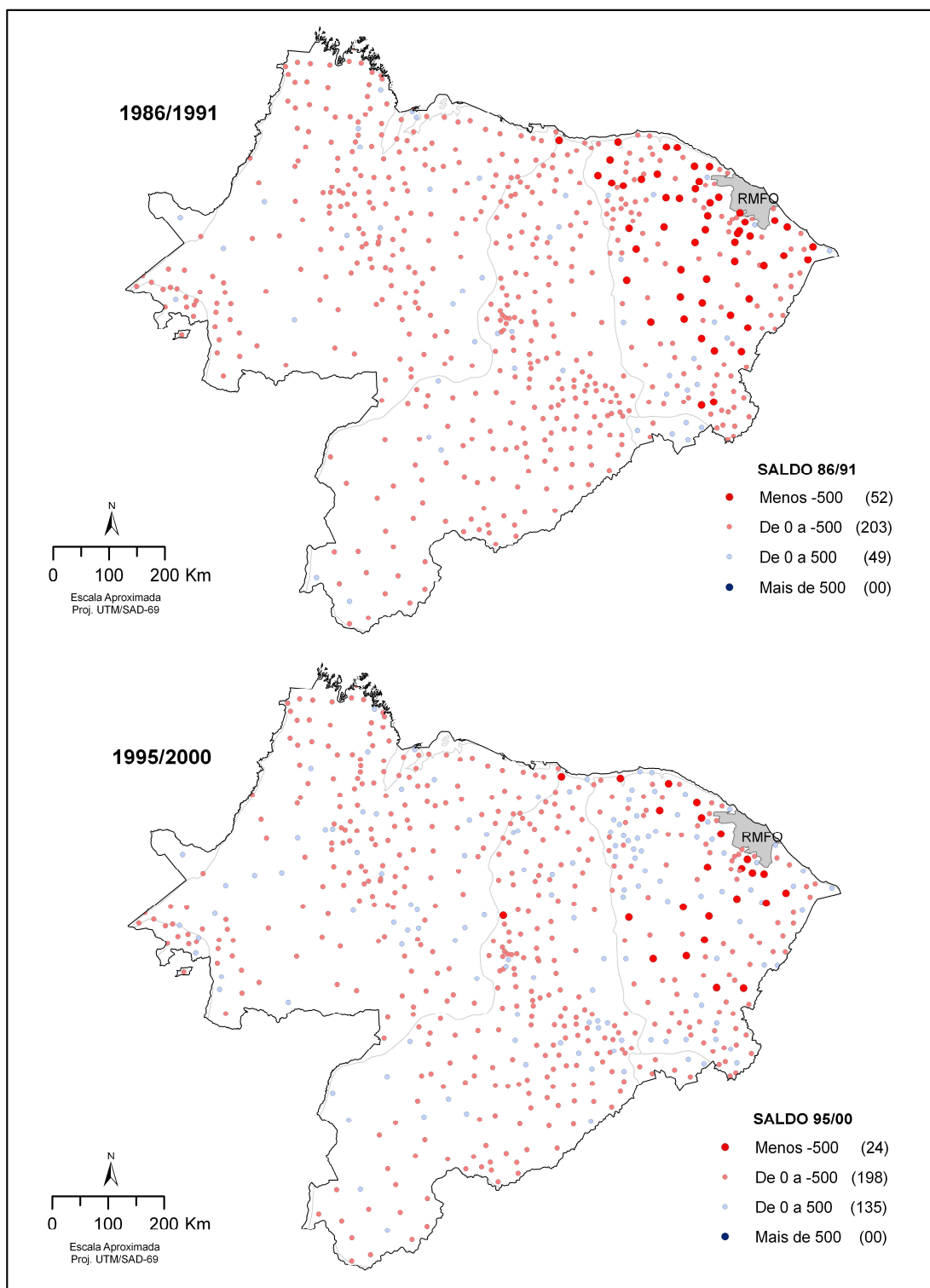
Fonte: IBGE; Censos Demográficos de 1991 e 2000 (dados da amostra).

Figura 9e: Saldo Migratório nas trocas entre os municípios da RIBE e a RM 1986/1991 e 1995/2000



Fonte: IBGE; Censos Demográficos de 1991 e 2000 (dados da amostra).

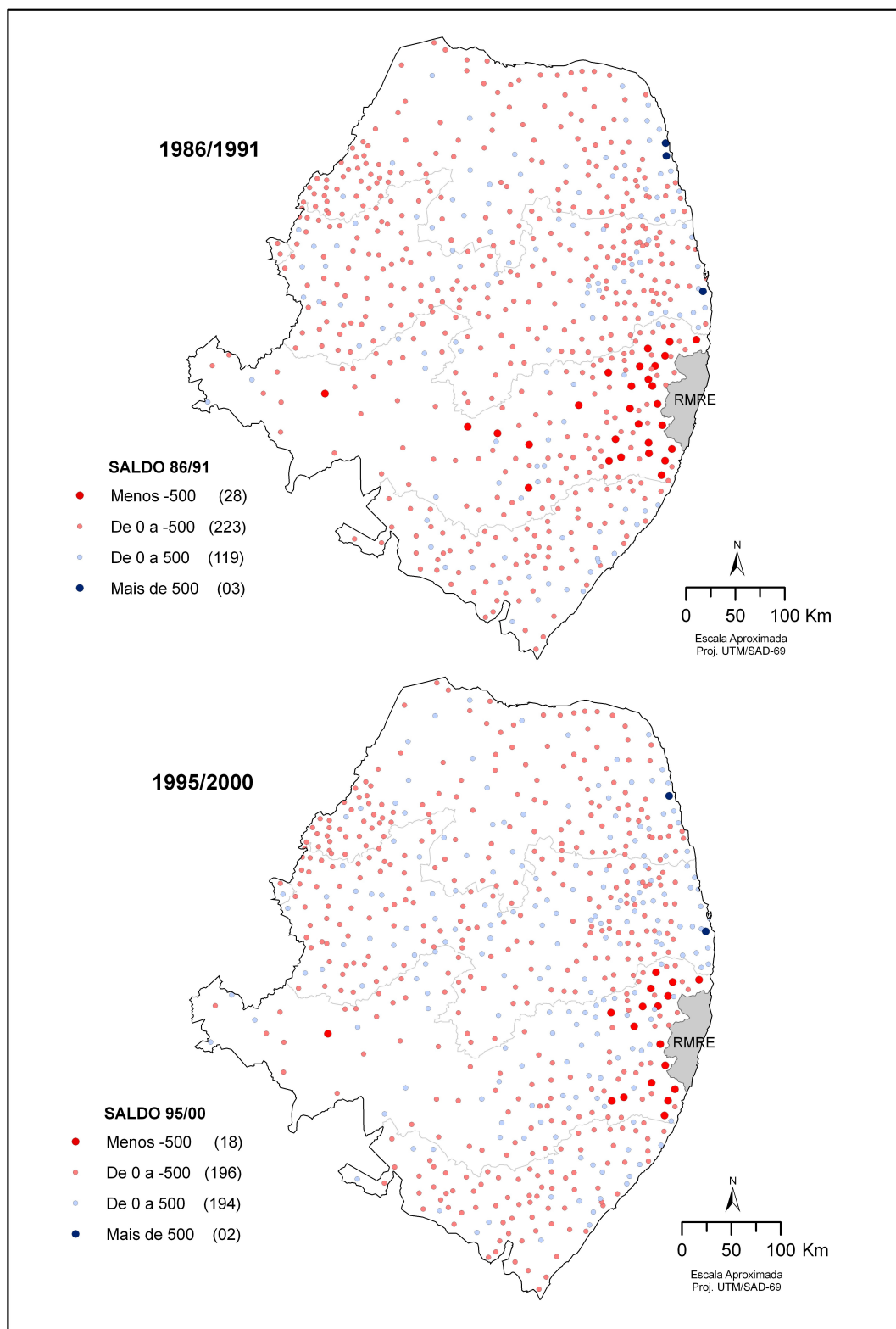
Figura 9f: Saldo Migratório nas trocas entre os municípios da RIFO e a RM 1986/1991 e 1995/2000



Fonte: IBGE; Censos Demográficos de 1991 e 2000 (dados da amostra).

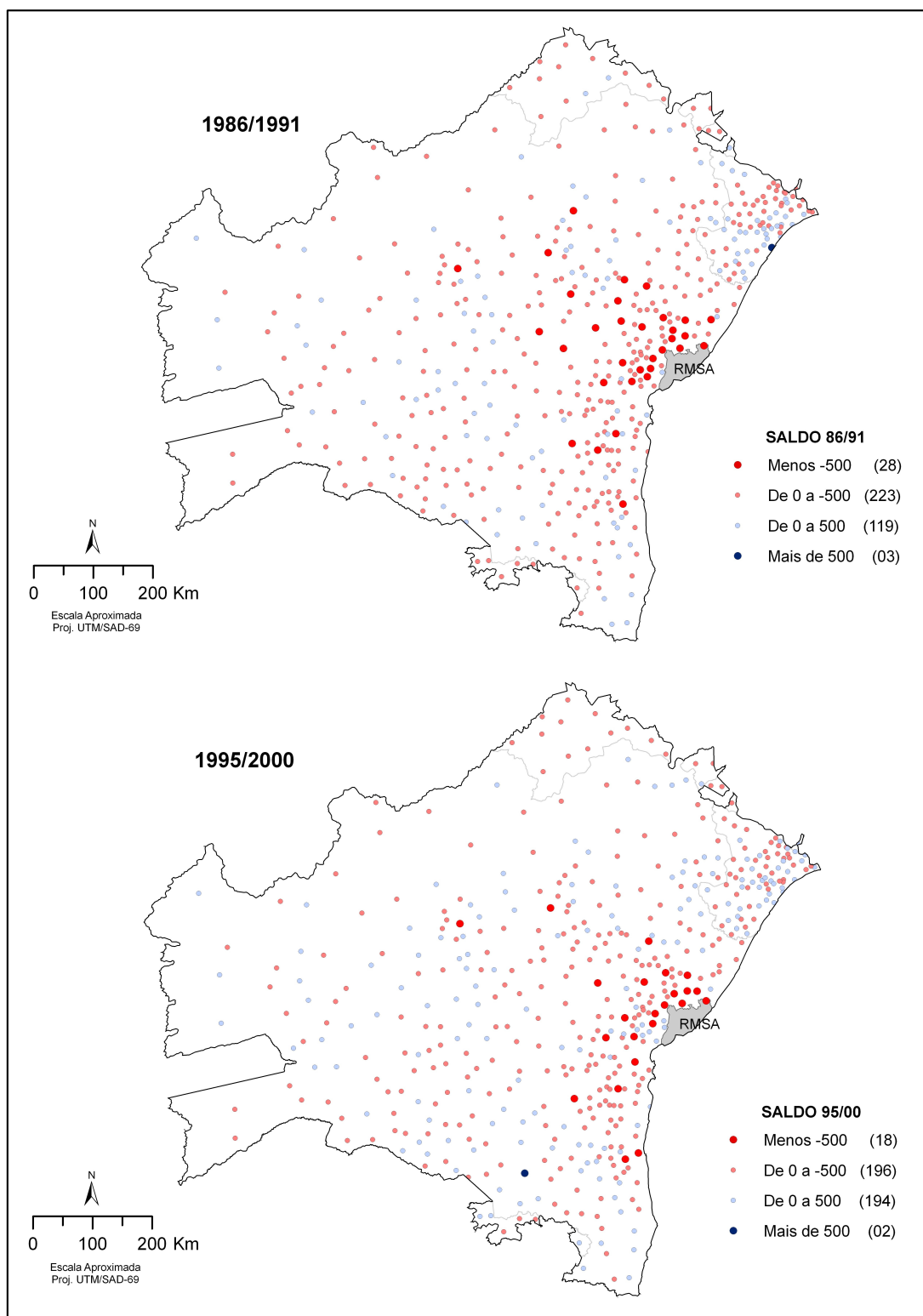


Figura 9g: Saldo Migratório nas trocas entre os municípios da RIRE e a RM 1986/1991 e 1995/2000



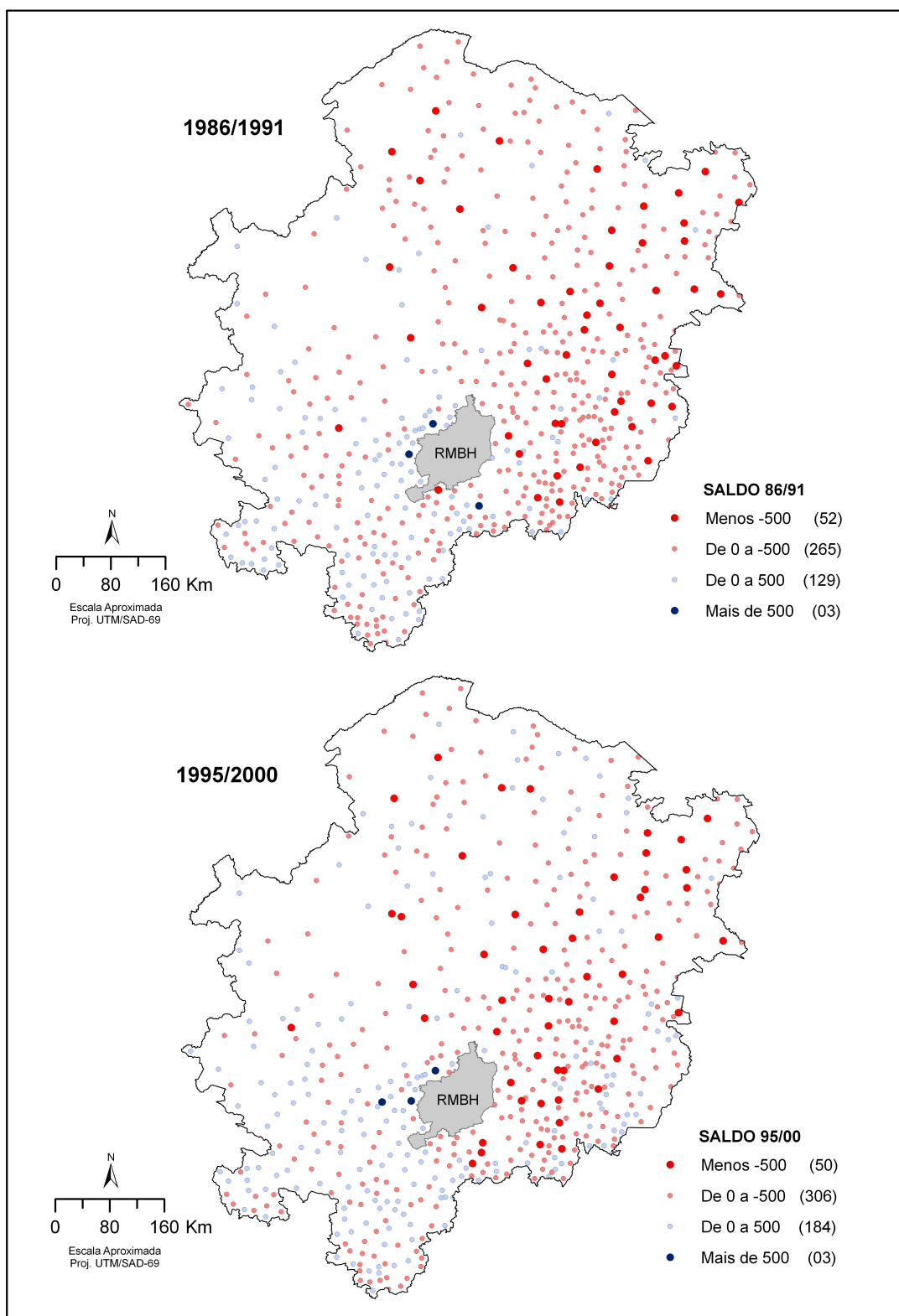
Fonte: IBGE; Censos Demográficos de 1991 e 2000 (dados da amostra).

Figura 9h: Saldo Migratório nas trocas entre os municípios da RISA e a RM 1986/1991 e 1995/2000



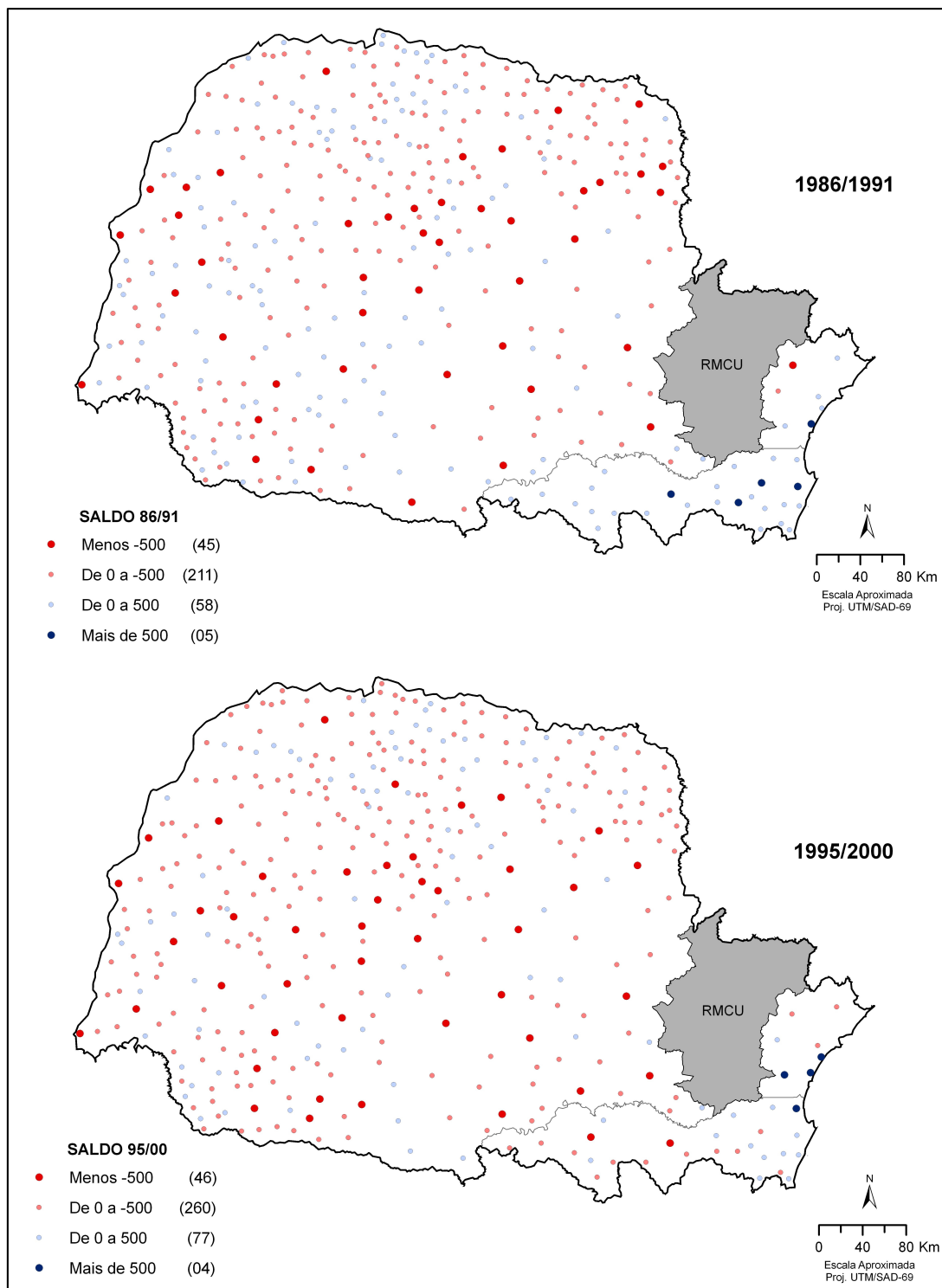
Fonte: IBGE; Censos Demográficos de 1991 e 2000 (dados da amostra).

Figura 9i: Saldo Migratório nas trocas entre os municípios da RIBH e a RM 1986/1991 e 1995/2000



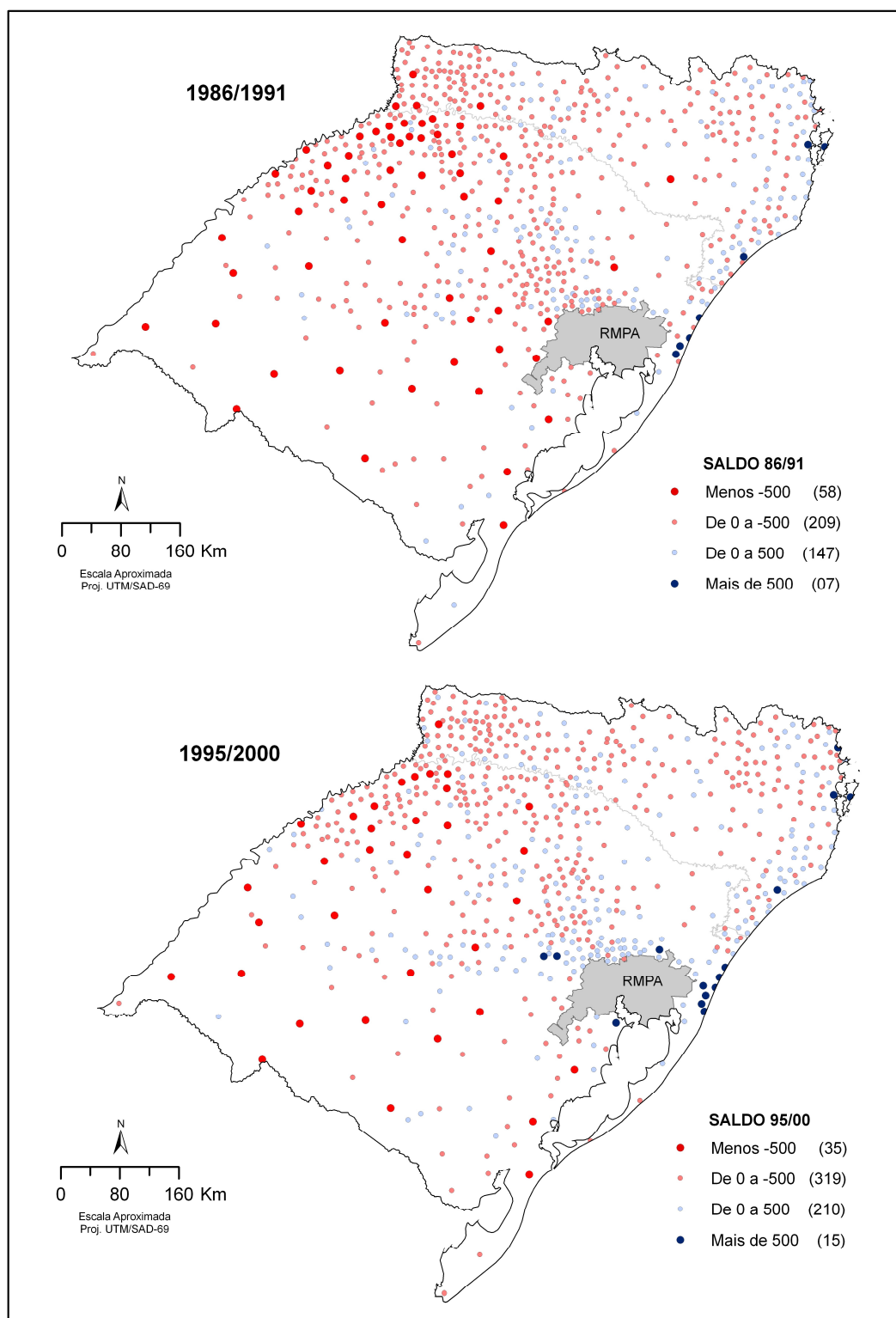
Fonte: IBGE; Censos Demográficos de 1991 e 2000 (dados da amostra).

Figura 9j: Saldo Migratório nas trocas entre os municípios da RICU e a RM 1986/1991 e 1995/2000



Fonte: IBGE; Censos Demográficos de 1991 e 2000 (dados da amostra).

Figura 9l: Saldo Migratório nas trocas entre os municípios da RIPA e a RM 1986/1991 e 1995/2000



Fonte: IBGE; Censos Demográficos de 1991 e 2000 (dados da amostra).

Quando avaliados os vetores migratórios que representam os deslocamentos espaciais da população, nota-se um aumento generalizado no número de municípios que receberam emigrantes das respectivas Regiões Metropolitanas. Mesmo que parte do crescimento do número de municípios tivesse sido resultado direto da intensificação dos movimentos migratórios nos dois quinquênios, o próprio aumento da frequência de municípios que receberam emigrantes procedentes das RMs sugere um novo arranjo na dinâmica migratória regional do país. O caso da RM de São Paulo, cujos volumes são mais expressivos, novamente deve ser mencionado (ver Tabela 11). No período 1995/2000, 788 municípios da REGIC receberam emigrados da RMSP, enquanto no intervalo anterior eram 702. Em alguns casos, como na REGIC de Porto Alegre, o crescimento no número de vetores foi ainda mais significativo, elevando-se de 387 de 1986/1991, para 510 municípios entre 1995/2000.

Mesmo que o aumento na frequência de vetores de emigração das RMs para suas respectivas Regiões de Influência pudesse confirmar uma nítida dispersão espacial da população, os valores referentes à distância média ponderada não corroboram de imediato essa tendência<sup>53</sup>. Excluídos os casos do Rio de Janeiro, Manaus, Salvador e Curitiba, na maior parte das REGICs verificou-se uma redução na distância dos fluxos migratórios procedentes das respectivas RMs

---

<sup>53</sup> Foi utilizado um peso atribuído de acordo com o número de imigrantes de cada vetor. Dessa forma, a distância média dos fluxos migratórios que envolvem os emigrantes de uma determinada RM para os municípios de sua Região de Influência foi ponderada considerando o volume de migrantes de cada um dos vetores, dadas as respectivas distâncias.

nos quinquênios 1986/1991 e 1995/2000<sup>54</sup>. Mesmo que os valores referentes às distâncias médias permanecessem elevados no caso da RMSP, foi observada uma pequena redução quando comparados os dois períodos (372,79 km em 1986/1991 e 366,77 em 1995/2000).

Tabela 11: Número de vetores e distância média dos fluxos de migrantes das Regiões Metropolitanas com destino aos municípios da mesma RI 1986/1991 e 1995/2000

RMs	Nº Vetores		Distancia Média Ponderada	
	1986/1991	1995/2000	1986/1991	1995/2000
São Paulo	702	788	372,79	366,77
Rio de Janeiro	221	246	378,16	386,21
Brasília	267	330	94,59	82,16
Manaus	51	68	170,70	300,29
Belém	96	135	290,46	256,15
Fortaleza	230	291	122,53	115,79
Recife	293	337	105,86	98,54
Salvador	359	399	105,82	123,43
Belo Horizonte	417	519	119,13	110,20
Curitiba	279	353	109,09	122,51
Porto Alegre	387	510	183,65	164,86

Fonte: IBGE; Censos Demográficos de 1991 e 2000 (dados da amostra).

Algumas observações devem ser consideradas na interpretação desses indicadores, notadamente nos casos de redução dos *scores* relativos à distância<sup>55</sup>. A análise de dados regionalizados, conforme as Regiões de Influência descritas na unidade anterior, em vários casos oferece indícios de um

<sup>54</sup> Cabe destacar os casos do Rio de Janeiro e Manaus, que exibiam os valores de distância mais elevados (todos com média superior a 300 km).

<sup>55</sup> É oportuno mencionar que vários aspectos geográficos dessas Regiões de Influência explicam, direta ou indiretamente, possibilidades de trajetórias migratórias articulando distâncias variadas entre origem e destino. Nas Regiões de Influência com vários municípios localizados na faixa litorânea, por exemplo, há interferência de atributos relativos às condições morfoclimáticas, aos recursos naturais disponíveis e a fatores culturais. Já nos espaços interioranos, também há barreiras físicas similares e/ou específicas que podem restringir e/ou favorecer a imigração.

importante aumento no volume da população migrante que se dirigiu às áreas mais próximas da Região Metropolitana, o que conseqüentemente levaria à redução das médias de distância dos movimentos migratórios (ver Figura 10). Em todas as REGICs, nos dois qüinqüênios observados, mais da metade dos emigrados das RMs encaminharam-se para a sub-região RI-1. Em Brasília e Fortaleza, por exemplo, a proporção de emigrantes que se dirigiu para a RI-1, nos dois qüinqüênios, foi superior a 90%.

Ainda que fosse esperado um maior volume de migrantes com destino a essa RI-1, tendo em vista a predominância da migração de curta distância, como já descrita por Ravenstein, acrescenta-se o fato de também ter ocorrido, em todas as REGICs, exceto as de Belo Horizonte e Manaus<sup>56</sup>, um crescimento absoluto e relativo no número de imigrantes procedentes das RMs (Figura 10). De 1995/2000, dos 135.482 emigrados da RMRJ, 85.456 dirigiram-se para a RI-1, o que correspondia a 63,08%. No qüinqüênio anterior essa proporção era de 52,68%. No caso de São Paulo a proporção de migrantes com destino a RI-1 passou de 62,84% (1986/1991) para 68,19% (1995/2000), o que perfaz 347.957

---

<sup>56</sup> Nesses dois casos, a pequena queda na proporção de migrantes metropolitanos na RI-1 parece ser um reflexo da estrutura e organização espacial da rede de cidades de cada REGIC, bem como das características geográficas singulares. Na RI de Belo Horizonte um aspecto que provavelmente influencia essa dispersão da migração associa-se ao fato de que boa parte das Capitais Regionais localiza-se nas RI-2 e RI-3, que atuam como importantes centros de atração de população. Das seis Capitais Regionais consideradas pelo IBGE, excluídos os municípios de Uberlândia e Juiz de Fora que integram as REGICs de São Paulo Rio de Janeiro, respectivamente, apenas Divinópolis e Ipatinga compõem a RI-1. Já na RI de Manaus o quadro é ainda mais distinto. Além de uma dispersão relativa à própria estrutura da rede urbana regional, fortemente limitada pelas condições naturais, o principal centro de polarização da RI é Boa Vista (RR), muito além dos 303,82 km que delimitam a RI-1 Manaus.



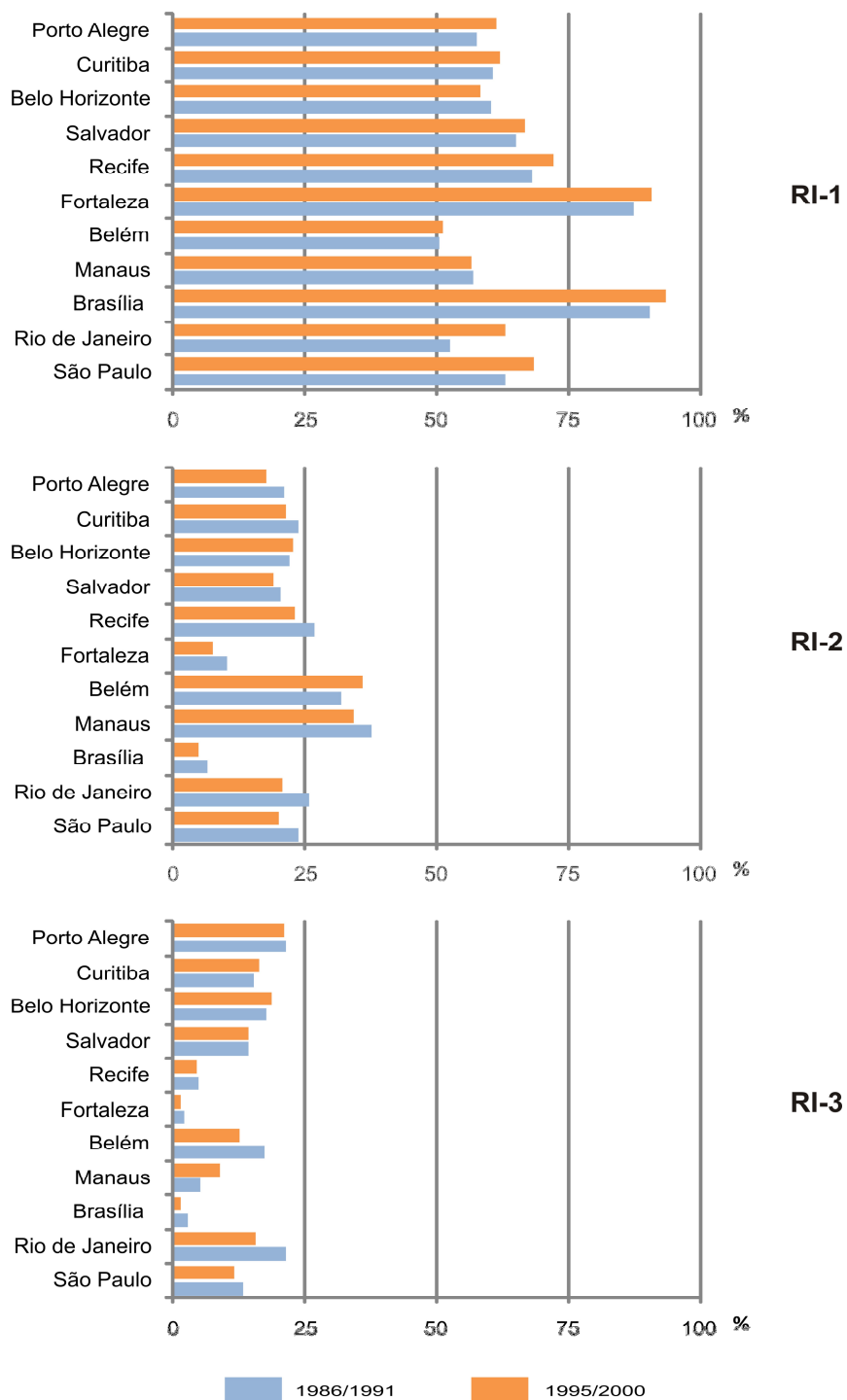
peças de um universo de 510.260 emigrantes da RM com destino a toda a RI, nesse último quinquênio.

A REGIC de São Paulo é emblemática, não apenas pelo volume expressivo do contingente envolvido, mas também pela consolidação de uma rede de cidades de médio e grande porte fortemente vinculada à Região Metropolitana, onde os fluxos migratórios conferem a materialidade densa da rede. Como pode ser observado na Figura 7, boa parte dos municípios que mais receberam emigrados da RMSP pertencem à RI-1, definida pelo limite de 240,32 km. De 1995/2000, dos 18 municípios com mais de 5 mil imigrantes procedentes da RMSP, 14 localizavam-se na RI-1 (Figura 11)<sup>57</sup>, a saber: Atibaia, Campinas, Hortolândia, Indaiatuba, Itanhaém, Jundiaí, Mongaguá, Peruíbe, Praia Grande, Santos, São José dos Campos, São Vicente, Sorocaba e Sumaré. Desse grupo, Praia Grande, Campinas, Sorocaba e São José dos Campos foram aqueles que mais atraíram população, todos com mais de 10 mil imigrantes. Em vários aspectos, a intensificação da emigração metropolitana sugere a alusão a uma das fases do modelo apresentado por Richardson, quando da redistribuição da população ao longo do sistema urbano, refletindo as vantagens relativas das cidades secundárias. São exatamente essas cidades secundárias, apontadas por Redwood III, que cumprem função crucial na eficiência econômica e no desenvolvimento regional.

---

<sup>57</sup> No quinquênio anterior (1986/1991), foram nove municípios RI-1 que receberam mais de 5 mil emigrados da RMSP.

Figura 10: Proporção da emigração das RMs conforme Regiões de Influência de destino, RI-1, RI-2 e RI-3, 1986/1991 e 1995/2000



Fonte: IBGE; Censos Demográficos de 1991 e 2000 (dados da amostra).

Mesmo que a proporção na emigração metropolitana da RI-2 e RI-3 tenha se reduzido<sup>58</sup>, em termos absolutos foi registrado um pequeno aumento no volume. Nessas duas regiões os principais pólos de atração de população foram São José do Rio Preto, Bauru, Ribeirão Preto, Marília e Campo Grande, onde o número total de imigrantes oscilava entre 5 e 10 mil pessoas no quinquênio 1995/2000. Em Campo Grande, principal centro da RI-3<sup>59</sup>, ocorreu a mais sensível redução na chegada de emigrantes da RMSP (de 6.159 entre 1986/1991 para 4.836 entre 1995/2000). É provável que a queda na intensidade da atratividade de alguns núcleos mais distantes, associada ao crescimento demográfico dos municípios mais próximos, constitua parte da explicação sobre a redução da média ponderada dos vetores migratórios procedentes da Região Metropolitana na REGIC de São Paulo, quando comparados os dois quinquênios.

Se os ganhos decrescentes de população das RMs em boa parte das REGICs brasileiras ainda não permitem comprovar a hipótese da *dispersão espacial extensiva* da população, pelo menos no caso de São Paulo os resultados são mais conclusivos. Tanto os estoques de residentes como os relativos aos fluxos migratórios intermunicipais sugerem, além de uma dispersão, uma reconfiguração na distribuição espacial da população na rede urbana regional. Um volume crescente da população da RISP passou a residir fora dos limites da Região Metropolitana, embora concentrados principalmente na rede de cidades

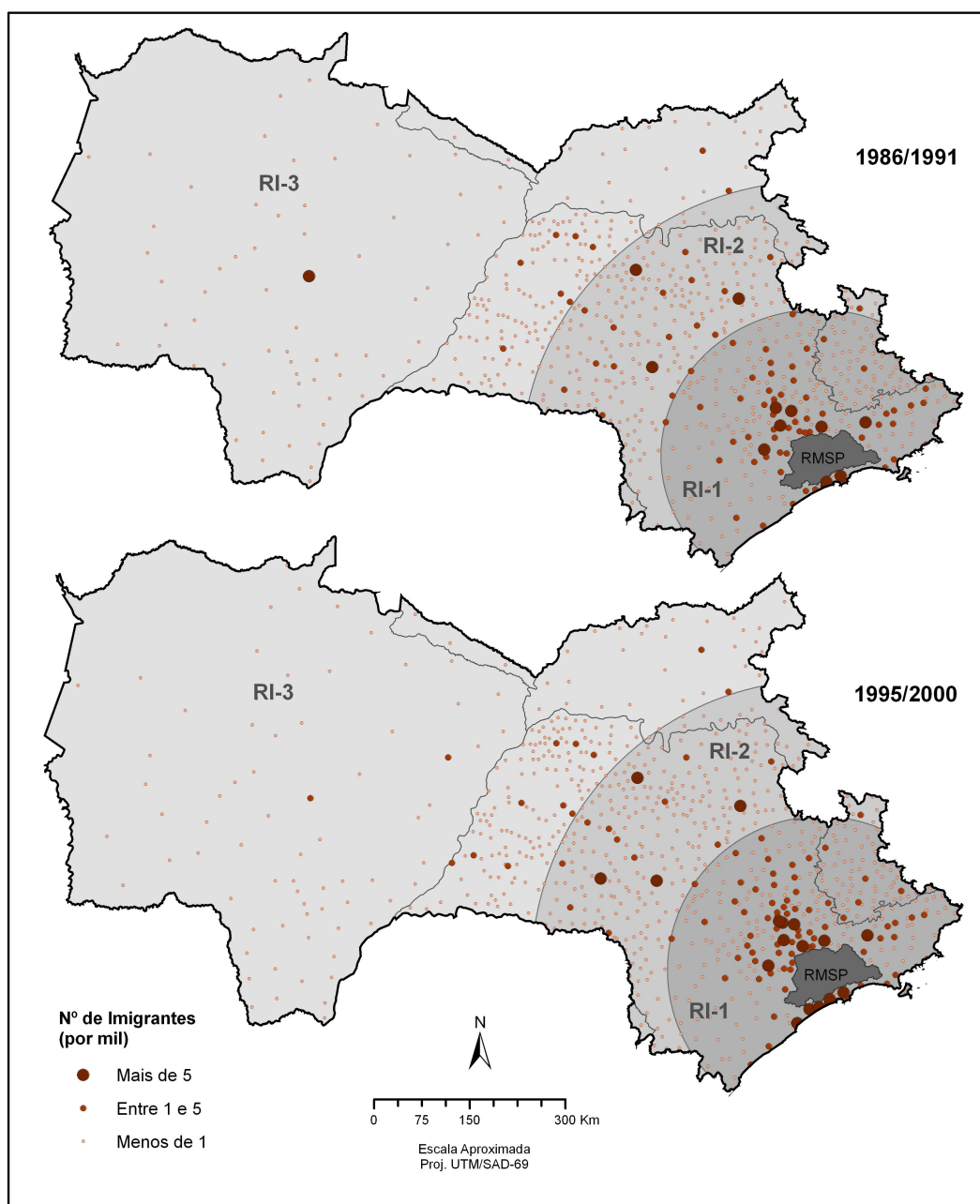
---

<sup>58</sup> É oportuno salientar que essa pequena redução relativa na emigração metropolitana seja, em boa medida, resultado direto da redução dos estoques de migrantes em potencial, como consequência de sucessivas quedas na fecundidade e seus reflexos na estrutura etária da população das principais Regiões Metropolitanas do país.

<sup>59</sup> Em conjunto, os municípios da RI-3 atraíram, no último quinquênio, pouco mais de 11,57% do volume total de migrantes (proporção inferior aos 13,39% de 1986/1991).

da RI-1. Trata-se de um processo que remete à idéia desenvolvida por Azzoni, que se refere à difusão espacial baseada no chamado *campo aglomerativo*, que, de forma apressada, poderia sugerir a hipótese de desconcentração concentrada.

Figura 11: Emigração das RMs nas Regiões de Influência de São Paulo RI-1, RI-2 e RI-3, 1986/1991 e 1995/2000



Fonte: IBGE; Censos Demográficos de 1991 e 2000 (dados da amostra).

#### 4.3 O VOLUME E OS DESLOCAMENTOS ESPACIAIS DA POPULAÇÃO ATIVA FORMAL (PAF) NA REGIC DE SÃO PAULO

Outros aspectos também podem ser destacados quando analisados os dados sobre a dita População Ativa Formal (PAF). Os indicadores extraídos das bases da RAIS, que se referem a uma parcela importante da população, permitem avaliar a distribuição espacial de parte da força de trabalho. A partir dos dados da RAIS é possível extrair várias informações desagregadas por município, o que permite, por exemplo, identificar os volumes e os deslocamentos no espaço da PAF. Trata-se, portanto, de uma base de dados que reflete não apenas aspectos demográficos, mas também envolve dimensões econômicas e sociais da população brasileira.

Avaliadas as séries anuais referentes a 1996/2005<sup>60</sup>, os resultados referentes aos estoques de População Ativa Formal (PAF), em certa medida, confirmam a perda relativa na participação da RMSP na REGIC de São Paulo, ainda que em termos absolutos tivesse ocorrido um importante incremento nesse decênio<sup>61</sup>. Em 1996, a PAF na RMSP compreendia um volume próximo a 5 milhões pessoas, o que correspondia a 55,98% do total da REGIC (ver Tabela 12). No

---

<sup>60</sup> É necessário ressaltar que novamente foi utilizada como base a divisão político-administrativa de 2000, coincidente com o recorte de divisão municipal utilizado pelo IBGE no Censo Demográfico de 2000. Dessa forma, foram excluídos os estoques e fluxos referentes aos municípios criados após a data de referência do Censo.

<sup>61</sup> É, contudo, notável a diferença entre as proporções da PAF e da população residente. No ano de 2000, 42,87% da população total da REGIC concentrava-se na Região Metropolitana de São Paulo, enquanto a proporção relativa à PAF representava 54,10%. Essa maior parcela do trabalho formal nas RMs é uma característica e condição intrínseca na formação desses espaços, tendo em vista a própria funcionalidade dos centros nodais de uma rede de cidades.

ano de 2005 eram pouco mais de 6,4 milhões, o que representava 51,83% de toda REGIC.

Se a parcela relativa da PAF na Região Metropolitana reduziu-se no decênio 1996/2005, o mesmo não ocorreu nas três Sub-regiões de Influência de São Paulo. Em todas essas RIs houve um crescimento tanto absoluto, quanto relativo. Cabe, porém, citar o significativo aumento da PAF observado na RI-1. De 1996 a 2005 ocorreu a incorporação de quase 1 milhão de trabalhadores na PAF dessa sub-região, que passou a integrar 3,3 milhões de pessoas ao final do período (em 1996 eram 2,3 milhões). Em termos relativos, a RI-1, em 2005, já compreendia 26,67% da PAF total da REGIC. No ano de 1996 essa proporção era de 24,68%.

Tabela 12: Número e proporção da População Formal Ativa na RM e nas RIs da REGIC São Paulo 1995 a 2000

Ano	RM		RI-1		RI-2		RI-3	
	N	%	N	%	N	%	N	%
1996	5.306.121	55,98	2.339.810	24,68	1.046.249	11,04	786.512	8,30
1997	5.370.550	55,56	2.392.710	24,75	1.071.228	11,08	831.186	8,60
1998	5.338.769	55,09	2.437.679	25,16	1.065.011	10,99	848.673	8,76
1999	5.387.028	54,60	2.504.488	25,38	1.097.451	11,12	877.427	8,89
2000	5.603.159	54,10	2.658.119	25,66	1.169.096	11,29	926.860	8,95
2001	5.694.868	53,39	2.764.271	25,92	1.220.508	11,44	986.543	9,25
2002	5.840.923	53,01	2.860.420	25,96	1.282.877	11,64	1.034.496	9,39
2003	5.931.732	52,46	2.951.009	26,10	1.339.481	11,85	1.084.426	9,59
2004	6.198.726	51,97	3.142.180	26,34	1.429.342	11,98	1.157.174	9,70
2005	6.470.277	51,82	3.330.611	26,67	1.479.634	11,85	1.206.297	9,66

Fonte: RAIS/MET

Também foi possível identificar a ampliação no número de municípios com maior estoque da PAF, sobretudo na RI-1, conforme informações agrupadas na Tabela

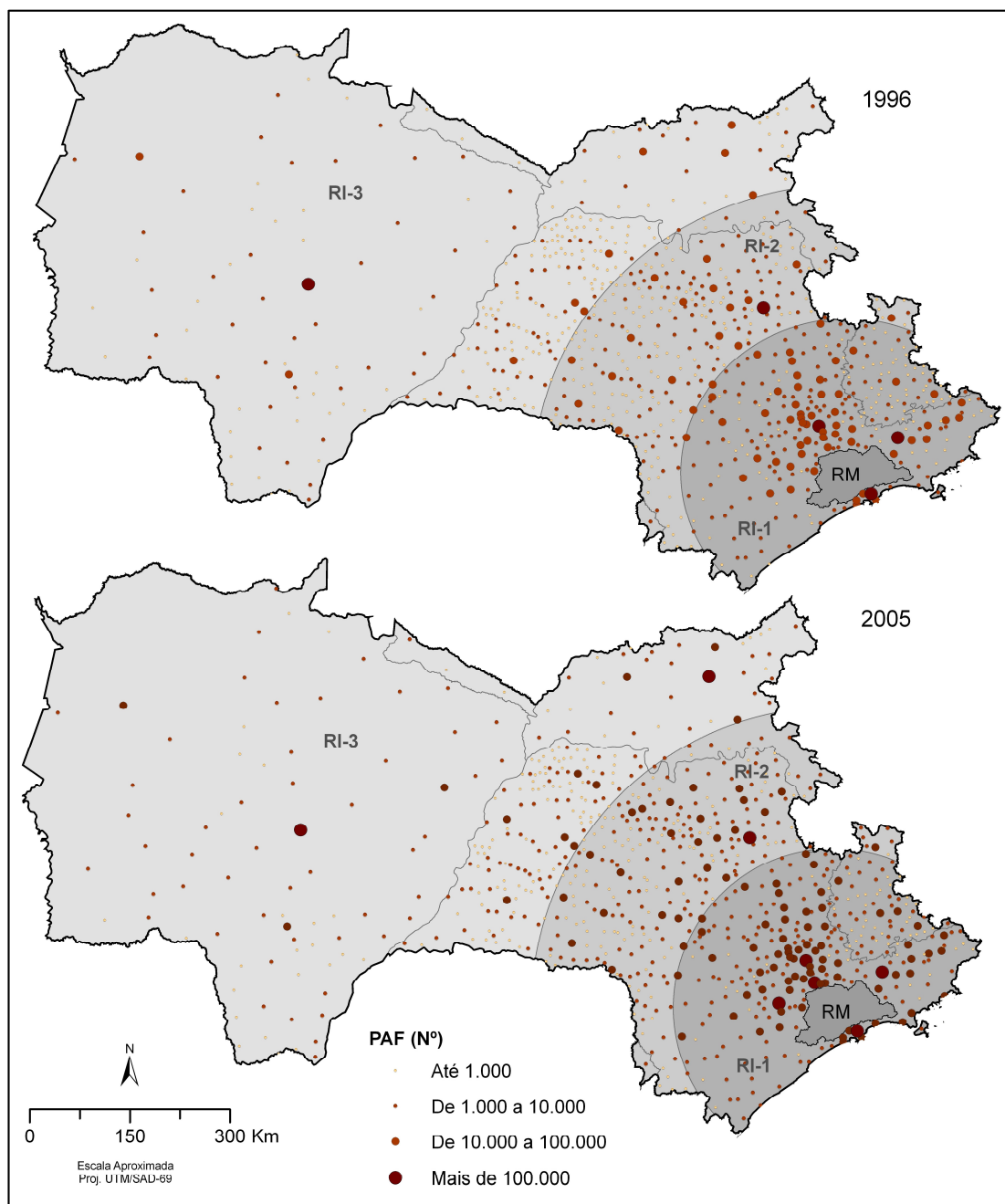
13 e representadas na Figura 12. De 1996 a 2005 houve um crescimento de 5 para 8 no número de municípios com mais de 100 mil pessoas na PAF. Dos oito municípios em 2005, cinco encontravam-se na RI-1; eram eles: Campinas, Santos, São José dos Campos, Sorocaba e Jundiaí; Ribeirão Preto na RI-2 e Campo Grande (MS) e Uberlândia (MG) na RI-3. Observou-se, ainda, um sensível aumento no número de núcleos de médio porte, compreendidos entre 10 e 100 mil trabalhadores na PAF, que passou de 82 em 1996 para 108 em 2005. Nesse último ano, era expressiva a concentração de municípios desse grupo na RI-1, que englobava um total de 67 casos. Em toda a Região de Influência da REGIC de São Paulo observou-se uma redução na frequência de municípios com PAF inferior a 1.000 pessoas, o que refletiu a incorporação de novos postos de trabalho formal nesses espaços.

Tabela 13: Número de municípios conforme local de trabalho e tamanho da PAF/Região de Influência (RI) na REGIC São Paulo, 1996 e 2005

PAF (classes por mil)	1996				2005			
	RI-1	RI-2	RI-3	Total	RI-1	RI-2	RI-3	Total
Menos de 1	88	130	162	380	54	97	124	275
De 1 a 10	124	114	90	328	144	142	131	417
de 10 a 100	52	20	10	82	67	29	12	108
Mais de 100	3	1	1	5	5	1	2	8
Total	267	265	263	795	270	269	269	808

Fonte: RAIS/MET

Figura 12: Municípios da REGIC São Paulo classificados conforme local de trabalho e tamanho da PAF/Região de Influência (RI), 1996 e 2005



Fonte: RAIS/MET



Considerados os fluxos anuais, obtidos a partir da declaração do município de trabalho, o número referente à PAF que deixou a RM passou de 83.690 em 1996/1997 para 90.351 (Tabela 14). Grande parte desses deslocamentos tinha como destino os municípios da RI-1, o que compreendia 78,26% dos fluxos no intervalo 2004/2005 (parcela que envolvia 70.709 pessoas). De 1996/97 essa proporção era de 70,61%, o que representa um crescimento de quase 8% nos deslocamentos da PAF para a RI de São Paulo. Nas demais RIs foi verificada uma redução relativa nos fluxos procedentes da RM. No caso da RI-3 observou-se uma redução no volume de trabalhadores que vieram trabalhar na região, de 10.104 de 1996/1997 para 5.297 de 2004/2005. Boa parte dessa redução ocorreu em função da redução nos deslocamentos para Campo Grande e área de influência, tradicional fronteira de expansão receptora de trabalhadores da REGIC de São Paulo.

Tabela 14: Deslocamentos espaciais da PAF, com origem na RMSP e destino nos municípios das Sub-regiões de Influência (RIs) da REGIC de São Paulo 1996/2005

Período	RI-1		RI-2		RI-3		Total
	Nº	%	Nº	%	Nº	%	
1996/97	59.094	70,61	14.492	17,32	10.104	12,07	83.690
1997/98	62.913	77,29	13.175	16,19	5.307	6,52	81.395
1998/99	52.941	75,37	10.162	14,47	7.134	10,16	70.237
1999/00	61.538	76,60	13.700	17,05	5.104	6,35	80.342
2000/01	63.273	74,74	15.247	18,01	6.141	7,25	84.661
2001/02	54.760	75,50	12.563	17,32	5.202	7,17	72.525
2002/03	61.680	77,66	11.848	14,92	5.897	7,42	79.425
2003/04	55.769	76,83	10.870	14,97	5.949	8,20	72.588
2004/04	70.709	78,26	14.345	15,88	5.297	5,86	90.351

Fonte: RAISMIGRA/MET

Uma das formas de associar os deslocamentos à variável distância pode se fazer com base no Índice de Dispersão da População Ativa Formal – IDP (PAF), descrito da seguinte forma:

$$IDP (PAF) = \frac{\sum_{i=0}^n (d * (E - S))}{\mu_d * n}$$

em que,

*d* = distância do enésimo município ao centro metropolitano da RI;

*E* = volume de entradas da PAF;

*S* = volume de saídas da PAF;

$\mu_d$  = distância média dos municípios ao centro metropolitano da RI;

*n* = número de municípios na RI no ano.

A partir desse indicador, que reflete a dispersão espacial da PAF, tendo como referência a intensidade dos deslocamentos em relação às distâncias médias, não é possível definir uma clara linha de tendência nas séries anuais analisadas. As variações anuais, como pode ser avaliado na Tabela 15, mostram fortes oscilações ao longo de todo o período, com picos de dispersão significativos entre 2001/2002 e 2002/2003. Novamente, cabe ressaltar que os níveis mais elevados de distância nas primeiras séries anuais refletem os deslocamentos da PAF para a área de influência de Campo Grande. Com a redução desses fluxos, ocorreu uma queda nos *scores* de dispersão em função da pressão exercida pelos municípios da RI-1.

Tabela 15: Índice de Dispersão da População Ativa Formal (ID-PAF) – 1996 a 2005

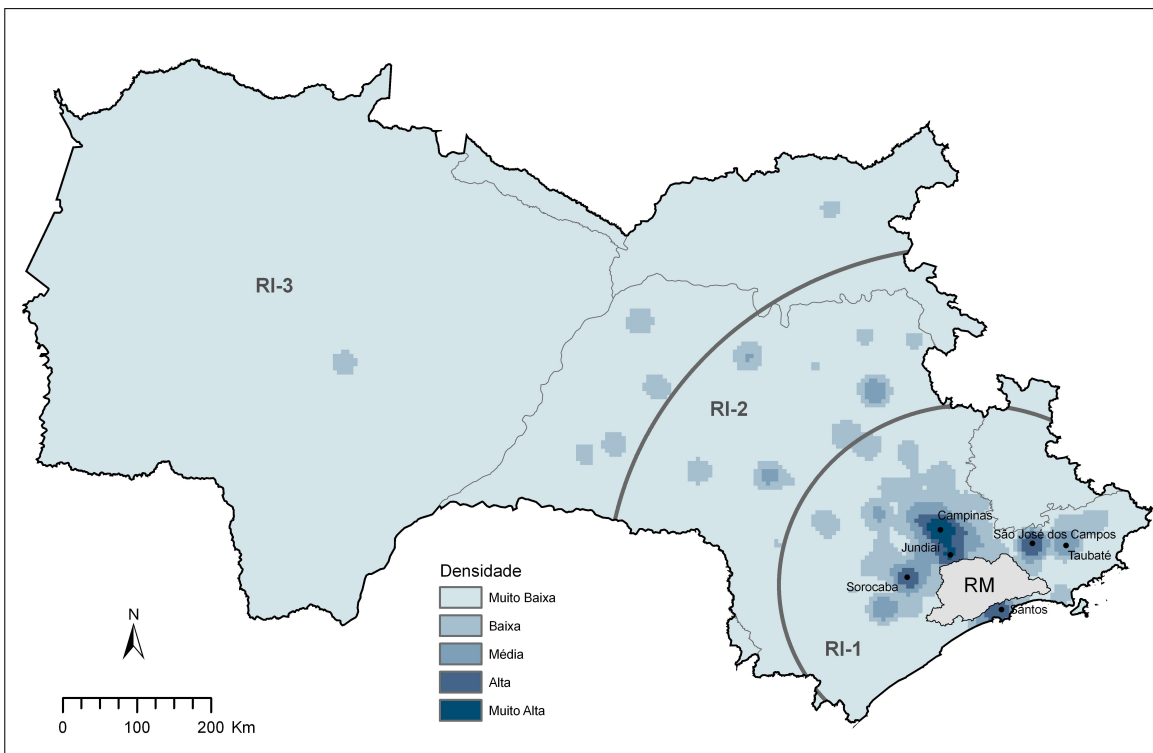
PERÍODO	$\Sigma(d^*(E-S))$	$n$	$\mu d$	ID-PAF
1996/1997	1.124.527	674	359,373	4,643
1997/1998	-182.831	677	350,317	-0,771
1998/1999	-457.738	682	351,332	-1,910
1999/2000	1.492.516	686	356,886	6,096
2000/2001	2.357.750	706	357,064	9,353
2001/2002	-1.211.907	710	354,968	-4,809
2002/2003	2.164.675	705	354,524	8,661
2003/2004	-254.380	705	358,312	-1,007
2004/2005	-706.603	741	362,949	-2,627

Fonte: RAISMIGRA/MET

Como representado na Figura 13, que identifica a densidade média<sup>62</sup> dos deslocamentos anuais da PAF procedentes da RMSP, no período de 1996 a 2005, destacam-se quatro principais eixos de direções de dispersão, coincidentes com os principais troncos viários do estado: da via Dutra, no vale do Paraíba do Sul, cujos núcleos são Taubaté e São José dos Campos; da Anhanguera/Imigrantes, na Baixada Santista, onde o papel central é exercido por Santos; da Bandeirantes, cujos centros polarizadores são Jundiaí e Campinas; e Castelo Branco, onde se destaca o município de Sorocaba. Na RI-2 e RI-3 a densidade ainda era marcada pela existência de pólos de atração menos integrados, o que denotava certa “nuclearização” espacial.

<sup>62</sup> A densidade foi gerada pelo modelo de *Kernel*, a partir do qual os dados foram classificados em cinco classes estabelecidas pelo método de *Natural Breaks (Jenks)*. O tamanho da célula da matriz foi estabelecido em 0,05 km<sup>2</sup> e o raio de busca em 0,25 km<sup>2</sup>.

Figura 13: Densidade dos deslocamentos anuais médios da PAF procedentes da RM para as Regiões de Influência da REGIC de São Paulo – 1996 a 2005



Fonte: RAISMIGRA/MET

Dessa forma, além dos estoques da PAF, as informações referentes aos deslocamentos espaciais também indicam um crescimento no volume da força de trabalho que deixou a Região Metropolitana de São Paulo<sup>63</sup>. Esse crescimento no fluxo de trabalhadores para fora da Região Metropolitana parece confirmar a atratividade e o dinamismo de um grupo de municípios da Região de Influência de São Paulo, notadamente aqueles da RI-1 que formam uma

<sup>63</sup> É importante esclarecer que foram considerados os deslocamentos daqueles em que consta indicação de vínculo ativo simultâneo nos dois anos consecutivos, cujos municípios de trabalho eram diferentes. Dessa forma, o fluxo com origem na RMSP, no período 1995/1996, compreende aqueles que declaram trabalhar em um dos municípios da respectiva RM em 1995 e em outro na RI de São Paulo em 1996.

“segunda” periferia metropolitana. Nesse espaço, consolidam-se centros nodais com notável função polarizadora e formam-se espaços contíguos de alta densidade, que têm atraído parcelas crescentes e significativas da força de trabalho regional, inclusive daqueles que, em algum momento, vinculavam-se ao mercado de trabalho metropolitano.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

---

Ainda existem inúmeras incertezas acerca de determinados padrões de distribuição espacial da população brasileira. A crença na suposta reversão da polarização, ou mesmo de desconcentração espacial, como sugerida por determinados autores e proposta nos modelos clássicos da economia regional, tem se mostrado inapropriada à análise do caso brasileiro. Contudo, a progressiva queda no peso econômico e demográfico dos principais centros urbanos do país, bem como a desaceleração no ritmo de crescimento populacional das principais Regiões Metropolitanas, requer um maior aprofundamento na avaliação de novas tendências da geografia da população brasileira.

As últimas três décadas do século passado são centrais na análise da dinâmica demográfica brasileira. Se a progressiva queda nas taxas de fecundidade foi responsável direta pela forte desaceleração no ritmo de crescimento demográfico do país, as migrações internas foram fundamentais no processo de redistribuição espacial da população. A partir da década de 1970, como resultado da dinâmica

migratória interna, acumulam-se evidências acerca da redução do peso relativo das metrópoles. Mesmo que as metrópoles e suas periferias continuem atraindo expressivos contingentes, a intensificação nos fluxos de emigrantes tem refletido diretamente no crescimento demográfico de vários núcleos urbanos fora das principais Regiões Metropolitanas brasileiras, tornando mais densa a rede de cidades em cada uma de suas Regiões de Influência.

Os resultados obtidos nesta pesquisa não confirmam a integralidade da reversão da polarização nos termos de Richardson, nem a suposta desconcentração econômico/demográfica destacada por Redwood III, entre outros, mas oferecem sinais de dispersão espacial da população, já proeminente na Região de Influência de São Paulo. Ainda que as maiores Regiões Metropolitanas brasileiras tenham mantido sua centralidade regional, o que torna equivocado falar em desconcentração absoluta, o crescimento demográfico acelerado de vários pontos na rede urbana brasileira que têm se destacado na atração de migrantes indica uma redistribuição espacial da população no interior das Regiões de Influência das principais metrópoles do país.

No caso da Região de Influência de São Paulo, os efeitos dessa dispersão espacial da população mostram-se mais consolidados no espaço geográfico, sobretudo no interior da rede de cidades mais próximas à capital. A denominada Região de Influência 1 (RI-1) compreende muitos municípios que têm atraído um crescente número de pessoas que deixaram a RMSP, seja como mudança de local de residência (emigrantes) ou mudança do local de trabalho (deslocamento

espacial de trabalhadores). O volume desses fluxos direcionados para os principais pólos de atração nessa região foi tão expressivo que reduziu os *scores* de distância ponderada, o que sugere tratar-se de uma forma de *dispersão polinucleada*, por onde se observam claros sinais de expansão no interior da Região de Influência.

Além dos resultados empíricos, uma das conclusões desta tese refere-se à necessidade de se explorar potencialidades oferecidas por determinados procedimentos de análise espacial, ainda pouco explorados na Economia, na Demografia ou mesmo na Geografia. Os indicadores elaborados e expostos nesta tese, tendo como base a variável distância, são exemplos das muitas possibilidades instrumentais oferecidas às pesquisas nas áreas de Ciências Humanas e Ambientais, por exemplo. Acrescenta-se a essas possibilidades, uma das vocações da Geografia: os estudos regionais. O recorte espacial oferecido pelas Regiões de Influência das Cidades, proposto pelo IBGE, ainda que possa ser criticado e contestado em relação aos conceitos adotados e aos elementos metodológicos utilizados, permite uma análise diferenciada das tradicionais abordagens desenvolvidas pela Economia.

Também deve ser destacada a importância, para a Geografia, notadamente a Geografia da população e os estudos sobre as migrações, de se explorar as bases de dados extraídas de fontes como o Censo Demográfico, já recorrentemente utilizado pela Demografia. Essa possibilidade ganha relevância tendo em vista a aproximação do Censo de 2010. Adicionalmente devem



também ser mencionadas as potencialidades de novas fontes, como a RAIS. De periodicidade anual e abrangência censitária (não amostral) essa base reveste-se de alto nível de confiabilidade e oferece várias possibilidades de análise da trajetória dos movimentos espaciais da população. Mesmo que seja restrita à denominada População Ativa Formal, a RAIS (e a derivada RAISMIGRA) pode oferecer um retrato bastante razoável da distribuição da população no espaço.

## REFERÊNCIAS

---

AZZONI, C. Indústria e reversão da polarização no Brasil. *Ensaio Econômico*, São Paulo, IPE/USP, n. 58, 1986.

BAENINGER, R. A nova configuração no Brasil: desaceleração metropolitana e redistribuição da população. In: XI ENCONTRO DE ESTUDOS POPULACIONAIS, 11, 1998, Caxambu. *Anais...* Caxambu: Associação Brasileira de Estudos Populacionais, 1998. v. 1, p. 729-772.

BRITO, F. O deslocamento da população brasileira para as metrópoles. *Estudos Avançados*, São Paulo, v. 20, n. 57, p. 221-236, mai/ago. 2006.

\_\_\_\_\_. Mobilidade espacial e expansão urbana: o caso da Região Metropolitana de Belo Horizonte. In: X ENCONTRO DE ESTUDOS POPULACIONAIS, 10, 1997, Brasília. *Anais...* Brasília: Associação Brasileira de Estudos Populacionais, 1997. v. 2, p. 771-788.

CANO, W. *Raízes da concentração industrial em São Paulo*. 4. ed. Campinas: Instituto de Economia da UNICAMP, 1998. 322p.

\_\_\_\_\_. Questão regional e urbanização no desenvolvimento econômico brasileiro pós 1930. In: IV ENCONTRO DE ESTUDOS POPULACIONAIS, 4, 1988, Olinda. *Anais...* Olinda: Associação Brasileira de Estudos Populacionais, 1988. p. 67-100.

CARVALHO, J. A. M.; RIGOTTI, J. I. Análise das metodologias de mensuração das migrações. In: ENCONTRO NACIONAL SOBRE MIGRAÇÃO, 1998, Curitiba. *Anais...* Curitiba: IPARDES/ABEP, 1998.

CORRÊA, R. L. *Estudos sobre a rede urbana*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2006. 336p.

\_\_\_\_\_. Identificação dos centros de gestão do território no Brasil. *Revista Brasileira de Geografia*. Rio de Janeiro: IBGE, v.57,n.1,p.83-102, jan./mar.1995.

DE NEGRI, J. A. *et al.* Mercado informal de trabalho: comparação entre microdados da RAIS e da PNAD. *Textos para Discussão 840*, Brasília, IPEA, 2001. 29p.

DINIZ, C. C. Desenvolvimento poligonal no Brasil; nem desconcentração, nem contínua polarização. *Nova Economia – Revista de Ciências Econômicas da UFMG*, Belo Horizonte, v. 31, n. 11, p. 35-64, set. 1993.

FARIA, V. Cinquenta anos de urbanização no Brasil: tendências e perspectivas. *Novos Estudos CEBRAP*, São Paulo, p. 98-119, mar. 1991.

GEIGER, P. P. *Evolução da rede urbana brasileira*. Rio de Janeiro: Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos, 1963. 457 p.

HADDAD, P. *Economia regional: teorias e métodos de análise*. Recife: Banco do Nordeste do Brasil, 1980.

HAKKERT, R. *Fontes de dados demográficos*. Belo Horizonte: ABEP, 1996. 71p.

INSTITUTO DE BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/>> Acesso em: 10 mar. 2009.

\_\_\_\_\_. Região de influência das cidades 2007. Rio de Janeiro: IBGE. 2008. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/home/geociencias/geografia/regic.shtml?c=6/>>. Acesso em: 10 mar. 2009.

LEE, Everett S. Uma teoria sobre migração. In: MOURA, H. (Coord.). *Migração interna: textos selecionados*. Fortaleza: BNB, ETENE, 1980. p. 89-114.

LO, F; SALIH, K. Growth poles, agropolitan development and polarization reversal: debate and search for alternatives. In: STOHR, W; TAYLOR, D. *Development from about or from below? The dialectics of regional plane in developing countries*, New York, John Wiley & Sons, p. 123-152, 1991.

MARTINI, G.; CAMARANO, A. A.; NEUPERT, R.; BELTRÃO, K. A urbanização no Brasil: retrospectiva, componentes e perspectiva. In: VI ENCONTRO DE ESTUDOS POPULACIONAIS, 6, 1988, Olinda. *Anais...* Olinda: Associação Brasileira de Estudos Populacionais, 1988. v. 1, p. 19-65.

MARTINE, G. A redistribuição espacial da população brasileira durante a década de 80. *Textos para Discussão 329*, Brasília, IPEA, 1994. 43p.

MATOS, R. (Org.). *Espacialidades em rede: população, urbanização e migração no Brasil contemporâneo*. Belo Horizonte: C/Arte, 2005. 264 p.

MATOS, R. O Brasil dividido e a rede urbana fracionada. *Cadernos do Leste*, Belo Horizonte - IGC/UFMG, v. 1, n. 1, p. 1-51, 2003. p. 17-18.

\_\_\_\_\_. Migração e desconcentração demográfica nas principais áreas de atração populacional de Minas Gerais. In: XI ENCONTRO DE ESTUDOS POPULACIONAIS, 11, 1998, Caxambu. *Anais...* Caxambu: Associação Brasileira de Estudos Populacionais, 1998. v. 1, p. 713-728.

MATOS, R. *Dinâmica migratória e desconcentração da população na macrorregião de Belo Horizonte*. 1995. 223p. Tese (Doutorado em Demografia) – Centro de

Desenvolvimento e Planejamento Regional, Faculdade de Ciências Econômicas, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 1995a.

\_\_\_\_\_. Questões teóricas acerca dos processos de concentração e desconcentração da população no espaço. *Revista Brasileira de Estudos Populacionais*. São Paulo, p. 35-58, 1995b.

MATOS, R; BAENINGER, R. Migração e urbanização no Brasil: processos de concentração e desconcentração espacial e o debate recente. *Cadernos do Leste*. IGC/UFMG. Belo Horizonte, v. 6, n. 6, p. 7-44, 2004.

MATOS, R; LOBO, C.; STEFANI, J. Inversão no balanço migratório mineiro: as trocas populacionais entre Minas e São Paulo. In: XIV ENCONTRO DE ESTUDOS POPULACIONAIS, 14, 2004, Caxambu. *Anais...* Caxambu: Associação Brasileira de Estudos Populacionais, 2004. v. 1, p. 1-17.

FERREIRA, R. N.; MATOS, R. E. S. Migrações internas no Brasil: comparações entre os dados da RAIS e os do Censo Demográfico. In: IV ENCONTRO NACIONAL SOBRE MIGRAÇÕES, 4, 2005, Rio de Janeiro. *Anais...* 2005. Associação Brasileira de Estudos Populacionais, 2005.

MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO – MTE. Disponível em: <<http://www.mte.gov.br/>>. Acesso em: 08 abr. 2009.

NEGRI, B. *Concentração e desconcentração industrial em São Paulo (1880-1990)*. Campinas: Ed. UNICAMP, 1996. 242p.

PACHECO, C. A.; PATARRA, N. *Movimentos migratórios anos 80: novos padrões?* In: PATARRA, N. (ORG.) *Migração, condições de vida e dinâmica urbana*. Campinas/SP: UNICAMP, 1997, p.25-72.

RAVENSTEIN, E. G. Leis da migração. In: MOURA, H. (Coord.). *Migração interna: textos selecionados*. Fortaleza: BNB, ETENE, 1980. p. 22-88.

REDWOOD III, J. Reversion de polarizacion, ciudades secundarias y eficiencia en el desarrollo nacional: una vision teorica aplicada al Brasil contemporaneo. *Revista Latinoamericana de Estudios Urbanos Regionales*. Santiago, v. 11, n. 32, dic. 1984.

REIS FILHO, N. G. *Contribuição ao estudo da evolução urbana do Brasil*. São Paulo: Livraria Pioneira, 1968. 235p.

RENNER, C. H.; PATARRA, N. Migrações. In: SANTOS, J. L. F; LEVY, M. S. F.; SZMRECSÁNYI, T. (Org.). *Dinâmica da população: teoria, métodos e técnicas de análise*. São Paulo: T. A. Queiroz, 1991. p. 209-235.

RICHARDSON, H. W. Polarization reversal in developing countries. *The Regional Science Association Papers*. Los Angeles, v. 45, p. 67-85, Nov. 1980.

RIGOTTI, J. I. R. *Técnicas de mensuração das migrações a partir de dados censitários: aplicação aos casos de Minas Gerais e São Paulo*. 1999. Tese (Doutorado em Demografia) – Centro de Desenvolvimento e Planejamento Regional, Faculdade de Ciências Econômicas, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 1999.

ROCHA, C. H. B. *Geoprocessamento: tecnologia transdisciplinar*. Juiz de Fora: Ed. do Autor, 2000. 220p.

SANTOS, M. *A urbanização brasileira*. São Paulo: Edusp, 2005. 174p.

\_\_\_\_\_. *A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção*. 2. ed. São Paulo: Hucitec, 1997. 308p.

SINGER, P. *Economia política da urbanização*. São Paulo: HUCITEC, 1973.

TOWNROE, P.; KEEN, D. M. Polarization reversal in the state of São Paulo, Brazil. *Journal of the Regional Studies Association*. Cambridge, v. 18, n. 1, Feb. 1984.

UNITED NATIONS. *Principles and Recommendations for Population and Housing Censuses, Revision 2*. New York, 2008.

VEIGA, J. E. *Cidades imaginárias*. 2. ed. Campinas: Ed. Autores Associados, 2002. 198p.

## APÉNDICE

Tabela 16: População residente nas grandes REGICs brasileiras, 1940/2007

REGIC	1940	1950	1960	1970	1980	1991	2000	2007
São Paulo	8.442.357	10.612.609	14.901.725	20.317.509	28.275.907	35.598.649	41.707.347	44.934.256
Rio de Janeiro	5.405.456	6.623.656	9.269.932	12.125.364	14.943.033	17.252.425	19.537.670	20.740.705
Brasília	1.264.180	1.763.777	2.890.064	4.706.121	7.426.756	10.821.074	13.443.630	15.126.066
Manaus	369.578	472.008	673.894	916.187	1.406.894	2.173.640	2.992.435	3.451.312
Belém	942.349	1.164.697	1.621.693	2.264.669	3.484.858	4.952.484	6.282.860	7.208.564
Fortaleza	4.092.392	5.284.923	7.092.362	9.049.888	11.451.754	13.921.437	16.029.900	17.421.107
Recife	5.675.053	6.942.120	8.326.669	10.300.823	12.295.820	14.601.932	16.190.004	17.297.623
Salvador	4.521.807	5.563.941	6.750.577	8.394.369	10.674.777	13.539.574	15.102.147	16.280.826
Belo Horizonte	4.723.385	5.680.870	7.228.274	8.569.944	10.031.555	11.848.192	13.421.288	14.451.791
Curitiba	1.446.099	2.376.193	4.603.851	7.350.888	8.238.701	9.280.200	10.575.636	11.412.025
Porto Alegre	4.280.291	5.455.703	7.261.497	9.133.680	10.779.723	12.834.182	14.514.202	15.235.387
<b>Total</b>	<b>41.162.947</b>	<b>51.940.497</b>	<b>70.620.538</b>	<b>93.129.442</b>	<b>119.009.778</b>	<b>146.823.789</b>	<b>169.797.119</b>	<b>183.559.662</b>

Tabela 17: Participação da população residente nas RMs nas principais REGICs brasileiras, 1940 a 2007

REGIC	1940	1950	1960	1970	1980	1991	2000	2007
São Paulo	18,57	25,09	32,15	40,06	44,52	43,39	42,87	42,78
Rio de Janeiro	41,20	47,98	52,53	56,84	58,70	56,89	55,76	54,91
Brasília			4,90	11,42	15,85	14,80	15,26	16,24
Manaus	28,79	29,58	26,02	34,01	45,02	46,53	46,98	47,71
Belém	21,90	23,03	26,06	29,57	29,31	28,29	28,58	28,35
Fortaleza	8,39	8,79	9,86	12,06	14,42	17,25	18,62	19,72
Recife	10,16	12,15	15,31	17,74	19,41	20,00	20,61	21,15
Salvador	7,41	8,33	10,96	13,67	16,55	18,44	20,01	22,11
Belo Horizonte	8,33	9,96	13,70	20,06	26,68	29,67	32,41	34,11
Curitiba	18,06	14,02	12,04	11,91	18,17	22,21	25,78	27,43
Porto Alegre	14,82	15,44	17,40	19,18	22,90	25,17	25,62	25,99

Tabela 18: População residente nas RIs e nas principais RMs do país

REGICs		1940	1950	1960	1970	1980	1991	2000	2007
São Paulo	RI	6.874.312	7.949.833	10.110.480	12.177.804	15.687.162	20.153.708	23.828.644	25.710.326
	RM	1.568.045	2.662.776	4.791.245	8.139.705	12.588.745	15.444.941	17.878.703	19.223.930
Rio de Janeiro	RI	3.178.211	3.445.346	4.400.829	5.233.843	6.170.756	7.437.851	8.643.514	9.351.583
	RM	2.227.245	3.178.310	4.869.103	6.891.521	8.772.277	9.814.574	10.894.156	11.389.122
Brasília	RI	1.264.180	1.763.777	2.748.322	4.168.629	6.249.848	9.219.980	11.392.484	12.670.163
	MP	.	.	141.742	537.492	1.176.908	1.601.094	2.051.146	2.455.903
Manaus	RI	263.179	332.388	498.551	604.565	773.511	1.162.139	1.586.600	1.804.710
	MP	106.399	139.620	175.343	311.622	633.383	1.011.501	1.405.835	1.646.602
Belém	RI	736.018	896.445	1.199.045	1.594.901	2.463.385	3.551.179	4.487.324	5.165.027
	RM	206.331	268.252	422.648	669.768	1.021.473	1.401.305	1.795.536	2.043.537
Fortaleza	RI	3.749.017	4.820.416	6.393.100	7.958.771	9.800.010	11.519.559	13.045.211	13.985.651
	RM	343.375	464.507	699.262	1.091.117	1.651.744	2.401.878	2.984.689	3.435.456
Recife	RI	5.098.586	6.098.711	7.051.544	8.473.650	9.909.367	11.681.953	12.852.439	13.639.305
	RM	576.467	843.409	1.275.125	1.827.173	2.386.453	2.919.979	3.337.565	3.658.318
Salvador	RI	4.186.641	5.100.396	6.010.778	7.246.548	8.908.053	11.043.053	12.080.575	12.681.288
	RM	335.166	463.545	739.799	1.147.821	1.766.724	2.496.521	3.021.572	3.599.538
Belo Horizonte	RI	4.329.727	5.114.900	6.238.219	6.850.454	7.355.203	8.332.650	9.071.863	9.521.691
	RM	393.658	565.970	990.055	1.719.490	2.676.352	3.515.542	4.349.425	4.930.100
Curitiba	RI	1.184.888	2.043.055	4.049.336	6.475.619	6.741.349	7.218.669	7.849.080	8.281.347
	RM	261.211	333.138	554.515	875.269	1.497.352	2.061.531	2.726.556	3.130.678
Porto Alegre	RI	3.645.971	4.613.313	5.998.096	7.381.791	8.311.695	9.603.450	10.795.424	11.275.577
	RM	634.320	842.390	1.263.401	1.751.889	2.468.028	3.230.732	3.718.778	3.959.810



Tabela 19: População residente nas Regiões de Influência das principais metrópoles do país, discriminados por sub-regiões RI-1, RI-2 e RI-3 - 1940 a 2007

REGICs/RIs		1940	1950	1960	1970	1980	1991	2000	2007
São Paulo	RI-1	2.818.692	3.149.409	4.060.034	5.344.777	7.691.927	10.297.254	12.502.303	13.561.694
	RI-2	2.881.539	2.867.096	3.266.044	3.439.716	4.074.946	5.145.171	5.985.409	6.382.745
	RI-3	1.174.081	1.933.328	2.784.402	3.393.311	3.920.289	4.711.283	5.340.932	5.765.887
Rio de Janeiro	RI-1	1.061.187	1.208.865	1.548.906	1.887.428	2.330.265	2.762.323	3.240.864	3.575.105
	RI-2	1.304.039	1.282.773	1.454.866	1.476.085	1.533.517	1.738.456	1.922.348	2.033.769
	RI-3	812.985	953.708	1.397.057	1.870.330	2.306.974	2.937.072	3.480.302	3.742.709
Brasília	RI-1	576.976	881.265	1.364.547	2.066.970	2.713.373	3.514.126	4.442.983	5.017.766
	RI-2	389.955	502.425	818.182	1.266.270	1.830.010	2.374.662	2.884.438	3.188.066
	RI-3	297.249	380.087	565.593	835.389	1.706.465	3.331.192	4.065.063	4.464.331
Manaus	RI-1	60.104	72.119	168.792	214.963	242.130	347.606	462.176	556.532
	RI-2	127.571	163.389	201.843	248.103	342.949	516.099	728.018	822.017
	RI-3	75.504	96.880	127.916	141.499	188.432	298.434	396.406	426.161
Belém	RI-1	347.125	418.447	545.937	697.200	960.092	1.167.284	1.365.148	1.502.099
	RI-2	230.550	289.126	373.493	500.986	812.482	1.196.734	1.583.689	1.900.492
	RI-3	158.343	188.872	279.615	396.715	690.811	1.187.161	1.538.487	1.762.436
Fortaleza	RI-1	1.922.432	2.468.648	2.949.194	3.669.425	4.116.348	4.481.307	4.983.711	5.322.736
	RI-2	1.129.685	1.469.920	1.888.208	2.441.700	3.202.958	4.054.953	4.702.721	5.122.627
	RI-3	696.900	881.848	1.555.698	1.847.646	2.480.704	2.983.299	3.358.779	3.540.288
Recife	RI-1	2.509.775	2.928.565	3.347.195	3.748.718	4.224.541	4.884.709	5.323.354	5.593.811
	RI-2	1.624.761	1.951.367	2.289.758	2.883.933	3.546.687	4.375.715	5.000.977	5.397.415
	RI-3	964.050	1.218.779	1.414.591	1.840.999	2.138.139	2.421.529	2.528.108	2.648.079
Salvador	RI-1	1.801.987	2.075.975	2.391.084	2.706.062	3.298.050	4.025.695	4.287.518	4.467.902
	RI-2	1.202.956	1.517.305	1.843.445	2.286.612	2.784.263	3.445.531	3.728.503	3.854.018
	RI-3	1.181.698	1.507.116	1.776.249	2.253.874	2.825.740	3.571.827	4.064.554	4.359.368
Belo Horizonte	RI-1	1.482.152	1.625.148	1.943.445	2.175.316	2.515.241	2.922.776	3.279.626	3.509.507
	RI-2	1.452.865	1.695.218	2.183.671	2.186.038	2.244.349	2.483.522	2.676.499	2.777.382
	RI-3	1.394.710	1.794.534	2.111.103	2.489.100	2.595.613	2.926.352	3.115.738	3.234.802
Curitiba	RI-1	1.035.818	1.247.532	1.691.845	2.174.060	2.527.633	2.867.859	3.216.151	3.419.705
	RI-2	141.425	779.102	1.597.128	2.268.357	2.185.687	2.406.348	2.597.457	2.715.060
	RI-3	7.645	16.421	760.363	2.033.202	2.028.029	1.944.462	2.035.472	2.146.582
Porto Alegre	RI-1	1.292.314	1.589.238	1.999.599	2.380.996	2.580.318	3.061.371	3.538.114	3.736.135
	RI-2	1.364.705	1.668.689	2.085.117	2.488.539	2.726.803	3.042.921	3.274.754	3.317.066
	RI-3	988.952	1.355.386	1.913.380	2.512.256	3.004.574	3.499.158	3.982.556	4.222.376

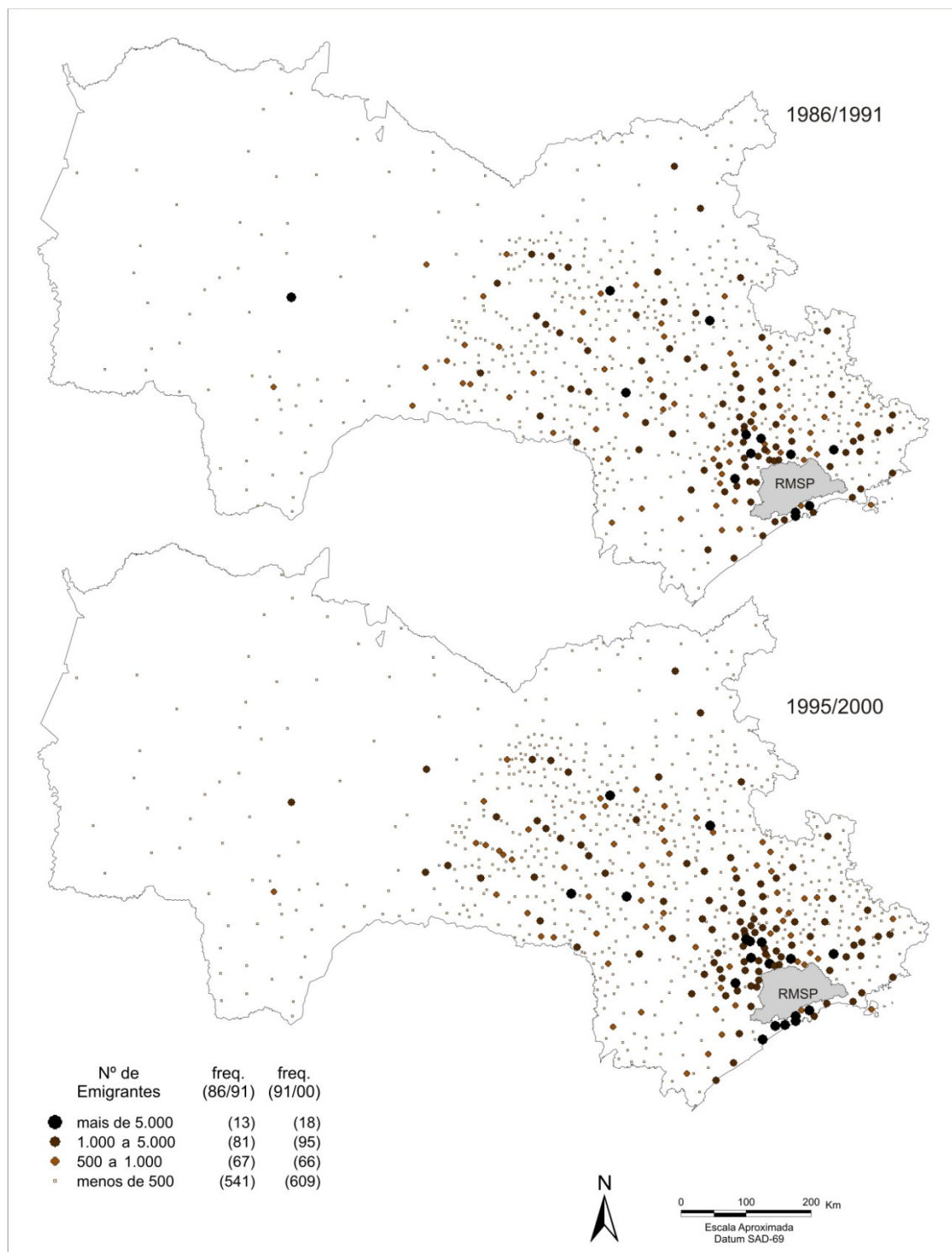
Tabela 20: Número de emigrantes das RMs conforme Regiões de Influência de destino, RI-1, RI-2 e RI-3, 1986/1991 e 1995/2000

RMs	RI-1		RI-2		RI-3	
	1986/1991	1995/2000	1986/1991	1995/2000	1986/1991	1995/2000
São Paulo	263.490	347.957	99.682	103.251	56.157	59.051
Rio de Janeiro	56.647	85.456	27.838	28.433	23.042	21.592
Brasília	67.206	106.586	5.006	5.644	2.148	1.929
Manaus	7.444	17.307	4.957	10.517	699	2.750
Belém	16.178	26.790	10.257	18.757	5.554	6.669
Fortaleza	36.531	54.609	4.377	4.729	940	1.012
Recife	29.430	35.347	11.682	11.336	2.123	2.347
Salvador	33.833	47.219	10.650	13.512	7.562	10.171
Belo Horizonte	37.676	43.798	13.871	17.126	11.091	14.202
Curitiba	25.059	37.572	9.825	13.137	6.440	9.878
Porto Alegre	50.016	65.544	18.465	18.915	18.586	22.473

Tabela 20: Percentual de emigrantes das RMs conforme Regiões de Influência de destino, RI-1, RI-2 e RI-3, 1986/1991 e 1995/2000

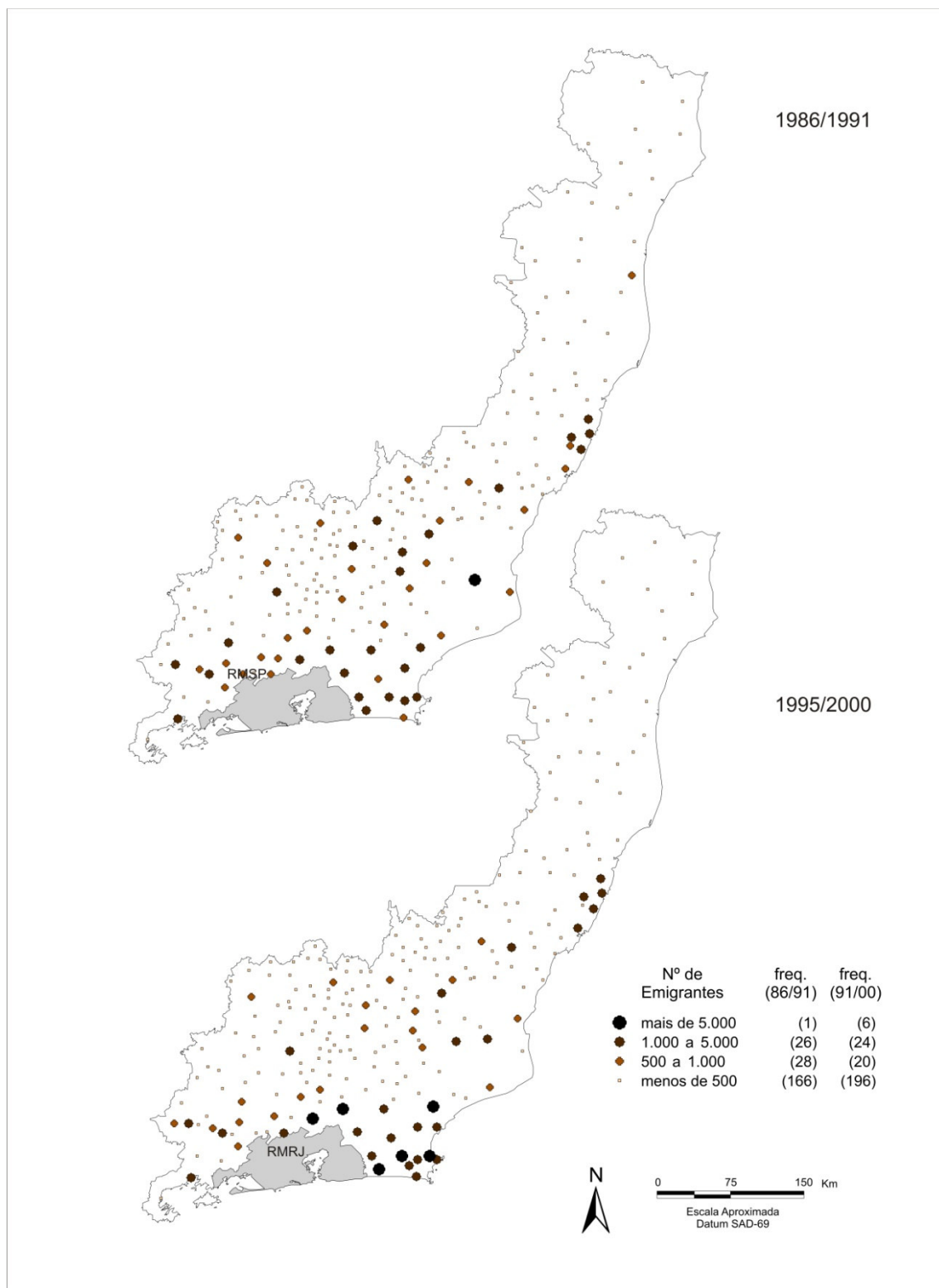
RMs	RI-1		RI-2		RI-3	
	1986/1991	1995/2000	1986/1991	1995/2000	1986/1991	1995/2000
São Paulo	62,84	68,19	23,77	20,24	13,39	11,57
Rio de Janeiro	52,68	63,08	25,89	20,99	21,43	15,94
Brasília	90,38	93,37	6,73	4,94	2,89	1,69
Manaus	56,83	56,61	37,84	34,40	5,34	9,00
Belém	50,57	51,31	32,06	35,92	17,36	12,77
Fortaleza	87,29	90,49	10,46	7,84	2,25	1,68
Recife	68,07	72,09	27,02	23,12	4,91	4,79
Salvador	65,01	66,60	20,46	19,06	14,53	14,35
Belo Horizonte	60,15	58,30	22,14	22,80	17,71	18,90
Curitiba	60,64	62,01	23,78	21,68	15,58	16,30
Porto Alegre	57,45	61,29	21,21	17,69	21,35	21,02

Figura 14: Emigrantes procedentes da RMSP residentes na RISP  
1986/1991 e 1995/2000



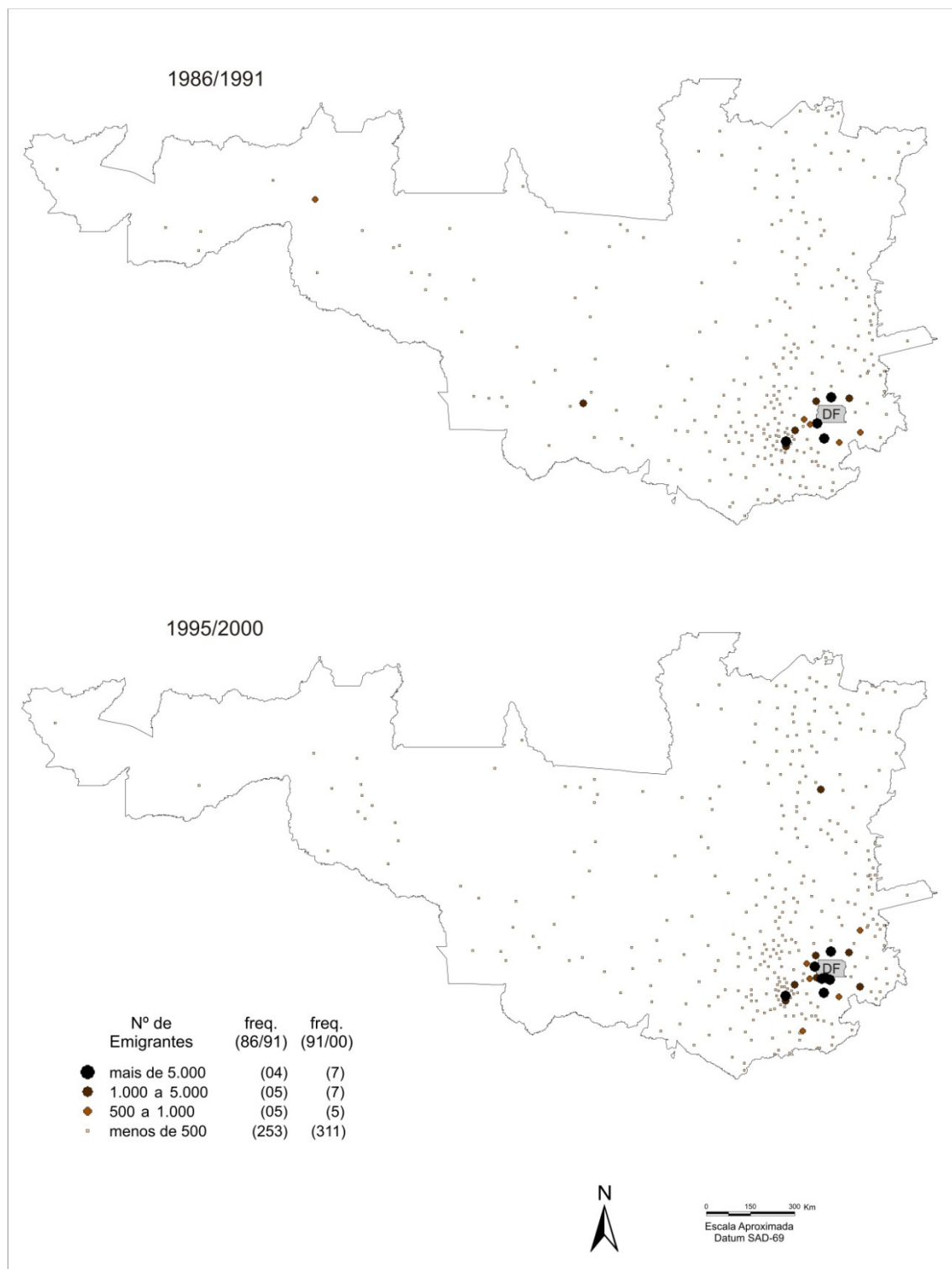
Fonte: IBGE; Censos Demográficos de 1991 e 2000 (dados da amostra).

Figura 15 : Emigrantes procedentes da RMRJ residentes na RIRJ  
1986/1991 e 1995/2000



Fonte: IBGE; Censos Demográficos de 1991 e 2000 (dados da amostra).

Figura 16: Emigrantes procedentes de Brasília residentes na RI de Brasília  
1986/1991 e 1995/2000



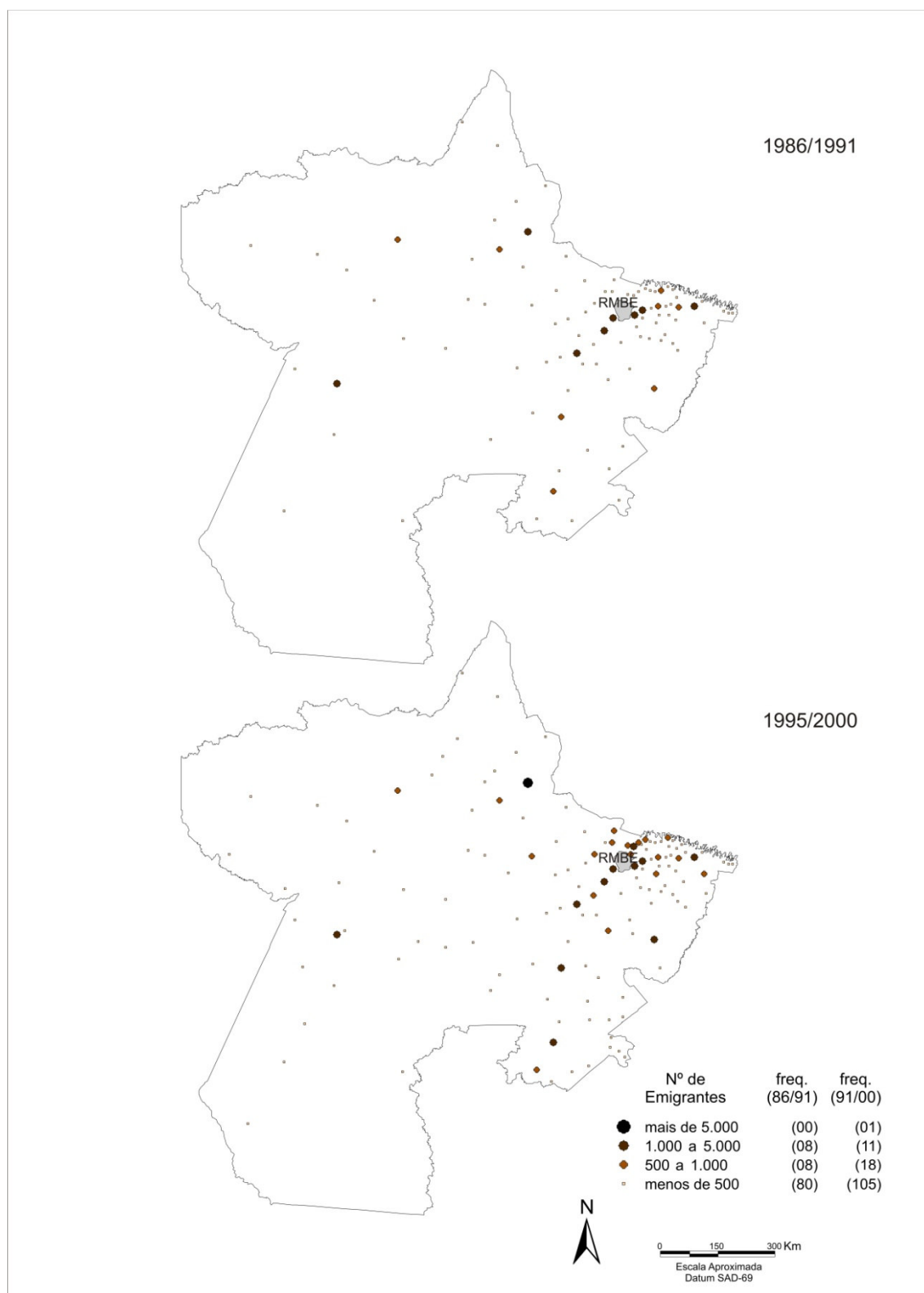
Fonte: IBGE; Censos Demográficos de 1991 e 2000 (dados da amostra).

Figura 17: Emigrantes procedentes de Manaus residentes na RI de Manaus  
1986/1991 e 1995/2000



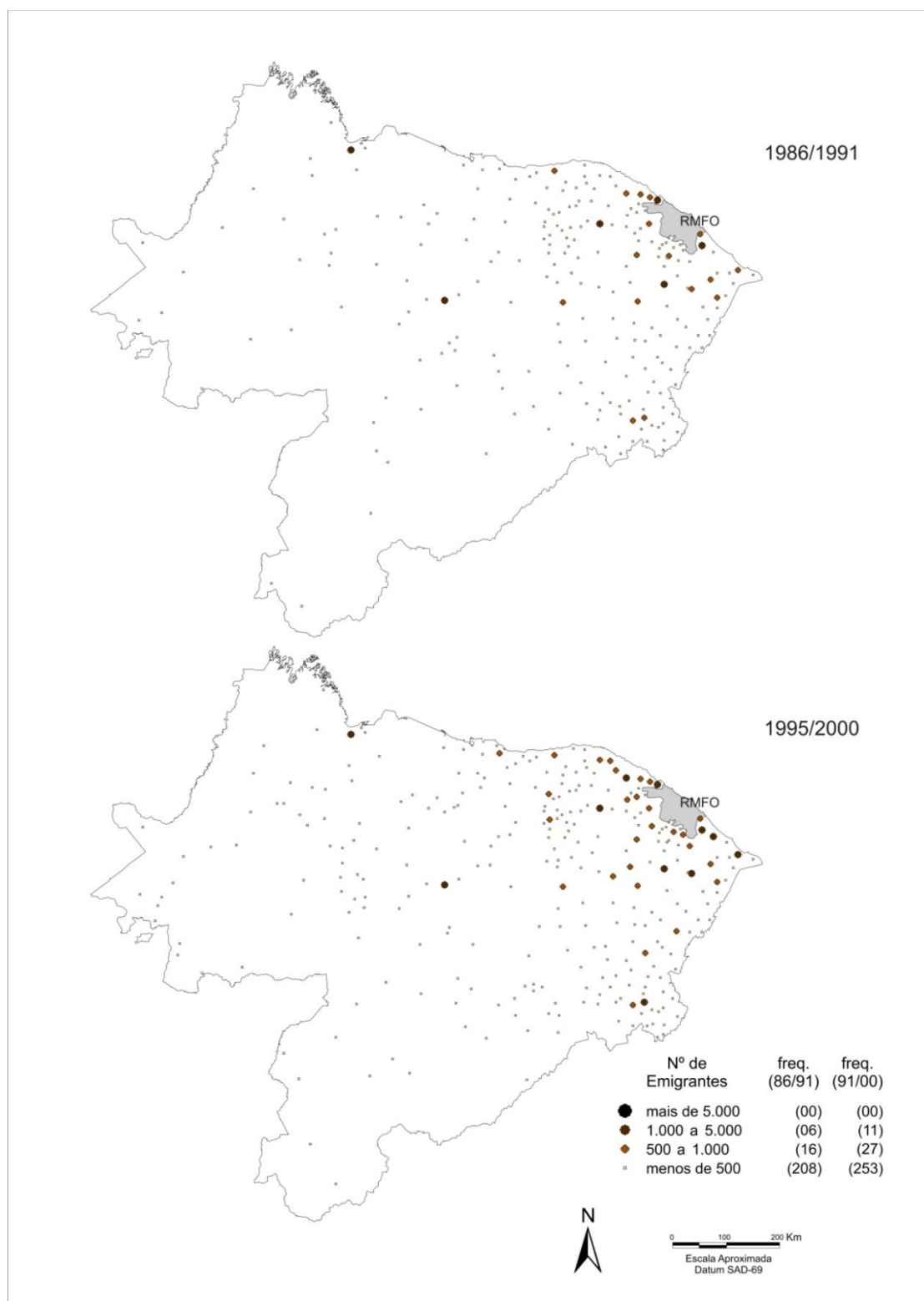
Fonte: IBGE; Censos Demográficos de 1991 e 2000 (dados da amostra).

Figura 18: Emigrantes procedentes da RMBE residentes na RIBE  
1986/1991 e 1995/2000



Fonte: IBGE; Censos Demográficos de 1991 e 2000 (dados da amostra).

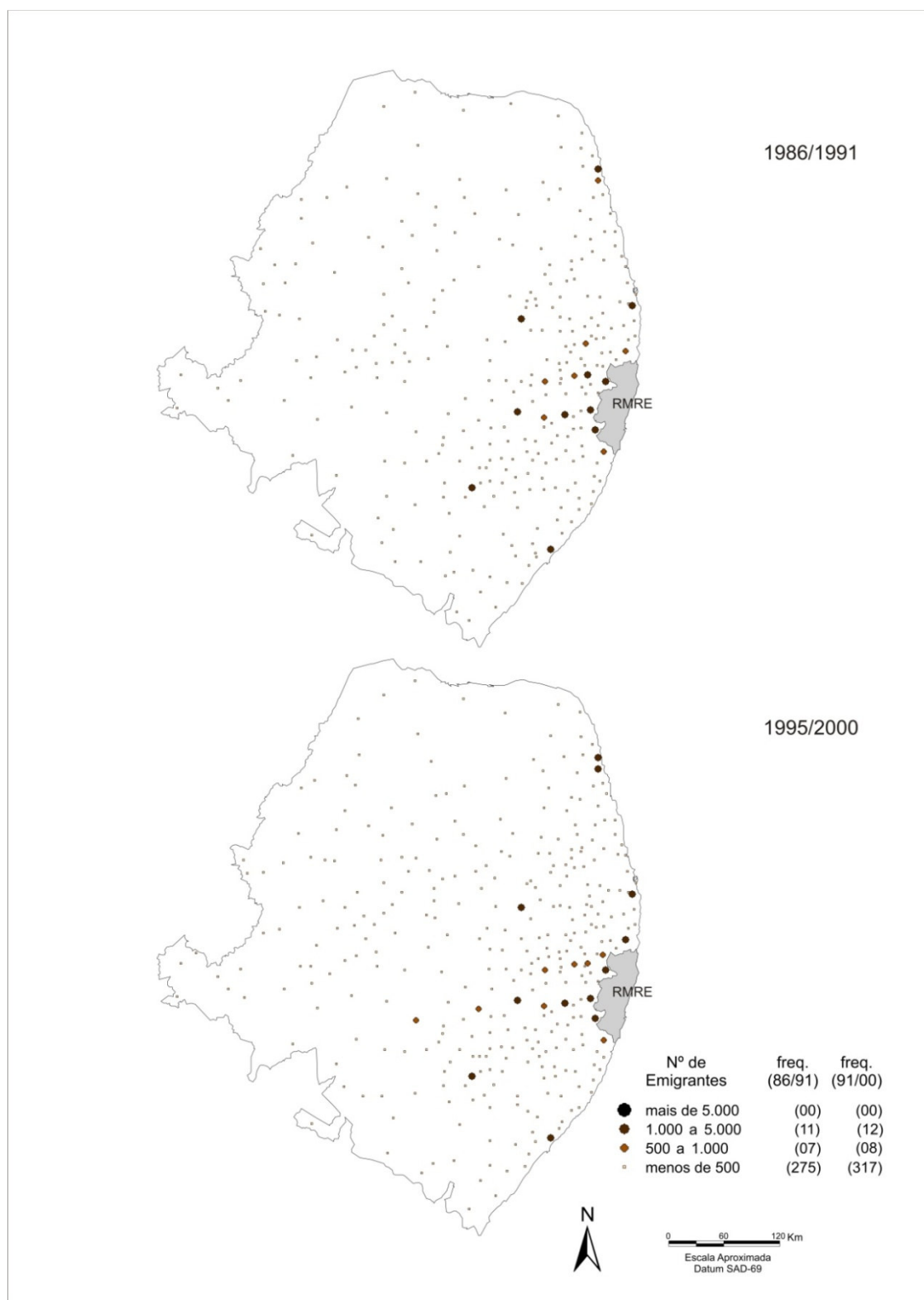
Figura 19: Emigrantes procedentes da RMFO residentes na RIFO  
1986/1991 e 1995/2000



Fonte: IBGE; Censos Demográficos de 1991 e 2000 (dados da amostra).

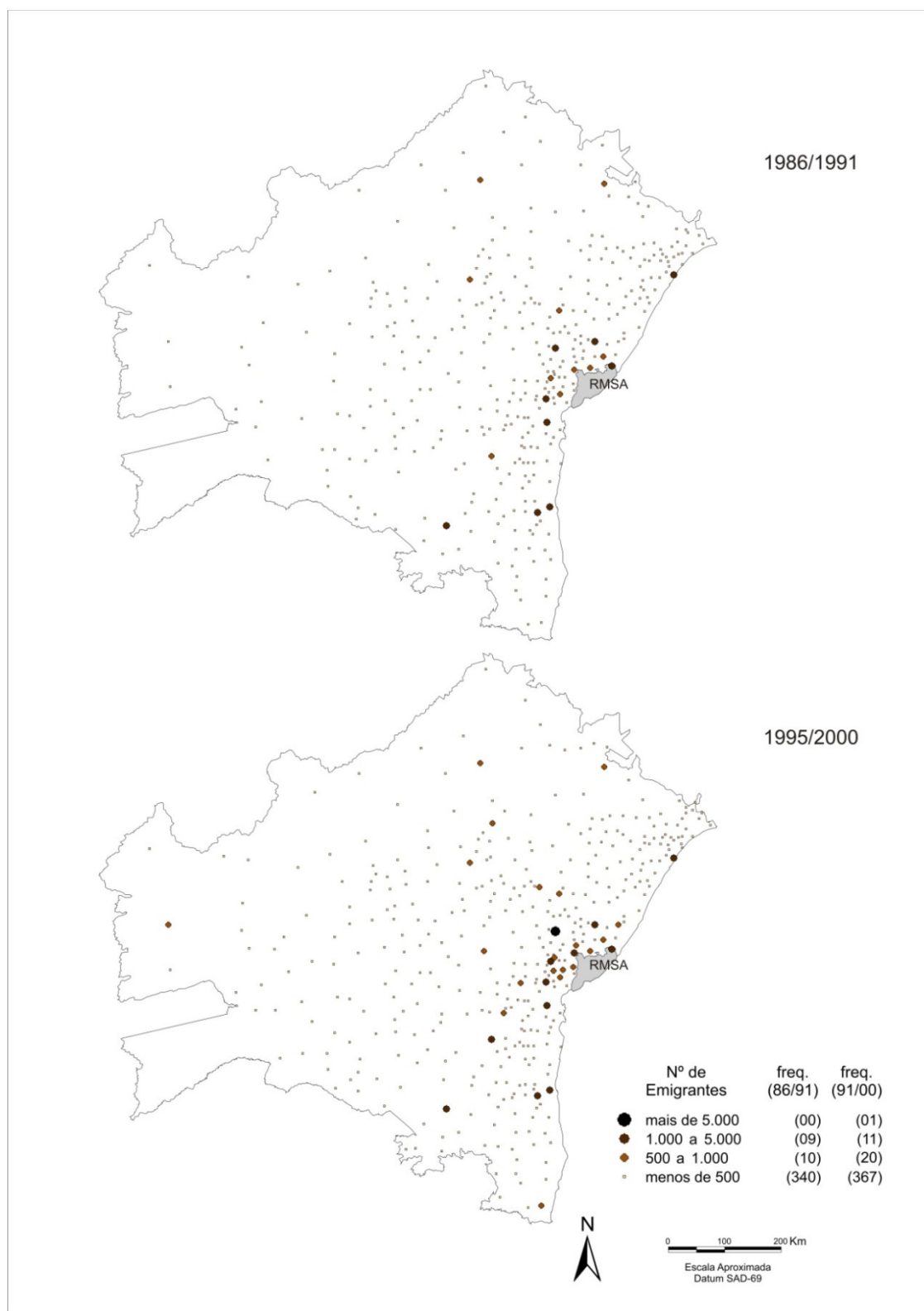


Figura 20: Emigrantes procedentes da RMRE residentes na RIRE  
1986/1991 e 1995/2000



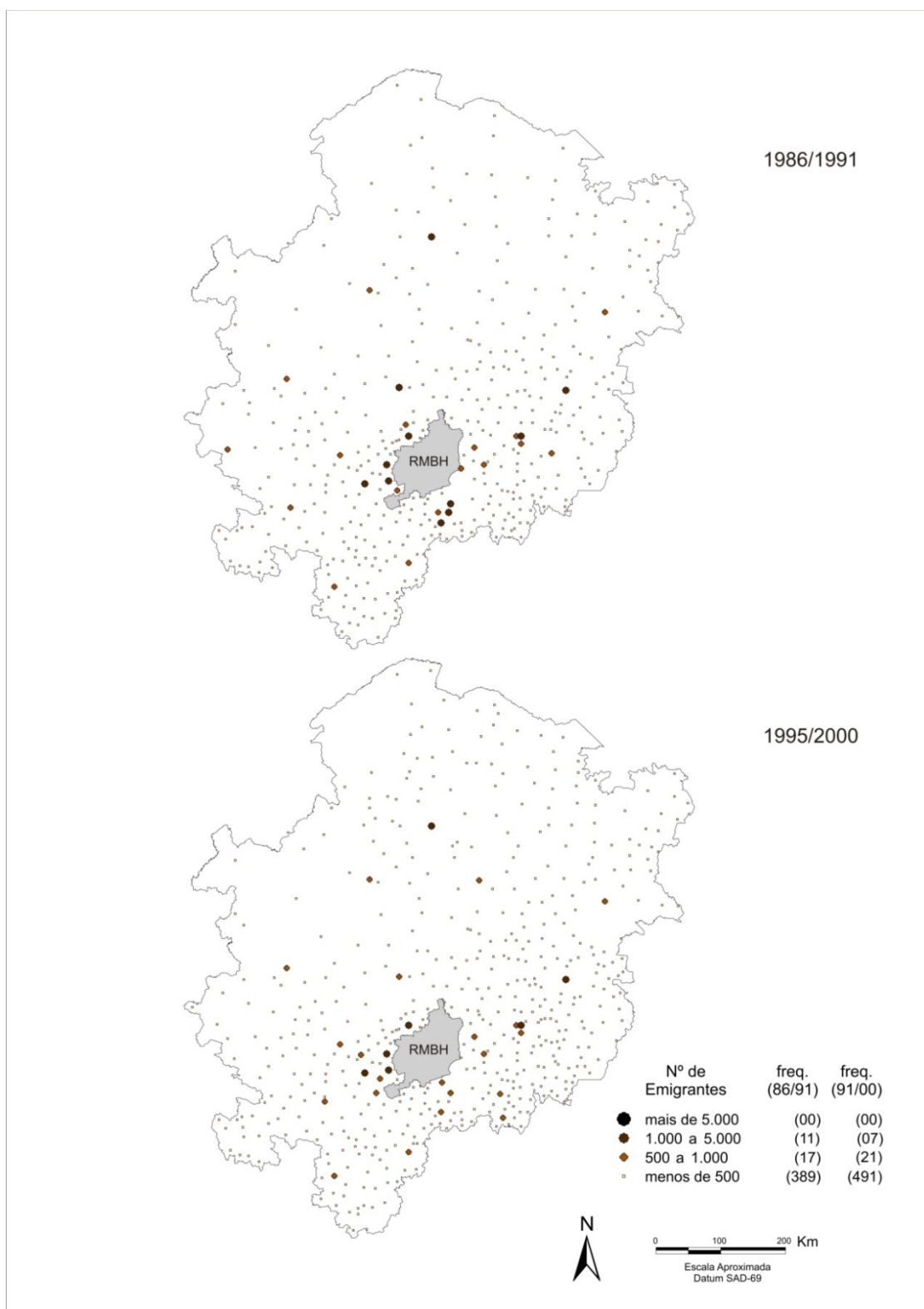
Fonte: IBGE; Censos Demográficos de 1991 e 2000 (dados da amostra).

Figura 21: Emigrantes procedentes da RMSA residentes na RISA  
1986/1991 e 1995/2000



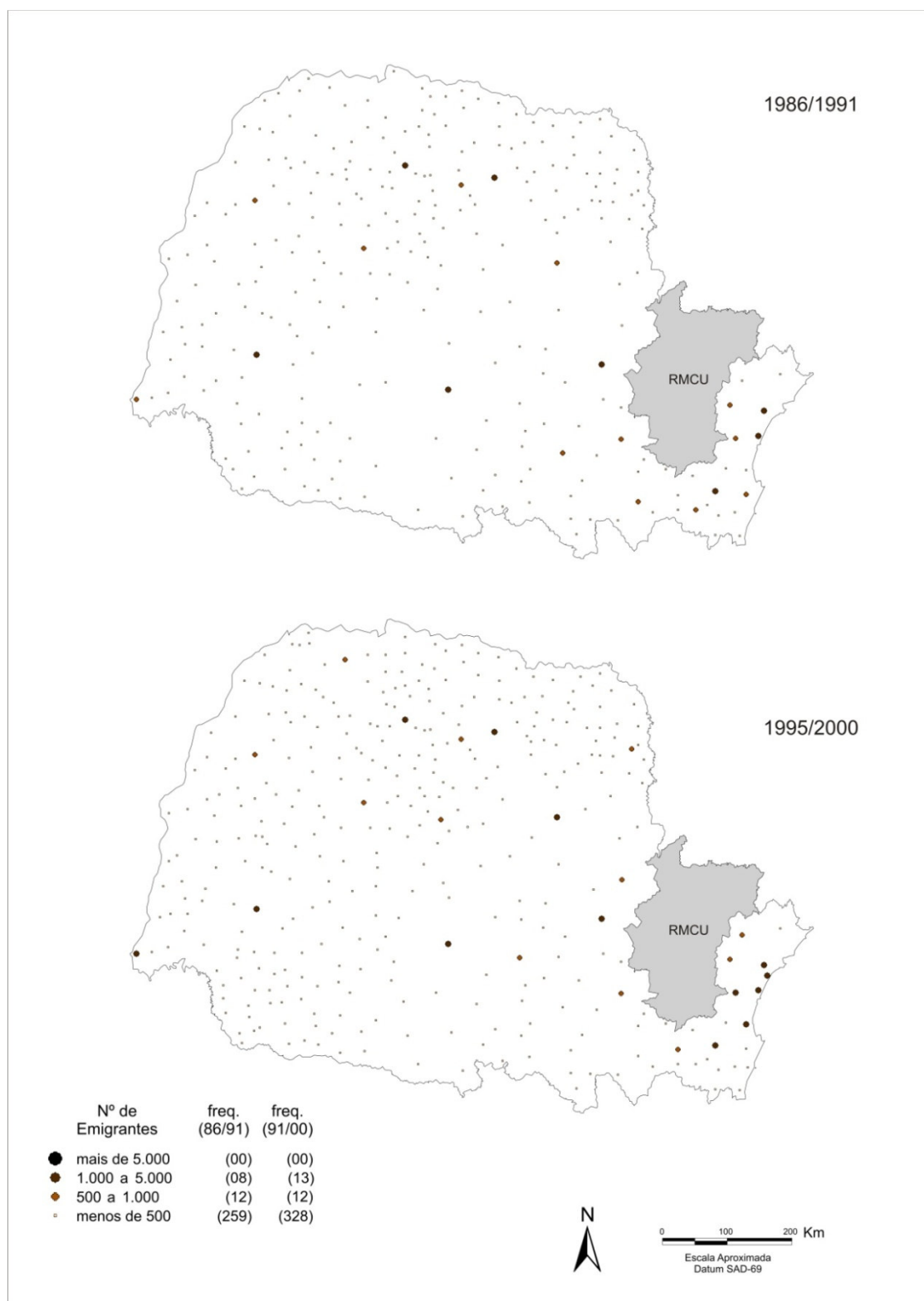
Fonte: IBGE; Censos Demográficos de 1991 e 2000 (dados da amostra).

Figura 22: Emigrantes procedentes da RMBH residentes na RIBH  
1986/1991 e 1995/2000



Fonte: IBGE; Censos Demográficos de 1991 e 2000 (dados da amostra).

Figura 23: Emigrantes procedentes da RMCU residentes na RICU  
1986/1991 e 1995/2000



Fonte: IBGE; Censos Demográficos de 1991 e 2000 (dados da amostra).